

A Defesa Nacional

N.º 651

SET/OUT 1973

Neste Número :

- 
- O Pragmatismo Reformista da Revolução
 - Chella Militar
 - Possibilidades Económicas do Médio Goiás
 - Operações na Selva: Operação Jaquirana, Uma Experiência Brasileira
 - O Soldado da Fronteira

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 59.º	Rio de Janeiro, GB — Set/Out de 1973	Número 651
-------------	--------------------------------------	---------------

ÍNDICE

	Págs.
60 ANOS DE "A DEFESA NACIONAL"	2

EDITORIAL

INDEPENDÊNCIA E SANTOS-DUMONT	3
-------------------------------------	---

CULTURA GERAL

EXALTAÇÃO A INFANTARIA E A SAMPAIO — Ten Cel Denny Eiras Baptista	5
O PRAGMATISMO REFORMISTA DA REVOLUÇÃO — Min. João Paulo dos Reis Velloso	9
ASSESSORES DO COMANDANTE — Cel Art QEMA Jorge Luongo	17
CHEFIA MILITAR — Gen Bda Carlos de Meira Mattos	43
A CONVENÇÃO DE ITU NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA — Paulo Zingg	63
POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DO MÉDIO GOIÁS	71

INFORMAÇÕES

OPERAÇÕES NA SELVA: OPERAÇÃO JAQUIRANA, UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA — Cap Inf Adalberto Bueno da Cruz	105
TRANSPosição DE OBSTACULOS AQUATICOS — Cel Eng QEMA Francisco Gilson Filho	143
HISTÓRICO DA ARTILHARIA BRASILEIRA	149
O SOLDADO DA FRONTEIRA — Cap Inf José Batista de Queiroz	157

Independência e Santos-Dumont



*N*ÃO é nada fácil para "A DEFESA NACIONAL" escolher o tema do artigo de abertura, da responsabilidade da Diretoria. Isso, porque entendemos que o editorial deve ser sobre assunto atual, mesmo numa publicação que se edita, como esta, a cada dois meses.

Sendo uma revista que se propõe a difundir, sobretudo, temas de cultura cívica e militar, nem por isso "A Defesa Nacional" quer se alhear dos momentos de maior intensidade vividos no bimestre.

Acontece que, num país que está em plena sazonação, como é o caso do Brasil, esses fatos de grandes repercussões e intensidade não são poucos. As efemérides importantes de uma Nação, com mais de século e meio de vida própria, são consecutivas.

Colocamo-nos diante de um calendário cívico, de evocação de valorosos feitos de dignos varões, mas sem deixar de fitar os reflexos no presente e no futuro. Só assim podemos entender que esta fase da nossa Revista seja tão boa quanto as anteriores.

Este número irá às mãos dos leitores, — graças a Deus, em quantidade crescente — quando a grande família brasileira estiver ainda ouvindo os ecos das comemorações setembrinas. Não é demais, portanto, uma lembrança a todos os heróis da brasilidade, nominados ou anônimos, que tenham dado muito de si pela conquista e manutenção da Independência, de que o Brasil de hoje está fazendo tão

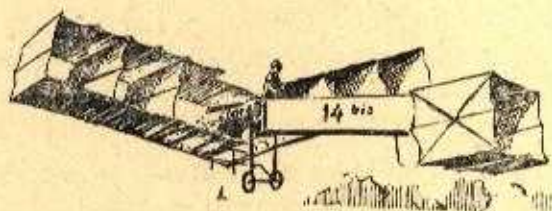
bom uso. Continua o Brasil, adulto de 151 anos, mais do que nunca, coerente com a frase-exaltação: INDEPENDÊNCIA OU MORTE.

Pareceu-nos, entretanto, que o centenário do grande Santos-Dumont é justamente aquela data que, nos dias de hoje, traz maiores repercussões, pois extrapola a própria Nação. "Glória eterna ao gênio que "deu asas ao homem" porque, com seu cérebro privilegiado por Deus, pôde verificar que não devia copiar a Natureza pois ela é má professora para o inventor".

Na ocasião em que o mundo vai comemorar, mais uma vez, no próximo 23 de outubro, o primeiro vôo do "14 Bis", traçamos estas linhas de admiração ao centenário gênio de Alberto Santos-Dumont, o maior dos nossos inventores. E, junto a esta veneração de "A Defesa Nacional", vai, não só a homenagem aos bravos que deram continuidade à obra do imortal brasileiro, mas também aos responsáveis pelo lançamento definitivo do Brasil à indústria aeronáutica. Esta grande definição tecnológica e econômica é o maior preito que a memória de Santos-Dumont pode receber de seus compatriotas.

"Glória a Deus nas Alturas."

"Glória a quem levou o Homem às Alturas de Deus!"



Vide na pág. 2 deste número: "60 anos de A DEFESA NACIONAL"

Exaltação à Infantaria e a Sampaio

Tenente-Coronel
DENNY EIRAS BAPTISTA
Cmt 17.º BI

(Proferida na festa da Infantaria do III Exército,
Guarnição Militar de Santa Maria, em 24 Mai 73.)

Em auto-afirmação a natureza se manifesta: em clarões e ruídos, estala os raios e fulmina; em chuva e neve, precipita as águas e inunda; em ventania e ciclone, sopra os ventos e assola; em tremores e depressões, agita os terremotos e devasta; em erupções vulcânicas, calcina; em fúria, sem respeitar os limites das praias, invade os mares e submerge.

A destruição não significa o fim. A vida continua no homem que anda para refazer ou buscar nova oportunidade, como único ser de todas as altitudes e de todas as latitudes.

Em cada passo transporta sua resolução, esperança e crença; ergue o cenário de sua atitude, convicção e idéias e em ampla manifestação de vida aparece o social e o homem se alça como exclusivo ser racional.

Após esse trâmite, ocupa efetivamente um espaço, forja uma expressão de convivência e faz surgir o país, despontar a nação e, numa sucessão, a pátria.

Então, o homem que caminha, imprime uma cadência e marcha para defender o que tem significado de seu — aí está

Exaltação à Infantaria e a Sampaio

**Tenente-Coronel
DENNY EIRAS BAPTISTA
Cmt 17.º BI**

(Proferida na festa da Infantaria do III Exército,
Guarnição Militar de Santa Maria, em 24 Mai 73.)

Em auto-afirmação a natureza se manifesta: em clarões e ruídos, estala os raios e fulmina; em chuva e neve, precipita as águas e inunda; em ventania e ciclone, sopra os ventos e assola; em tremores e depressões, agita os terremotos e devasta; em erupções vulcânicas, calcina; em fúria, sem respeitar os limites das praias, invade os mares e submerge.

A destruição não significa o fim. A vida continua no homem que anda para refazer ou buscar nova oportunidade, como único ser de todas as altitudes e de todas as latitudes.

Em cada passo transporta sua resolução, esperança e crença; ergue o cenário de sua atitude, convicção e idéias e em ampla manifestação de vida aparece o social e o homem se alça como exclusivo ser racional.

Após esse trâmite, ocupa efetivamente um espaço, forja uma expressão de convivência e faz surgir o país, despontar a nação e, numa sucessão, a pátria.

Então, o homem que caminha, imprime uma cadência e marcha para defender o que tem significado de seu — aí está

o soldado. Qualifica-se a princípio de infante por combater com recursos próprios — pernas, braços, músculos, nervos, sangue, coração e mente — sempre em contínua intimidade com o ser homem “in natura”.

INFANTARIA!...

A história não registrou tua origem. Não sabe mesmo se repousa num acaso ou numa causa. É questão insolúvel. Mas, por entre a incerteza, a inquietação e a adversidade, transmitiu esplendorosa visão de tua coragem, inclusive a de enfrentar o novo, repudiando o hábito, a maior força da fraqueza.

Sem te acomodares às situações conhecidas, crias e, à semelhança de um deus pagão, de tuas entranhas e de tua inteligência saem soluções felizes que te consagram.

Para ser ligeira tu montaste o corcel e eis a Cavalaria; para valorizar o fogo aumentaste o calibre de tua arma e eis a Artilharia; para apoiar ao combate te tornaste obreira e eis a Engenharia; para alongar as decisões ligaste a palavra à extensão e eis as Comunicações; para eficiência dos meios enveredaste pela técnica e eis o Material Bélico; para maior poder de choque te revestiste de aço e eis o Blindado; para assistência à ação te preocupaste em prover e eis a Intendência, transbordando na Logística.

Ainda ambicionando asas, e fazendo das águas outro ambiente, te uniste às coirmãs Aeronáutica e Marinha, para surgir o pára-quedista, o aerotransportado e o fuzileiro naval.

Aliás, o poder de te metamorfoseares como quiseses, dá a ti, Infantaria, recursos de ataque e de defesa de sobrenatural vitalidade. Podes transformar-te naquilo que bem te aprouver, para levar a termo tuas audácias ou ganhar a guerra.

Verdadeiramente nunca te esgotas. Sempre fecunda de contínuos descortinos e arrojos, quando se apresentam as im-

posições te mostras ciosa da pluralidade de teu desdobramento e em fraterna unidade te lanças ao cumprimento das missões.

Localizando na gente e na terra brasileira esta descrição de colossais dimensões, encontramos identidades e a peculiaridade de um homem, modelado à imagem dessa dinâmica — Brigadeiro Antonio de Sampaio — capaz de promover sugestiva motivação.

Há mais de século, no mesmo dia em que completava 66 anos de idade, em pleno fragor da batalha de Tuiuti, à frente de sua "Divisão Encouraçada", era atingido por três balas.

O primeiro ferimento deixou transparecer a abnegação. O sacrifício correspondente ao valor dos minutos, escoando as convicções de sucesso das cargas da cavalaria adversária, por não ser possível fazer a infantaria ceder sequer um palmo de terreno.

O segundo testemunhou o estoicismo na vontade de cumprir o que lhe estava afeto naquele momento. Enquanto Mallet enchia os fossos com cadáveres inimigos; o restante do exército se desdobrava e a lança de Osório se consagrava na vitória.

Por fim, o terceiro evidenciou a obstinação, simples forma de certeza moral dos que visualizam chegar ao objetivo almejado, porém se consolam caso caiam vítimas do nobre propósito.

Com tal conduta ele fez justiça a si mesmo; lavrou com sangue de suas veias, o atestado de bravura; fixou um padrão de proceder, feito de convicção e disciplina, ousadia e perspicácia, traços marcantes de sua carreira militar; evidenciou de forma pessoal as pretéritas energias que exercitaram no passado os colonizadores da gleba brasileira, os que, posteriormente, a defenderam contra o saque, a hostilidade e a ocupa-

ção e os que lhe deram a amplitude do solo e a civilização; passou a ser símbolo e atravessou o oceano, fazendo-se presente em continente estranho — Serchio — Remo — Apenino — Panaro e Pó; para que pudéssemos, soberanamente, planejar o porvir.

Agora, é lição à disposição do Brasil que despontou na magnífica aurora de 1964, ensinando a única conduta e o irreversível ato dos que têm, como nós, a riqueza de uma tradição, a vivência de um ideal apontado para Deus, sem necessitar reavivar a carcaça de antigos regimes nem importar doutrinas de outros climas.

INFANTARIA BRASILEIRA!...

Anda, caminha, imprime cadência e ativa a tua marcha para a segurança do Brasil, nesta impressionante atualidade do mundo que estimula a revolta e valoriza a contestação ao ponto de erigi-la em direito.

Arregimenta o que és desde a gênese, incorpora o legado de Sampaio e estejas à altura do privilégio de, dos teus quadros, ter saído CAXIAS, Patrono do Exército Nacional.

Permanece sempre vigilante, pois:

*Floresce ou Perece uma Nação Segundo o seu Exército...
Vive ou Morre um Exército Segundo a sua Infantaria.*

E, assim, para a glória do Brasil, sê a eterna Infantaria de Sampaio.

O Pragmatismo Reformista da Revolução

Pronunciamento do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, JOÃO PAULO DOS REIS VILLOSO, na abertura do I Seminário de Integração Nacional. Rio de Janeiro, 3-IV-1973

NOTA

O Brasil está procurando realizar uma experiência de desenvolvimento segundo estratégia nacional.

Estratégia nacional, sem pretensões a originalidade, mas significando: é a sociedade brasileira quem responde fundamentalmente pelo esforço, rumos e prioridades do processo; o desenvolvimento deve preservar a identidade nacional e os valores culturais e humanos da sociedade brasileira; a estratégia deve fortalecer a capacidade de implementar decisões do país, consoante o interesse nacional, no campo interno e externo.

Num mundo crescentemente multipolarizado e certamente interdependente, a capacidade de conduzir um processo de desenvolvimento segundo estratégia nacional não se assegura pelos ideologismos nem pela legislação restritiva em relação à cooperação externa, nem pelo levantamento de barreiras protecionistas, nem pelo isolacionismo econômico e político.

Tal capacidade depende, principalmente, de duas ordens de fatores. De um lado, dos fatores relacionados com o potencial econômico do país: população, território, recursos naturais. De outro lado, de fatores mais dinâmicos e atuantes, capazes de efetivar — ou não — aquele potencial: nível de renda, qualificação de recursos humanos, competência científica e tecnológica, poder de competição econômica a nível de empresa, resultados efetivos no campo econômico e social, estabilidade social e política.

Tais fatores, particularmente os da segunda categoria, definem o grau de opção e a flexibilidade de instrumentos de que dispõe o país, para reagir a acontecimentos na ordem externa, preservando a consecução dos grandes objetivos nacionais.

O Brasil, pelo desempenho dos últimos anos, realizou uma antecipação de metas, e deverá alcançar em 1973, quanto aos objetivos macroeconômicos, o que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) previa para 1974. É o que vemos do quadro seguinte:

	<i>Definições do PND — 1974</i>	<i>Metas viáveis para 1973</i>
PIB — Cr\$ bilhões de 1973	352,3	365,4
PIB — US\$ bilhões	53,6	55,6
Renda <i>per capita</i> — US\$	515	534
Produto Industrial — Cr\$ bilhões de 1973	87,5	92,1

Levando-se em conta as perspectivas do PND, que vêm sendo ultrapassadas, o Brasil deverá chegar ao fim da década com um PIB de US\$ 100 a US\$ 120 bilhões, uma população da ordem de 120 milhões de habitantes e, pois, uma renda *per capita* na faixa dos US\$ 850 a US\$ 1.000. A participação da indústria no Produto Interno Líquido (PIL) estaria em cerca de 35% e a proporção da população em áreas urbanas se aproximaria de 70%.

É viável dobrar a renda *per capita* do país ao longo da década, em comparação com um aumento de apenas 35% na década de 60.

Dentro desse processo altamente dinâmico e de profundas repercussões econômicas e sociais, é importante destacar certos aspectos da atual realidade e perspectivas brasileiras:

1) *O Brasil tem condições de continuar crescendo a 10% ao ano.*

Existe a vontade política, que mobilizou a sociedade, nos quatro cantos do território nacional, para modernizar e desenvolver o país. A estabilidade social e política está, hoje, na consciência de todas as categorias sociais, como conquista a ser preservada.

A aliança entre o Governo e o setor privado revela-se cada dia mais fecunda. A racionalidade nos critérios de tomada de decisão na área pública e na empresa, beneficia-se do aperfeiçoamento progressivo, e continuado, dos instrumentos financeiros, fiscais, cambiais.

As estruturas se modernizam rapidamente, num e noutro campo — e disso são exemplo, na área governamental, programas como o de "Corredores de Exportação" e o de Centrais de Abastecimento, que representam soluções tecnologicamente modernas para problemas como a exportação em larga escala de produtos primários e o suprimento de alimentos aos grandes centros urbanos.

No tocante às possíveis limitações ao crescimento, não é provável que a poupança e o investimento bruto fixo, alcançando taxas em pouco acima de 20% do PIB, venham a constituir limitação.

A viabilidade do balanço de pagamentos está ligada a uma expansão das exportações totais a taxas anuais superiores a 15%, com os manufaturados e produtos primários não tradicionais crescendo a mais de 20%. Isso permitirá o relativo equilíbrio da balança de comércio e um *deficit* e em conta corrente compatível com a política de endividamento externo. As exportações brasileiras, que em 1964 eram de cerca de US\$ 1,4 bilhão, alcançarão no corrente ano entre US\$ 4,5 e US\$ 5 bilhões.

2) *A economia se moderniza, principalmente em dois campos.*

De um lado, os dos grandes investimentos governamentais — ou financiados pelo setor público —, nas áreas de Infra-estrutura e de Indústrias Básicas. No período 1973/1974, serão efetuados os seguintes programas de investimentos:

Cr\$ milhões de 1973

Energia	24.000
Transporte	20.000
Comunicações	3.900
Siderurgia	6.000
Indústria Química	4.500
Construção Naval	3.200
Indústria Mecânica e Elétrica	6.700
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.200

De outro lado, o da atuação dos poderosos incentivos fiscais e financeiros já estabelecidos para permitir, em ampla escala, a modernização da empresa privada, nos campos de tecnologia, "management" e estrutura financeira. Tal sistema de incentivos, que se destina, inclusive, a viabilizar a fusão de empresas em indústrias tradicionais, funciona junto ao BNDE e outros mecanismos de fomento.

3) *Não é mais possível falar em "dois Brasis", no dualismo simplista com que, até recentemente, se procurou caracterizar o país.*

O Brasil oferece a imagem compósita de ampla diversidade regional, em que para cada região se procura configurar um pólo macroeconômico de considerável densidade econômica. A integração nacional, que implica em integração física e econômica, significa intenso fluxo de fatores de produção e de bens e serviços entre os

quatro grandes pólos — Sul; triângulo São Paulo—Rio—Belo Horizonte; Nordeste; Transamazônica/Centro-Oeste. Alcançando a multipolarização econômica, estar-se-á a caminho do relativo equilíbrio entre as regiões, configurando o mercado nacional integrado que seja a contrapartida da profunda unidade política e espiritual que no Brasil independente sempre existiu.

O Governo federal aplicará no desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, no biênio 73/74, Cr\$ 20 bilhões (preços de 1973), incluindo incentivos fiscais e transferências para os Estados da região.

Na batalha de gigantes que é esse esforço de integração nacional, destacam-se a construção de gigantesco anel rodoviário na Amazônia — hoje região de alta rarefação econômica, correspondendo a 42% do território nacional, com apenas 3,8% da população e 2% do produto nacional —, representado pela Transamazônica e Perimetral Norte, numa extensão total de cerca de 11.000 km; os programas de transformação da agricultura tradicional do Nordeste (PROTERRA, PROVALE); e o fortalecimento do pólo industrial do Nordeste, inclusive para atender parte do mercado da Amazônia.

4) *O Brasil tem condições de levar às últimas conseqüências o objetivo da sociedade sem privilégios e sem preconceitos e do acesso do homem comum a oportunidades e à renda nacional.*

No campo da distribuição de renda, o Governo do Presidente Médici está adotando estratégia objetivando simultaneamente, elevar o nível de renda e melhorar a sua distribuição, assim como abrir aos indivíduos de renda baixa a possibilidade de acesso a níveis mais elevados de renda e escala social.

Tal estratégia atua através de fatores como:

a) O aumento do salário indireto, pelos investimentos em Educação, Saúde-Saneamento, Habitação, Nutrição.

No biênio 1973/1974, o país aplicará Cr\$ 100 bilhões em desenvolvimento social (os setores acima, mais previdência social).

O sistema escolar brasileiro conta, este ano, com cerca de 25 milhões de estudantes (mais que a população total do Canadá, por exemplo).

A ampliação de oportunidades pode ser avaliada, por exemplo, de que recente levantamento na Universidade de São Paulo, a maior do país, revelou serem cerca de 45% dos alunos provenientes de pais analfabetos ou com curso primário incompleto.

O efeito redistributivista da política educacional ressalta da observação de que o setor público financia cerca de 90% das matrículas de nível primário, 60/70% das de nível médio e 70% das de nível superior.

Ao lado disso, o MOBRAL permitirá reduzir o total de analfabetos, na faixa de 15/35 anos, de 8 milhões em 1970 para 2 milhões em 1974. O analfabetismo estará virtualmente erradicado no Brasil, até o fim da década. Nessa época deverá estar praticamente universalizado o ensino de 1.º grau (primário e ginasial — taxa de escolarização de 95%).

Pela melhoria das condições de saúde, a expectativa de vida do brasileiro estará então na ordem de 65 a 66 anos, comparável à situação atual de muitas áreas desenvolvidas.

b) Os novos fundos de integração social criados, como o PIS e o PASEP. Tais fundos, inteiramente financiados pela empresa e pelo Governo, beneficiam apenas o trabalhador, pela formação de um patrimônio que irá suplementar a aposentadoria ou pensão familiar. Terão importante efeito quantitativo como reforço à participação do trabalho na renda nacional.

c) A elevação do salário real que tem sido constante nos últimos quatro anos e que continuará ao longo da década. Em 1972, a folha de salários na indústria de transformação, pelo aumento do emprego e do salário real, cresceu de 26%, para uma elevação do custo de vida da ordem de 14/15%.

d) A política de dividir os ganhos de produtividade entre o produtor e o consumidor, através da política de preços, nos produtos de consumo de massa, industriais e agrícolas. Isso reduz gradativamente o preço real de tais produtos, sobre os quais não mais incidem impostos federais, e permite a criação progressiva do mercado de massa.

e) Eliminação da "pobreza relativa" (ou seja, os 30% correspondentes à faixa de renda mais baixa), principalmente no Nordeste, através do PROTERRA, do PIN, do PROVALE e da política de incentivos fiscais.

Em síntese, a estratégia em curso objetiva, na década, um aumento de 100% na renda média dos brasileiros, com nítida tendência a que todas as categorias se beneficiem de amplo aumento da renda real, embora algumas em maior proporção que outras. A economia estará fortalecida, os resultados do progresso estarão amplamente disseminados, e a abertura de oportunidades substancialmente ampliada.

No tocante à criação de uma sociedade aberta e sem privilégios, não hesitamos em dizer que, dentro da América Latina e em áreas subdesenvolvidas em geral, poucos países têm as condições efetivas de que dispõe o Brasil para, dentro do quadro democrático, realizar reformas sociais profundas a prazo médio.

Essas condições especiais do Brasil decorrem dos seguintes principais fatores, que explicam a filosofia e a prática do atual sistema de Governo: desvinculação de interesses de grupos — regionais, econômicos ou políticos; pragmatismo e imaginação, ao lado de capacidade executiva na execução de programas de grande efeito social; confiança da opinião pública, pelo fato de ser sua filosofia marcadamente influenciada pelas posições sociais da classe média urbana e pelo distanciamento ideológico em relação a posições extremistas.

Em consequência dessa posição pragmaticamente reformista e de abertura social da Revolução, como acaba de reafirmar o Presidente Médici, no pronunciamento sobre o 9.º aniversário da Revolução, é possível antever o importante salto qualitativo que deverá experimentar, no próximo estágio, o Brasil, em consequência dos efeitos cumulativos dos fatores de transformação econômica e social que já estão operando. Fatores como: o efeito conjugado da industrialização e da urbanização aceleradas; a injeção, no meio social, de maciças doses de nova tecnologia; o impacto da educação em grande escala; a abertura de novas fronteiras econômicas dentro do país; as reformas institucionais, econômicas e sociais, aprovadas a partir de 1964, inclusive com extensão da previdência social ao campo e com o programa de redistribuição de terras no Nordeste; os novos instrumentos de integração social, tipo PIS; o salto experimentado nos Transportes e nas Comunicações; a maior integração do país na economia internacional.

5) A integração do setor externo na estratégia nacional de desenvolvimento.

Havendo alcançado, em 1972, um *superavit* de balanço de pagamentos de US\$ 2,4 bilhões e um nível de reservas superior a US\$ 4 bilhões, o Brasil representa, hoje, um mercado da ordem de US\$ 50 bilhões, e certamente um dos que mais crescem, no mundo. Tem sido crescente o influxo de investimentos diretos estrangeiros e de capital externo.

Na integração maior com a economia internacional, o país utiliza estratégia econômica externa objetivando ser capaz de crescer mais rapidamente, com particular ênfase na conquista de mercados externos; e dispor de maior capacidade de manobra em face de

ocorrências no sistema econômico internacional, para realizar os seus objetivos econômicos internos.

No tocante à empresa estrangeira, é sabido que a legislação brasileira não adota tratamento restritivo ou discriminatório. Mas há idéia nítida de que o capital externo se ajusta à estratégia nacional, desempenhando papel em que se destacam os seguintes pontos:

1) Contribuição significativa quanto à tecnologia, orientando-se preferencialmente para os campos em que haja necessidade de aporte de tecnologia mais refinada.

2) Participação no esforço de expansão das exportações, particularmente quanto ao objetivo de dar maior sofisticação à estrutura de nossas exportações de manufaturados. O Brasil já está, hoje, exportando equipamentos agrícolas, rodoviários e hidroelétricos; máquinas-ferramenta; navios, ônibus, caminhões, automóveis; componentes sofisticados de inúmeros bens de consumo duráveis e bens de capital; relógios e instrumentos de precisão. Vamos passar, agora, a dar ênfase à exportação de equipamentos eletrônicos (inclusive computadores de grande porte montados no Brasil), equipamentos sob encomenda, conjuntos integrados de equipamentos.

Essa contribuição às exportações, como já vem ocorrendo, deve fazer-se também para o mundo desenvolvido, e não apenas para a América Latina.

3) Contribuição à política de pesquisa tecnológica, com alocação de orçamento próprio de pesquisa às subsidiárias no país.

4) Compatibilidade com a política de fortalecimento da empresa nacional, que dispõe de mecanismos próprios, principalmente financeiros, para assegurar-lhe participação considerada satisfatória na economia nacional. Essa compatibilização implica em evitar atitudes de imediatismo exportador ou imediatismo de expansão do produto, se prejudiciais à estrutura do setor privado nacional.

Para integrar a empresa estrangeira na estratégia nacional de desenvolvimento, o país não usa legislação restritiva. Utiliza instrumentos de política econômica, fiscais e financeiros — incentivos e desincentivos —, que afetam a rentabilidade dos projetos, mas de forma consistente com as regras do jogo do regime de mercado.

* * *

No espaço de menos de uma década, o Brasil, para a opinião internacional, deixou de ser vagamente o país continental do café,

do futebol e do carnaval, para afirmar a sua capacidade de realizar importante experiência de desenvolvimento e transformação.

Não que haja nada errado com o café, o carnaval e o futebol. Estes dois últimos constituem manifestações válidas de um tipo de sociedade. A sociedade que aqui se está procurando construir deseja o crescimento e, em geral, o bem-estar material. Mas quer, de outro lado, preservar as manifestações espontâneas de um povo dotado de alegria de viver, imaginação criadora, capacidade de improvisação e de busca pragmática de soluções ainda não tentadas.

Manifestações essas que, representando abertura para a inovação, podem ajustar-se espontaneamente à disciplina da organização de estruturas, mesmo quanto à organização maior — a organização nacional — quando a motivação existe.

E para a tarefa primeira, a tarefa de construção, no Brasil, da sociedade aberta e desenvolvida, está o país mobilizado.

"São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos e assim, com a força de tratar com pessoas honestas e virtuosas, se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também a força de ler os livros se aprende a doutrina que lhes ensinam. Forma-se o espírito, nutre-se a alma com bons pensamentos e o coração vem por fim a experimentar um prazer tão agradável, que não há nada que se o compare e só o sabe avaliar quem chegar a ter a fortuna de o possuir."

PADRE A. VIEIRA

Assessores do Comandante

Cel Art QEMA
JORGE LUONGO

1. INTRODUÇÃO

— O presente trabalho tem por base idéias transcritas ou afe-
ridas dos regulamentos e dos ensinamentos que são ministrados nos
estabelecimentos de ensino militar.

— Apesar do propósito de fornecer uma orientação aos jovens
oficiais assessores dos Cmts de Unidade, algumas normas aqui ex-
postas são peculiares e muito úteis aos assessores de GU, até o es-
calão divisionário.

2. O ASSESSOR E SUAS RESPONSABILIDADES

O Cmt é o responsável por tudo que sua unidade faz ou deixa
de fazer.

Acontece, porém, que para cada setor de atividade de uma OM,
pessoal, informações e contra-informações, instrução e operações, ad-
ministração financeira, material e patrimônio, orçamento etc, o Cmt
tem seus auxiliares.

Esses auxiliares são os chefes de seção do Estado-Maior da uni-
dade que assessoram o Cmt, planejam e executam os trabalhos espe-
cíficos e peculiares a cada uma dessas atividades, sendo responsáveis
perante o Cmt, por tudo que fizerem ou deixarem de fazer no exer-
cício de suas respectivas funções.

— Na coordenação, orientação e fiscalização das atividades do
EM está o Chefe do Estado-Maior, que no caso da unidade é o Subco-
mandante.

— O êxito e a eficiência operacional de uma unidade dependem
em grande parte da competência profissional dos assessores do Cmt.

3. ASPECTOS IMPORTANTES A SEREM CONSIDERADOS

— O assessor deve raciocinar em termos de sua unidade como um todo, não somente em termos de sua seção ou de sua própria pessoa.

— Ter plena consciência de que os trabalhos de sua seção são trabalhos da sua OM, que os pontos altos de sua seção são pontos altos de sua OM. Que os erros e omissões de sua seção são considerados falhas de sua unidade.

— Que os seus atos podem concorrer para o sucesso de sua OM, bem como também, podem comprometê-la e ao seu comandante.

— Que o Cmt pode ser responsabilizado por um erro ou omissão do assessor, que a unidade pode sofrer as consequências dessas falhas. No entanto, não deve esquecer que a responsabilidade direta moral e disciplinar do assessor perante o seu Cmt não se extingue nem desaparece.

— Além de outras virtudes militares e humanas, o assessor deve ser dotado de alto senso de responsabilidade, previsão, iniciativa e extrema lealdade para com a sua Unidade e seu Comandante.

4. DISCIPLINA INTELECTUAL

— Deve ser uma das características marcantes do assessor.

— Quando um problema estiver em estudo ou em debate, o assessor deve ter bastante coragem moral, para, dentro do respeito, das boas normas de educação civil e militar, manifestar a sua opinião sincera a respeito do caso e defender a sua idéia, até que o chefe decida.

— Após a decisão, cessa qualquer discussão, qualquer comentário ou apreciação a respeito da decisão tomada.

— O assessor a partir desse momento deverá fazer todo o empenho, empregar toda a sua inteligência, os seus conhecimentos e a sua experiência, para dar cumprimento à decisão do chefe.

— Coragem moral, sinceridade e honestidade, aliadas a um elevado espírito de disciplina, são virtudes que caracterizam a Disciplina Intelectual do assessor.

5. DOCUMENTOS DE CONTROLE E CONSULTA

— Protocolo de entrada e saída de documentos.

— Relação-carga da Seção.

— Relação dos documentos que devam dar entrada na seção, diária e periodicamente (Calendário de Entrada de Documentos).

— Relação dos documentos que deverão ser remetidos ou expedidos aos diferentes escalões, diária e periodicamente (Calendário de Expedição de Documentos).

— Calendário das principais atividades a serem realizadas (competições, solenidades, exercícios de campo, etc).

— Agenda dos trabalhos correntes.

— Um livro Controle, das atividades do pessoal designado para sindicâncias, IPM, comissões, etc. — conforme a Seção —, contendo o n.º e a data do Boletim da designação, o nome do pessoal designado, a natureza da atividade, e o resultado ou Boletim Interno que publicou a solução dessa atividade.

— Todos os regulamentos que regem as atividades da seção.

— Coletânea de Leis, Avisos, Portarias, etc, que interessem ao serviço da seção.

— Índice da Legislação que interesse ao serviço da seção.

— Pasta, contendo as cópias das ordens, instruções e recomendações de caráter permanente que interessem ao serviço da seção, publicados no Noticiário do Exército, Boletins dos Escalões Superiores e Boletins Internos da OM.

— É conveniente colocar-se num "quadro" os Calendários acima, para facilitar a sua verificação diária e o conhecimento antecipado da data de cada evento programado.

6. ARQUIVO

O arquivo da seção deve ser muito bem organizado e mantido em ordem, de modo que qualquer documento que for solicitado seja prontamente apresentado, sem perda de tempo, por qualquer integrante da seção. Naturalmente os documentos de natureza sigilosa deverão ficar sob a guarda do chefe da seção.

7. COMO SOLUCIONAR OS TRABALHOS DA SEÇÃO

— Todos os casos ou documentos devem ser estudados e solucionados à luz da legislação em vigor e das ordens superiores existentes sobre eles.

— Não se admite outra lógica, que não a decorrente da legislação.

— Isto quer dizer que não deve haver escolha entre o que estabelece a legislação que regula o assunto e o que se pode pensar ser a melhor maneira de resolvê-lo.

— Não há opção. O que existe é uma imposição legal, que deve ser obedecida à risca.

— Também, não significa que não se use a lógica individual ou o parecer pessoal. Pelo contrário, deve-se utilizar toda a inteligência, todos os conhecimentos e toda a experiência adquirida, para dentro do que estabelece a legislação, encontrar-se a melhor solução para o caso apresentado.

8. ELABORAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

— Redija com correção e de maneira clara, precisa e concisa.

Aquilo que for redigido deverá ser exatamente a expressão do pensamento, e da idéia, de maneira que essa idéia a ser exposta seja entendida pelo seu destinatário.

— Observe as normas do R-8 e as abreviaturas regulamentares, bem como a legislação específica, e os modelos previstos para determinados casos particulares.

— Não deixe de elaborar nem atrase a elaboração de nenhum documento.

— Não deixe de remeter nem atrase a remessa de nenhum documento.

— Leia com atenção todos os documentos que entrarem em sua seção. Estude-os à luz da legislação para dar ou propor a solução certa e regulamentar a cada um deles.

— Leia com atenção todos os documentos antes de submetê-los à apreciação do chefe, mesmo aqueles que tenham sido redigidos por si mesmo. Lembre-se de que o datilógrafo pode ter cometido algum engano ao copiá-los.

— O chefe de seção deve ter plena consciência de que a não elaboração de determinado documento, ou o atraso no seu encaminhamento, além de trazer-lhe sérios embaraços, compromete a unidade e pode também prejudicar justos interesses de terceiros.

9. DOCUMENTOS QUE DEVAM DAR ENTRADA NA SEÇÃO

— O chefe da seção deverá exercer ativo e contínuo controle na documentação que deva dar entrada na seção.

Consultando diariamente:

— O calendário de Entrada de Documentos.

— O livro controle do pessoal escalado para Sindicância, IPM, comissões etc.

Solicitando a remessa dos documentos que deixaram de ser remetidos ou entregues, dentro do prazo marcado.

Alertando os interessados sobre o término do prazo para a entrega dos trabalhos que lhes foram atribuídos.

10. CONTROLE DA ELABORAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

— O controle pode ser feito:

— Pelo confronto do que estava previsto e do que realmente foi realizado.

— Pela verificação dos trabalhos em andamento e das providências tomadas para que os mesmos sejam concluídos dentro do prazo marcado.

— Pelo início no tempo oportuno dos trabalhos com prazos de remessa ou conclusão pré-fixados.

— Pela verificação diária:

— do Calendário de expedição de documentos.

— do Calendário de ações a realizar.

— da Agenda de trabalhos.

— das pastas-arquivos dos documentos recebidos: rádios, mensagens, partes, ofícios, etc.

— O Chefe da seção deverá ler, diariamente, o N. Ex, os Boletins dos Escalões Superiores e Internos da sua OM, anotando na sua Agenda de trabalhos todas as ordens, recomendações etc. que impliquem na elaboração e expedição de documentos ou em outras providências, por parte de sua seção.

— O Chefe da seção deverá mandar registrar, em todos os documentos recebidos e que devam ficar arquivados na seção, o número e a data do documento que deu solução ou outra providência a cada um desses documentos.

Assim, cada documento arquivado, rádios, mensagens, partes, ofício, etc., deverá conter um dos registros abaixo:

— Publicação no Boletim Interno n.º de

— Lançado na Ficha

— Lançado no Mapa...

— Providenciado. Ofício N.º... de ...

— Providenciado. Rd N.º ... de ...

— Ciente do interessado...

— etc. etc.

Esses registros facilitarão o controle, a pesquisa ou a reconstituição do fato futuramente, com grande economia de tempo e de trabalho.

Essa operação já foi denominada "Amarração".

O documento arquivado que não estiver "Amarrado" não foi solucionado ou houve um esquecimento de registrar-se a providência tomada.

— É preciso não confundir esses registros (amarração), com o despacho dado e constante do documento. A "amarração" deve ser feita pelos auxiliares da seção.

— Documentos elaborados na seção.

O controle da remessa dos documentos elaborados na seção ou que nela apenas tiverem a sua tramitação pode ser feito através do:

— Protocolo de saída

— Agenda

— 2.^{as} vias dos ofícios de remessa ou encaminhamento.

O item 1 do texto do ofício de remessa deve responder à pergunta "do que se trata?"

Essa prescrição do R-8 é muito importante e não deve ser esquecida.

Pela leitura da 2.^a via do ofício que fica arquivada na seção, qualquer pessoa poderá, mesmo depois de passado algum tempo, saber o destino dado à documentação. Porque foi registrada a natureza da documentação e todos os demais dados que a identificam claramente.

11. CASOS ESPECIAIS

— Há casos em que um documento original não deve ser anexado aos autos de um processo e sim uma cópia autêntica desse documento.

— Há outros casos em que é necessário que o documento original seja incluído ao processo e que seja tirada uma cópia autêntica, fotocópia etc. desse documento para permanecer na unidade.

12. INSPEÇÃO SEMANAL

— O chefe da seção deverá semanalmente dar uma busca nas gavetas de sua mesa de trabalho e determinar aos seus auxiliares que façam o mesmo em relação às deles.

13. PROCESSOS QUE AGUARDAM COMPLEMENTAÇÃO

Processos incompletos que aguardam alguns documentos, ou informações complementares, não podem ficar indefinidamente numa seção.

O chefe da seção deverá reiterar as solicitações já feitas anteriormente, ou devolvê-las, encaminhá-las, ou ainda providenciar o despacho definitivo, quando for o caso.

Não se justifica que um processo permaneça muito tempo numa seção. Nem se justifica que uma das providências acima deixe de ser tomada.

14. SEÇÃO E OM

— A seção existe para servir à unidade e não a unidade para servir à seção. É lógico que a unidade deve providenciar os meios em pessoal e material, para que a seção possa executar a sua missão.

— É preciso notar-se que os interesses da OM devem prevalecer sobre os da seção.

— Muitas vezes, a melhor Linha de Ação para a seção, a mais simples, a mais rápida e a mais econômica, não é a melhor para a unidade. Conseqüentemente, essa Linha de Ação deve ser abandonada e adotada outra, ainda que se a pior para a seção, mas que venha a ser a melhor para o conjunto da OM.

— Ligação lateral

- As seções não são estanques.
- Deve ser procurada a maior ligação das seções entre si. A máxima cooperação entre as seções.
- Ser facilitada ao máximo a troca de informes, esclarecimentos etc.
- Não deve, porém, haver interferência de uma seção na outra.
- A cooperação entre as seções é uma ação positiva, a interferência de uma seção na outra é uma ação negativa.
- Assim o chefe da seção A, por ser mais antigo, não deve querer dar ordens na seção B, a não ser em casos excepcionais em que o regulamento obriga o superior a tomar providências imediatas sobre fatos irregulares que presenciar ou tiver conhecimento.

- As ordens às seções são dadas pelo Cmt por intermédio do seu Chefe do Estado-Maior, ou pelo próprio Chefe do Estado-Maior da OM. Também não quer dizer que o Cmt não possa dar ordens diretamente às seções. Pode sim, e, quando isso acontecer, cabe ao chefe da seção dar conhecimento ao Chefe do EM da Ordem recebida.

15. DESPACHO COM O CHEFE

— O chefe da seção não deve mandar levar documentos para serem assinados pelo seu chefe nem deixá-los em cima de sua mesa para serem assinados depois, salvo se receber ordens para isso.

— O assessor deve despachar pessoalmente com o seu chefe, prestando-lhe todos os esclarecimentos necessários à elucidação do caso ou documento apresentado, bem como os demais esclarecimentos que lhe forem solicitados.

— Muitos documentos deverão ser apresentados previamente à consideração do chefe, em forma de rascunho.

— Não deve deixar para a última hora a apresentação ao Chefe de documentos com prazo de remessa previamente fixado. O chefe poderá querer introduzir alterações nesse documento e o assessor não terá tempo de refazê-lo sem atrasar a remessa.

— Não deve reunir documentos elaborados durante vários dias para apresentá-los de uma só vez ao seu chefe para apresentar volume de trabalho de sua seção.

— Deve dar prévio conhecimento ao chefe do EM (Na unidade o chefe do EM é o Subcomandante) de todos os assuntos que tiver que tratar diretamente com o seu Cmt.

— Deve dar conhecimento ao Chefe do EM das decisões do Cmt e das ordens que ele lhe der diretamente.

— Deve adquirir a confiança do seu chefe pelo meticoloso e profundo conhecimento de cada assunto a ser tratado, bem como pelo meticoloso e profundo conhecimento da legislação que regula cada um desses assuntos.

Mesmo assim, é conveniente levar consigo essa legislação, para dissipar ou esclarecer qualquer dúvida surgida.

— Deve apresentar dados concretos, informes ou informações precisas, para que o chefe possa decidir com acerto.

— Não deve fazer afirmações daquilo que não tiver absoluta certeza, sob pena de ficar desacreditado posteriormente.

— Quando for o caso, declare a seu chefe que se trata apenas de um parecer pessoal, de uma opinião a respeito do problema, ou que

se trata apenas de dados estimados ou aproximados. Essas opiniões, essas estimativas também auxiliam muito.

— Quando tiver dúvida quanto à validade ou legalidade de determinada ação, documento etc., manifeste essa dúvida ao seu chefe, expondo as razões dessa dúvida.

— Não deve perguntar ao seu Cmt se uma determinada ação pode ou não ser feita. Pelo contrário, é o assessor que deve dizer ao seu Cmt que essa ação pode ou não ser feita, se é legal, se é justa e se é possível de ser realizada. É o assessor que deve ter todos os dados, todas as informações, todos os pormenores relativos a essa ação. O chefe da seção pode perguntar ao seu Cmt se concorda, se deseja, se autoriza ou se ordena ou não que essa determinada ação seja realizada. O que é bem diferente.

16. O TEMPO É IMPORTANTE

— Sabemos que o tempo não é um dos fatores da Decisão, mas é um aspecto de importância fundamental a ser considerado na realização de qualquer evento.

— Nada se faz que não demande tempo. Na Teoria da Relatividade de Einstein, o tempo é a 4.^a dimensão.

— Muitas ações previstas ou impostas, com muita antecedência, em diretrizes, ordens etc., têm deixado de ser feitas ou têm sido realizadas de modo precipitado ou tumultuado, porque o assessor deixou de alertar o chefe ou deixou de tomar as providências que se faziam necessárias, em tempo oportuno.

— Calcule ou estime o tempo necessário para a realização de cada ação, de uma determinada tarefa. Quando for o caso, calcule também o tempo necessário para a execução de cada uma das medidas preparatórias, que essa tarefa exige que sejam tomadas previamente.

— Aprenda a fazer a contagem regressiva do tempo não só em segundos e minutos, como também em horas, dias, semanas, etc., para saber quando deve dar início a um determinado trabalho, para poder concluí-lo no tempo previamente marcado.

— Quando se tratar de ordem ao escalão subordinado, calcule a oportunidade da expedição dessa ordem, o tempo de deslocamento etc., para que o escalão subordinado possa recebê-la em tempo, para poder cumpri-la dentro do prazo estipulado.

— A falta dessa previsão por parte do assessor recomenda mal o escalão superior que emite a ordem, aos olhos dos subordinados.

— É reconhecida a expressão humorística; "Recebi hoje a ordem que deveria ter sido cumprida ontem".

Não deixe que isso aconteça, habitue-se a fazer a previsão do tempo necessário para a execução de qualquer evento, bom como do tempo necessário para a execução das medidas preparatórias e das decorrentes do evento tratado.

17. PRIORIDADE NO CUMPRIMENTO DAS ORDENS DO CMT

— O sistema de trabalho de uma seção está montado de maneira que suas atividades se processem normalmente independente de ordens do comandante.

— As atividades da seção já estão definidas nos regulamentos, diretrizes, NGA etc.

A interferência do Cmt ou do Chefe do Estado-Maior nos trabalhos de rotina da seção é pequena. Só é feita no sentido de verificar o andamento ou a execução desses trabalhos, de orientar, de fiscalizar, e de esclarecer a maneira como desejam que determinada atividade se realize.

— A realização de qualquer atividade afeta à seção é uma obrigação do chefe da seção, que não pode de modo algum deixar de realizá-la, nem alegar que deixou de fazê-la por não ter recebido ordem nesse sentido.

— Quando nenhuma instrução receber a respeito, o assessor tem o dever de realizá-la normalmente.

— Acontece, porém, que muitas vezes o comandante dá ordem para a realização de determinado evento ou para alterar determinada ação já prevista.

— As ordens do Cmt devem ter alta prioridade. Quando a urgência dos trabalhos de rotina não permitirem essa prioridade, as suas ordens devem ser executadas concomitantemente com esses trabalhos. Jamais deverão ser relegadas a um segundo plano.

— Uma ordem é uma missão a ser cumprida.

— Faça o estudo e a interpretação da ordem recebida empregando o método de raciocínio do "Trabalho de Comando".

Análise e interprete a ordem, considere não só as ações claramente explícitas, como também as implícitas; considere também, além de outros fatores, o tempo em que deve iniciá-la e tempo necessário para a sua execução.

— Muitas vezes a execução de uma ordem implica na realização por parte do assessor de outras ações antes ou depois do cumprimento dessa ordem, e como decorrência dela.

18. PRIORIDADE NA EXECUÇÃO DE DETERMINADAS AÇÕES

— O assessor deve estar sempre alerta, sempre em condições de discernir sobre a prioridade, sobre a urgência de determinadas ações.

— Há fatos que necessitam de providências imediatas, outros que necessitam, também, de comunicação ao Escalão Superior sem perda de tempo, a fim de não prejudicar a sua solução ou providências ulteriores.

— O assessor não deve ficar embevecido pelo trabalho de rotina, por aqueles trabalhos que se repetem diariamente a ponto de não distinguir a urgência que deve dar a determinadas providências que um evento diferente do que acontece diariamente requer.

— Esse é um aspecto muito importante a ser considerado.

— O injustificável retardo das providências do assessor pode permitir que o Escalão Superior tome conhecimento do evento acontecido, antes da comunicação oficial da unidade, fato que repercute desfavoravelmente na unidade, dando também má idéia de sua eficiência.

— Um fato diferente quer pela sua natureza, quer pelo seu vulto, quer pela sua importância, requer um tratamento diferente.

— Jamais os trabalhos de rotina justificam a falta de providências imediatas, por parte do assessor, a um determinado evento.

— Também, não se pode compreender que o assessor não saiba distinguir a urgência que deva dar a uma determinada ação, nem justificar essa falta de discernimento. Não se justifica, também, que deixe de tomar as medidas necessárias para atender a essa urgência.

19. O ASSESSOR DEVE TER INICIATIVA

Ele não é um simples elemento de execução. Concebe, planeja e executa.

Exemplo — Exercício de unidade. O S3 concebe a realização do exercício, fazendo e dando respostas às seguintes perguntas:

Quê?

Quem?

Quando?

Onde?

Como?

Para quê?

Leva essa *Concepção* ao seu comandante, por intermédio do Sub-cmt, que após apreciá-la poderá utilizá-la ou adotá-la integralmente, como sua *Diretriz*.

Posteriormente, num trabalho integrado do EM da unidade, participará do *Planejamento* e *Montagem* desse exercício e finalmente participará da sua *Execução*.

— O assessor deve procurar desenvolver ao máximo o seu espírito de iniciativa. Deve prever, lembrar, alertar, sugerir, propor, coordenar, planejar, controlar, fiscalizar e realizar inúmeras atividades.

20. PROPOSTAS E SUGESTÕES

As propostas e sugestões devem ser objetivas e ter fundamento legal. Não devem interferir negativamente em outras atividades. O assessor deve saber antecipadamente como poderá ser resolvido ou realizado o caso proposto e se a unidade dispõe de meios para atender a ação proposta.

A apresentação de propostas ou sugestões fantasiosas ou mesmo reais, porém fora das possibilidades de sua realização, é perda de tempo.

O assessor não deve apresentar ao seu Cmt proposta ou sugestão de adoção de medidas ou providências que contrariem dispositivos regulamentares, instruções, ordens ou recomendações existentes ainda que sejam para beneficiar pessoas ou que no seu entender sejam para beneficiar o serviço.

Além da responsabilidade disciplinar ou criminal, ele tem grande responsabilidade moral de não concorrer para que o seu comandante erre, nem de induzi-lo a cometer erros.

Qualquer medida para atender interesses e que esteja em desacordo com a legislação em vigor ou com as ordens superiores existentes, irá fatalmente causar descontentamento e prejuízo a quem não for beneficiado por essa ação, e causar, também, prejuízos morais e (ou) materiais à unidade.

— Conseqüentemente, não deve ser adotada, primeiro por não ser regulamentar; segundo, porque, cedo ou tarde, irá causar mais prejuízos do que benefícios.

21. O SUBCOMANDANTE DE UNIDADE

— Dentre as importantes atribuições do Subcmt ressalta a de Chefe do Estado-Maior da unidade.

— Como Chefe do EM da unidade deve controlar, coordenar, orientar, assistir e fiscalizar todas as atividades desse EM e também:

— Conhecer todos os problemas, necessidades, possibilidades e pormenores da OM.

— Estar em condições de orientar, esclarecer qualquer dúvida dos chefes de seção relativos a pessoal, informações e contra-informações, instrução, operações e administração, bem como de prestar qualquer informação ao seu Cmt.

— Impor-se ao respeito e à consideração de todos, pela sólida e atualizada cultura profissional, adquirida e mantida durante longos anos de permanentes estudos, pela sua grande experiência, adquirida durante a sua vida militar, inclusive pelo exercício das funções de chefe das diversas seções da OM, pela sua capacidade de ação revelada pelo seu dinamismo, pela sua iniciativa e pela eficiência no desempenho de suas atribuições.

— Deve possuir muito tato, muita habilidade no seu relacionamento e na comunicação com outras pessoas, a par de uma energia firme, porém equilibrada e tranqüila.

— Inspirar confiança a todos pela correção de suas atitudes. Ser acessível aos chefes de seção, valorizar os seus trabalhos e as suas pessoas. Tratar com especial atenção e com uma assistência mais cerrada os jovens oficiais que pela primeira vez venham a desempenhar as funções de chefe de seção.

— Secundar com eficiência o seu Cmt, demonstrando sempre a mais elevada disciplina intelectual.

— O Subcmt é a segunda autoridade da OM. Deve ter e demonstrar possuir orgulho e vibração pelo alto posto que ocupa na hierarquia militar, bem como pela importância do cargo que desempenha.

— Nas manifestações exteriores do seu comportamento, deve demonstrar ser um verdadeiro soldado, um verdadeiro combatente e também:

— Manter sempre uma atitude marcial, andar sempre elegantemente uniformizado, quer no interior do quartel, quer em campanha, onde quer que esteja.

— Demonstrar o seu entusiasmo, andar de cabeça erguida e olhar altivo, como o militar que tem confiança em si mesmo. Confiança decorrente de sua cultura, de sua experiência e de sua capacidade de ação, não devendo, também, descurar-se da manutenção do seu vigor físico.

— O Subcmt é o assessor n.º 1 do Cmt e por isso mesmo o de maior destaque. Deve ser um guia, um mestre e um exemplo para todos os integrantes do Estado-Maior da Unidade.

— É preciso notar que nos referimos ao Subcmt como Chefe do Estado-Maior da unidade, porque sabemos, e já nos referimos a isso, que o Subcmt também tem outras atribuições.

22. NÃO SE DEIXE ABSORVER TOTALMENTE PELA ROTINA BUROCRÁTICA

— As atividades burocráticas são muito importantes e devem ser levadas muito a sério e resolvidas com muita eficiência. Porém os assessores do Cmt numa Unidade ou Grande Unidade, de escalão divisionário ou regional, têm outras atividades muito importantes, além das burocráticas.

O volume de trabalho burocrático pode ser muito grande, no entanto, os assuntos de uma seção são pouco diversificados na sua espécie e no seu gênero.

— Dificilmente dá entrada numa seção um documento ou um problema, que já não tivesse sido resolvido anteriormente. Caso igual ou semelhante.

— A prática e os conhecimentos que o oficial vai adquirindo no estudo e manuseio da legislação, vão lhe permitindo maior facilidade e rapidez nas suas soluções.

— A produção da seção ficará, então, na dependência do número de seus auxiliares e na sua eficiência.

— Conseqüentemente vai sobrar tempo para as outras atividades, que deverá realizar, ou seja, aquelas atividades que necessitam de sua presença física, onde se fizer necessária a sua observação, a sua orientação, a sua ação fiscalizadora e a sua intervenção, e que estejam dentro de sua alçada ou que lhe tiver sido delegado competência para fazê-lo.

— A observação pessoal "in loco" vale mais do que a apreciação de um relatório muito bem feito.

23. NÃO SOBRECARRREGAR AS OM SUBORDINADAS COM TRABALHOS BUROCRÁTICOS

— No escalão divisionário ou regional, o assessor deve lembrar-se de que o valor de uma Grande Unidade depende não só do valor do Cmdo da GU, mas também depende da eficiência operacional das unidades integrantes dessa GU.

— Portanto nenhuma medida, que possa prejudicar a eficiência operacional, a atividade fim das OM subordinadas, que não seja absolutamente necessária e imprescindível, deve ser prevista.

— Antes de apresentar uma sugestão, uma proposta de adoção de um novo documento periodico, mapa, relação, relatório, etc, deverá verificar primeiro se os resultados desejados justificam os trabalhos que vão dar.

— Verificar não somente os aspectos positivos da nova medida, mas também as implicações e os inconvenientes que possam trazer aos escalões subordinados.

— Verificar se o ideal desejado no particular, isto é, na sua própria seção, não vai prejudicar a eficiência do conjunto. Verificar, também, se o excelente e impecável "controle burocrático a distância", feito pela sua seção, não está sendo mantido à custa de uma sobrecarga de trabalhos de natureza burocrática às unidades subordinadas, prejudicando-lhes a eficiência operacional, obrigando muitas vezes a retirada de elementos da instrução para atenderem a esses trabalhos.

— Esse controle feito por intermédio de documentos deve ser reduzido ao mínimo indispensável, devendo ser substituído em grande parte, por inspeções ou visitas dos assessores às OM, em nome do Cmt da GU.

— As unidades têm muitos e variados encargos burocráticos, com um apreciável volume de trabalhos dessa natureza, a maioria necessária e indispensável à própria existência da OM.

As OM têm que atender:

- as atividades internas;
- a Bda;
- a Divisão;
- a Região e a todos os órgãos e unidades de apoio administrativo regionais;
- algumas Diretorias; etc.

— Os Cmts de unidade, ao retornarem ao quartel após um exercício de campo ou outra atividade externa, normalmente encontram à sua espera grande volume de documentos para serem despachados, alguns já com prazo vencido.

— Julgamos que cabe, particularmente, aos assessores dos Cmt de GU, fazerem todo o possível, todo o empenho e usarem toda a sua inteligência para não aumentarem a burocracia já existente, evitando a criação de novos documentos.

— Nem sempre o grande volume de trabalhos burocráticos de uma seção, significa eficiência dessa seção.

— A eficiência não está no volume de trabalho que se realiza e sim nos resultados positivos que se conseguem. Está na produção útil obtida.

— O trabalho pelo trabalho, o trabalho para criar trabalho ou para dar mais trabalho, é negativo.

— O trabalho deve ser realizado com uma finalidade positiva, visando à maior eficiência do conjunto e não a prejudicar essa eficiência.

24. PROCURE DIMINUIR AS ATIVIDADES BUROCRÁTICAS

— O assessor deverá usar a sua imaginação, a sua capacidade criadora, para racionalizar o trabalho, eliminar as dificuldades existentes e diminuir as atividades burocráticas, restringindo-as ao mínimo indispensável.

— A atitude mental de um oficial de EM deve ser firme, dinâmica e resoluta, na verificação, na realização e na condução dos trabalhos de sua seção. Jamais poderá manter uma atitude passiva e resignada de realizar somente as atividades estabelecidas e que venham se repetindo anos a fio, sem procurar verificar se alguns desses trabalhos ainda se justificam, se não devem ser modificados para melhor, ou se devem ou não ser eliminados. Do mesmo modo deve proceder com relação aos trabalhos das seções do EM Especial, cujas atividades sejam por ele coordenadas.

— O assessor deve dar uma parada, fazer uma pausa para meditação, e analisar determinados documentos de controle das atividades das OM subordinadas, mapas, gráficos etc. e perguntar a si mesmo se no cômputo total, o que seria preferível, o que seria mais útil: a existência desses determinados documentos ou a sua eliminação?

As respostas de que existem porque são úteis ou porque são necessários são de ordem muito geral e não respondem a questão. Deve ser pesquisada qual a utilidade, qual a necessidade desses documentos. Qual o seu uso, qual o seu emprego.

— Essa análise, esses estudos dos documentos existentes, pode levar o assessor a concluir e a propor a eliminação de alguns deles.

— A nossa Instituição é um organismo vivo e atuante, sujeito a transformações e modificações, acompanhando a evolução da ciência e da tecnologia, o que vem acontecendo, graças ao devotamento e à ampla e esclarecida visão dos nossos chefes. Também nos altos escalões existe a preocupação de fazer com que a burocracia acompanhe essa evolução. A Reforma Administrativa atenta para esse aspecto. Atualmente a DSM está em fase de experimentação de um magnífico planejamento do emprego do Computador Eletrônico, nas operações de alistamento, seleção, incorporação, licenciamento etc., visando à maior rapidez, maior facilidade, maior perfeição nas soluções das atividades relativas ao Serviço Militar, economizando numerário, tempo e trabalho.

— É necessário que todos os escalões intermediários atentem para esse aspecto.

Sabemos perfeitamente que tudo depende da Decisão do Cmt, mas o Cmt decide em função dos estudos e informações dos assessores. Consequentemente, aos assessores do Cmt cabe uma grande responsabilidade nesse importante "affaire".

25. VISITAS AS OM

— As visitas de oficiais do EMG acompanhados ou não de oficiais técnicos ou de oficiais especializados em determinados setores, feitas em nome do Cmt da GU, têm resultados altamente positivos, tanto para a unidade visitada como também para os oficiais visitantes e para o Cmt da GU.

— Essas visitas poderão ser feitas mediante revezamento, permitindo que ao menos uma vez por ano, cada oficial do EMG possa tomar contato direto com todas as OM integrantes da GU e ter maior conhecimento da área dessa Grande Unidade.

— Poderão sentir melhor as possibilidades e as necessidades das OM visitadas, verificar o desenvolvimento de suas atividades, esclarecer, tirar dúvidas existentes, orientar a condução de determinadas ações e ajudar a superar as dificuldades encontradas.

— Poderão acompanhar o desenrolar de um exercício ou de uma outra atividade importante.

— Uma unidade tem grande satisfação em receber os companheiros do EM. Todos os integrantes dessa OM, desde o Sd ao Cmt, sentem que as suas atividades estão sendo valorizadas e prestigiadas pela presença de um representante do Cmt da GU.

— Aos assessores cabe a iniciativa de sugerir, de propor a seu Cmt a programação dessas visitas, e fazer todo empenho para realizá-las.

— Deixamos de nos referir à importância das visitas do próprio Cmt da GU, porque estamos nos atendo, somente, aos seus assessores.

26. REUNIÕES DO CMDO

— As reuniões periódicas, semanais ou quinzenais, do Cmt ou mais propriamente do Cmdo (—) isto é, do Cmdo menos o EM Especial e EM Pessoal, são absolutamente necessárias e imprescindíveis para facilitar a manutenção de uma unidade de doutrina, manter uma conjugação de esforços, uma resultante comum e uma forma harmônica de trabalho dentro da GU.

— Presididas pelo Cmt, delas devendo participar todos os oficiais do EMG, e no caso de RM/DI, o Chefe da SSMR e outros oficiais do EM Esp. com o Curso da ECEME.

— Os Chefes de seção poderão expor os principais trabalhos em andamento, os eventos a serem realizados num futuro próximo ou distante, mas que mereçam atenção desde a data da reunião e os principais problemas da GU.

— Apresentarão as suas opiniões, sugestões, propostas etc. sobre o que deva ser realizado, mantido, alterado ou eliminado.

— Todos ficam a par de tudo.

— O Cmt dará a sua orientação, as suas diretrizes etc., corrigindo distorções ou desentrosamentos existentes.

— Além das reuniões periódicas, o Cmt pode ser reunido em qualquer dia, e em qualquer hora que o Cmt julgar necessário.

— Procedimento análogo pode ser feito, nas Brigadas e nas próprias OM, guardadas as características próprias desses escalões.

27. REUNIÕES DO EM/GU

O EMG de uma GU pode ser reunido por diversos motivos e para atender a diversas finalidades.

Os oficiais do EMG poderão ser reunidos sob a coordenação do Chefe do EM para:

- o estudo e procura da melhor solução para um determinado evento;
- a apreciação do relatório de uma atividade importante;
- o conhecimento de ordens ou recomendações especiais;
- o conhecimento de determinada situação;
- etc, etc.
- Muitos outros motivos justificam ou mesmo impõem a reunião de um EM/GU.
- Citaremos, como exemplo, três casos, em que se impõe a reunião do EM, para o estudo e a busca da melhor linha de ação para um determinado evento e da sequência das ações necessárias para a sua execução.

1.º caso — Quando a importância e o vulto de um trabalho envolva as atividades de todas as seções do EM.

2.º caso — *idem*, *idem*, envolvendo mais de uma seção.

3.º caso — um trabalho, típico de uma seção, mas que pela sua importância, seu vulto e dificuldades, requeira atenção especial.

De acordo com a diretriz do Cmt e sob a coordenação do Chefe do EM, todos os chefes de seção, com ou sem os seus adjuntos, estudam o caso exposto, trabalhando de forma harmônica e perfeitamente entrosada, seguindo o método de raciocínio do Trabalho de Comando. Formulam as Linhas de Ação, que solucionem o problema, para serem submetidas à decisão do Cmt.

— É preciso que se atente bem para o 3.º caso e que se compreenda que esse procedimento não desmerece a seção cujo trabalho lhe é específico, nem o valor profissional do seu chefe. A competência profissional do chefe dessa seção é aproveitada, entrando como uma das componentes da resultante conseguida.

Além disso a seção irá realizar as atividades complementares decorrentes do trabalho do EM. O que existe mesmo é o emprego judicioso da pujança intelectual do EM, na procura da melhor solução para um evento importante.

— O aproveitamento de um potencial que se dispõe. A transformação desse potencial em poder intelectual.

— O aproveitamento racional, inteligente e oportuno do EM é uma Arte.

— Procedimento análogo pode ser realizado nas Bdas e nas próprias OM, guardadas as características próprias desses escalões.

28. GRUPO DE TRABALHO

— Para atender determinados casos, simples na sua essência, mas cuja elaboração ou execução seja complicada e trabalhosa, exigindo muitas vezes pesquisas e outras providências ou mesmo com a finalidade de atender a urgência que o caso requer, são organizados Grupos de Trabalho.

— O Grupo de Trabalho estuda o caso, propõe a melhor solução, elabora a documentação correspondente e executa as demais ações necessárias ao caso tratado.

— É constituído de um número variável de oficiais, normalmente três.

— Sabemos perfeitamente que não há trabalho que possa ser dito não seja de "alguém". Todo e qualquer trabalho é pertinente a uma ou mais seções do EMG, ou da Ajudância Geral ou ainda de uma seção do EM Especial, cujas atividades são coordenadas por uma das seções do EMG.

— Conseqüentemente, é necessário que do grupo de Trabalho faça parte pelo menos um oficial da seção, cuja atividade lhe é específica. Esse oficial, conforme a sua hierarquia, será o chefe do Grupo ou o seu relator.

— Pode ser organizado um Grupo de Trabalho, para realizar somente parte das atividades de um acontecimento, como seja, só para coordenar a execução desse evento.

29. ATIVIDADE FIM

O assessor tem que se lembrar que o seu trabalho é importantíssimo, necessário e indispensável à vida da unidade, para proporcionar o conforto e bem-estar de todos os seus integrantes e ao atendimento dos seus justos interesses, bem como, para criar as melhores condições possíveis para que os escalões subordinados possam cumprir as suas atribuições com o mínimo de dificuldade e o máximo de rendimento. E o desempenho eficiente dessas atividades deve proporcionar-lhe a satisfação de ser útil, de participar em ações tão importantes.

— Mas isso não é tudo, falta algo mais, muito importante. Falta ainda o seu próprio treinamento, a sua própria instrução, a prática e a complementação de sua formação de combatente relativa ao seu posto e a sua função. Isto só se consegue pela instrução da Unidade.

— Assim como o soldado tem que ser um combatente, um homem de luta e não um alvo, a unidade deve ser um agressivo e eficiente órgão de combate, sempre pronta a agir e a reagir à altura, contra qualquer atuação do inimigo.

— Moral elevado e excelente preparo profissional adquiridos pelo treinamento constante são duas condições indispensáveis e inseparáveis, tanto para o combatente individual como para a unidade.

— Uma unidade com fraco preparo profissional individual e coletivo terá seu moral abatido, pois que seus integrantes não se sentirão seguros de si mesmos. A unidade combaterá mal ou mesmo poderá até não combater no momento preciso.

— Uma unidade com moral elevado, porém com preparo profissional deficiente, combaterá mal, porque o inimigo poderá tirar partido da impetuosidade dos elementos dessa OM, aliada ao seu mau emprego, para causar-lhe o maior número de baixas possível.

— E o moral inicial cairá forçosamente logo após os primeiros reveses.

— Uma unidade altamente instruída terá como consequência lógica um moral elevado. Esse moral será sólido e duradouro. Pois que estará baseado no reconhecimento da capacidade mútua de todos os seus integrantes e na confiança recíproca entre superiores e subordinados. O Cmdo sabe o que tem que fazer, porque já o fez muitas vezes em tempo de paz, isto é, já testou-se a si mesmo, já colocou em prática os conhecimentos teóricos adquiridos e a tropa sabe, também, que será bem conduzida.

— É preciso que se note que há uma grande diferença entre saber como se faz determinada ação e fazer essa ação.

Só terá certeza moral de que fará bem determinado evento aquele que já fez evento igual ou semelhante.

A atenção dos assessores do Cmt deve estar voltada para a atividade fim da unidade e para a sua eficiência operacional.

A eficiência operacional de uma unidade só se consegue ou mesmo só se testa, só se põe a prova, em tempo de paz, pelo seu emprego, como um todo, nos exercícios de combate.

É lógico que o emprego da unidade como um todo, deve ser precedido pela instrução individual dos soldados e dos Quadros, pela instrução das frações das subunidades, peça, GC, GE, seções, pelotões, LF etc. e pela instrução das subunidades.

Para a instrução dessas frações de tropa encontramos muitos escalões, todos com as respectivas parcelas de responsabilidades, que a orientam, planejam, conduzem, fiscalizam, enfim que tomam todas as providências necessárias para atender esse fim.

— Porém, para a instrução da unidade, isto é, para o seu adiestramento, para o seu emprego, como um todo, dentro da OM, só existe o Cmdo dessa Unidade. E isso é óbvio. É ao Cmdo da OM que cabe essa responsabilidade e a mais ninguém. E os assessores do Cmt integram esse Cmdo, portanto, também lhes cabe essa responsabilidade.

É claro que o emprego da unidade na instrução, que o seu adiestramento, o seu treinamento, depende de ordem do Cmt, mas os assessores devem preparar o caminho, isto é, facilitar a ação do Cmt, tomar todas as providências necessárias, demonstrar o máximo interesse em superar todas as dificuldades existentes ou que venham a surgir, para que esses exercícios de unidade, previstos nas Diretrizes do Escalão Superior, sejam realizados.

— Desse modo estarão concorrendo para o seu próprio treinamento, para o treinamento da sua OM e habilitando-a para participar dos Exercícios de Combinação de Armas e Serviços, do Escalão Superior, nas melhores condições de eficiência possível.

30. EXERCÍCIOS DE COMBINAÇÃO DE ARMAS E SERVIÇOS

— No Escalão Divisionário, os assessores do Cmt deverão ter a mesma preocupação, guardadas as proporções relativas ao nível, a complexidade e a importância desse escalão.

— Deverão ter todo o empenho para que os Exercícios de Combinação de Armas e Serviços sejam realizados, procurando, também, a participação da Força Aérea.

— Deverão levar em consideração que nem sempre o Cmdo pode reunir todos os meios, para participarem de um mesmo exercício. GU dupla incorporação, imposições da época do exercício, ameaças de perturbação da ordem pública local, emprego da Tropa em so-

corro à população civil por ocasião de enchentes e outros casos de calamidade pública etc., obrigam muitas vezes que determinadas unidades não possam participar de um exercício da GU e que permaneçam em suas sedes.

— Conseqüentemente, os Temas Táticos deverão ser organizados de modo a permitir uma livre opção ao Cmt. Isto é, no caso de não ser possível realizar-se um tipo de exercício, o Cmt possa determinar que se realize outro, pois que o estudo e o planejamento desse outro tipo de exercício ou dessa outra modalidade, já devem estar prontos, restando apenas algumas providências complementares, que poderão ser tomadas em curto prazo.

— Muitas modalidades de exercícios têm sido planejadas e postas em prática no Escalão Divisionário, visando a obviar as dificuldades surgidas nas respectivas épocas de realização dos exercícios de GU.

— Desse modo anualmente, têm sido elaborados e planejados Temas Táticos para:

- Divisão (caso normal)
- Bdas
- Guarnições.

TEMA TÁTICO PARA O ESCALÃO DIVISÃO

O Tema Tático para a Divisão, deve ser elaborado e planejado de modo a permitir o desencadeamento de:

- Exercício de toda a GU — Cmto e Tropa.
- Guardando a possibilidade de, no caso de não ser possível realizar-se o exercício com toda a Divisão, desencadear-se qualquer uma das modalidades abaixo:

- Exercício de Quadros de Oficiais.
- Exercício de PC:

Do qual participem:

- O Cmto Div.
- O Cmto da AD.
- Os Cmto das Bda.
- Os Cmto de OM.
- Cmto e Tropa da OM de Reconhecimento.
- Cmto e Tropa da OM de Comunicações.
- O Gpt Log (ou um Núcleo de Gpt Log).

É lógico que esses Cmto deverão ter suas equipes das seções do Estado-Maior, equipe de Serviço, equipes de Comunicações, equipes de Segurança etc.

- Exercício de GU:
- Do qual participem:
 - O Cmdo Div.
 - O Cmdo da AD.
 - Uma ou duas Bda Ref.
 - O Gpt Log.
 - Algumas outras OM Divisionárias.
 - Podendo os demais elementos e OM ser apenas figurados.
- Exercício de GU:
 - Do qual Participem:
 - Cmdo completos.
 - Unidades com efetivos reduzidos.
 - Etc., etc.

Poderíamos ainda citar uma variedade imensa do emprego dos meios materiais e efetivos disponíveis no momento, para a execução de um Exercício Tático. (mesma Situação Tática, mesma missão, mesmo inimigo, mesmo terreno, variando apenas os Meios, podendo também variar a época de sua realização).

— Exercícios de Bda

- Poderão ser montados e planejados pela Div. ou
- Poderão ficar a cargo das próprias Bda. restando à Divisão fornecer-lhes o apoio indispensável.

— Exercícios de Guarnições

Em determinados casos a Divisão poderá reunir ou determinar as Bda que reúnam as OM de uma ou mais guarnições para a realização de Exercícios de Combinação de Armas e Serviços.

— Assim, poderá ser montado e planejado um Tema Tático n.º 1, para ser realizado na região X, pelas OM da guarnição A;

— um Tema Tático n.º 2, para ser realizado na região Y, pelas OM das guarnições B e C;

— um Tema Tático n.º 3, para ser realizado na região Z, pelas OM das guarnições D, F e G.

— A elaboração antecipada desses Temas, bem como o respectivo planejamento de sua execução, permitirá ao Cmt da Div uma grande flexibilidade de ação.

— É preciso considerar-se que os Exercícios Táticos constituem a consolidação de todos os ramos de instrução, desde a Educação Moral e Cívica e o Preparo Físico, até aos conhecimentos técnicos e táticos dos oficiais e praças, que são complementados, aperfeiçoados e testados por ocasião da realização desses exercícios.

Também, sabemos que por melhor que tenha sido instruída uma unidade, atuando sempre isoladamente, ela não estará com sua instrução completa, com o seu adestramento completo, se não participar do Exercício Anual de Combinação de Armas e Serviços.

São nesses exercícios que há aquela conjugação de esforços tão necessária entre os Cmdo Superiores e os Cmdo subordinados entre as OM das armas entre si e entre as OM dos serviços para a manutenção ou consecução de um Objetivo Comum.

Que são estabelecidas as Ligações, e o que é muito importante lembrar, a realização das Ações decorrentes dessas Ligações.

A competência profissional, o espírito de previsão e de iniciativa dos oficiais dos EM, quer das OM quer da GU, ou seja o excelente assessoramento prestado aos seus comandantes, tem influência positiva nos bons resultados obtidos nesses exercícios.

31. O PREPARO FÍSICO

O oficial tem o dever de se manter em excelentes condições físicas.

Ele não é um cientista, um homem de laboratório ou um funcionário burocrata. O oficial é um homem de ação e de muita atividade física.

Da nada adianta ao oficial a sua privilegiada inteligência, os seus conhecimentos profissionais, a sua capacidade de planejamento, o seu devotamento à carreira, as suas qualidades morais e as demais virtudes, se não possuir as condições físicas necessárias ao desempenho de suas funções na paz e na guerra.

É preciso que se entenda bem qual o vigor físico, qual o aspecto físico que se quer do militar, seja ele oficial ou praça.

O aspecto físico muito vigoroso, volumoso e pesado, não é o tipo recomendado para o militar e é prejudicial ao combatente.

O tipo físico requerido é o que apresente vigor, resistência à fadiga aliado a uma apresentação pessoal esbelta. Que permita ao militar correr, saltar, suportar marchas a pé prolongadas, deslocamentos a pé através do campo em terreno acidentado. Permita-lhe transpor obstáculos naturais e artificiais, como fossos, taludes, córregos, riachos etc. subir e descer elevações.

Para manter ou melhorar as suas condições físicas é preciso que o oficial:

- tenha uma vida moderada;
- seja sóbrio, particularmente na alimentação;
- pratique esporte e tire o melhor proveito das sessões de Educação Física;
- não pare de fazer Treinamento Físico, durante toda a sua vida militar.

O preparo físico depende principalmente da boa vontade de cada um. Da compreensão que o militar deve ter na finalidade de sua profissão, do seu espírito militar e do interesse que deve ter em estar sempre em condições de desempenhar com eficiência as suas atribuições em qualquer época, em qualquer lugar e sob qualquer clima.

É preciso notar-se que, se a falta de exercícios físicos é prejudicial à saúde, a sua prática desordenada e sem método, também é prejudicial.

Alguns oficiais que servem durante vários anos em determinados estabelecimentos e alguns Quartéis-Generais, que não possuem locais, nem ao menos uma quadra de volei e que se deslocam em viaturas, permanecendo durante horas a fio entregues aos trabalhos burocráticos, sem estabelecerem um equilíbrio entre as atividades mentais e as atividades físicas, vão perdendo a sua capacidade física e a sua resistência e quando submetidos a esforços prolongados quer em operações quer em exercícios no terreno, que são obrigados a suportar no desempenho de suas funções ou em novas funções para as quais foram designados, são acometidos de distúrbios circulatórios etc.

O oficial que tiver deixado de fazer exercícios físicos por algum tempo, ao reiniciá-los deverá fazê-los dentro de uma programação suave, progressiva, metódica e sob assistência médica.

Deve recommençar fazendo diariamente percursos a pé, passando para a ginástica individual e posteriormente para a prática de esportes coletivos suaves, como volei etc., principalmente em se tratando de um "cinquentão".

— Nesse caso, mesmo em esportes suaves como é o volei, deve durante a mesma partida fazer o revezamento com os companheiros da reserva do time.

— É preciso notar-se que a progressividade dos exercícios físicos tem um limite que não deve ser ultrapassado.

— Embora saibamos que a capacidade física é variável de indivíduo para indivíduo, independentemente das respectivas idades, de

uma maneira geral podemos estabelecer esses limites de esforços dentro de determinadas faixas etárias.

— Para alguns oficiais que pela sua idade ou outros motivos forem considerados “poupados”, esse limite irá até o volei, para outros será a ginástica individual ou as caminhadas diárias de 2 a 4 km ou mais.

— E isso é lógico e perfeitamente compreensível, ninguém poderá chegar ao absurdo de querer que um coronel tenha o mesmo vigor, a mesma resistência física de um capitão ou tenente.

— Existem muitas funções, principalmente nos Altos Escalões, que não exigem de seus ocupantes a mesma resistência física, nem eles estarão sujeitos aos mesmos esforços físicos requeridos aos oficiais que servem nas unidades ou nas Divisões.

— Para esses oficiais, de alto gabarito, inteligências brilhantes, de grande capacidade de trabalho e de ação, os suaves exercícios de ginástica de conservação, são suficientes para mantê-los em boas formas físicas e em condições de exercerem as suas elevadas funções tanto na paz como na guerra.

A Educação Física para oficiais é um atraente ramo da instrução para o preparo do combatente, e deve ser conduzida cientificamente e encarada com muito interesse, muita disciplina e muita energia.

Também não deve ser tomada como um fim, e sim como um meio de manter o oficial em boas condições físicas.

O médico e o oficial de Educação Física da OM são os principais auxiliares do Cmdo nesse particular.

Os assessores do Cmt, particularmente o E3 ou S3, deverão ter especial atenção quanto ao planejamento e programação dessa instrução.

O oficial superior, particularmente do posto de coronel, deve ter consciência de suas próprias limitações. Mesmo que já tenha sido excelente atleta há vinte anos atrás, não poderá voltar a sua antiga forma.

Conseqüentemente, não deve participar de seleções de capitães e tenentes, principalmente em esportes violentos, pois que poderá prejudicar a si mesmo e ao próprio quadro. Esses jovens oficiais, por uma questão de disciplina e consideração, sempre têm uma palavra de carinho e de estímulo às qualidades físicas do superior.

Em princípio, a prática de esportes coletivos deve ser feita dentro de cada círculo hierárquico.

Chefia Militar

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Conceitos de Chefia e Liderança
3. Tipos de Liderança
4. Atributos da Chefia
5. A Problemática da Chefia Militar
6. A Tipologia do Homem e do Grupo Brasileiros
7. Indícios de Chefia
8. Conclusões

NOTA (Palestra pronunciada pelo Gen Bda CARLOS DE MEIRA MATTOS, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 27 Jun 73)

"Ser Chefe Militar é ser capaz de conduzir homens atribulados pelo tumulto da guerra, sem perder a lucidez e a serenidade." (Conceito do Marechal Castello Branco).

1. Introdução

O tema da Chefia Militar à luz da guerra moderna está a merecer um aprofundado estudo.

As formas de conflito bélico atuantes no mundo de hoje, ensaiando e exercitando novas estratégias, nas quais a aplicação da força militar nem sempre é o fator decisivo, passando a competir com a capacidade de agressão psicológica, gera um ambiente de guerra em que o exercício da Chefia exige muito mais do que a capacidade de comandar forças militares regulares numa batalha definida e nítida. De fato, a agressão psicológica, instrumento de Guerra Revolucionária, investindo sobre a mente dos combatentes e das populações nacio-

nais, cria novas e complexas dificuldades a serem superadas pelo Chefe Militar a fim de assegurar a lealdade e a coesão de suas próprias forças.

No ambiente indefinido, confuso e fluido da Guerra Revolucionária, cuja presença se torna cada vez mais constante no quadro dos conflitos modernos, envolvendo-se e mesclando-se com as outras formas de guerra — convencional ou nuclear —, os *Princípios* e *Qualidades* clássicos de Chefia (manual C-20-10) — talvez precisem ser revistos. Talvez prevaleçam na sua maior parte, mas nos parece fora de dúvida que outros Princípios e Qualidades devam vir a se somar aos até então consagrados.

Entre os Princípios seria o caso de se pensar na inclusão de pelo menos mais um, de grande ênfase no ambiente de perturbação mental que a difusão incontrolável de propaganda impõe à guerra de nossos dias — “Inspirar fé e confiança nos seus comandados”. No rol das Qualidades de Chefia seria o caso de acrescentar-se a “Comunicação”. Essas duas sugestões fazemo-las a título de abertura para pesquisa. E as justificamos com os argumentos do grande pesquisador da história da humanidade, Arnold Toynbee. Diz o historiador e sociólogo inglês no seu estudo sobre as civilizações, que estas, após atingirem o clímax da racionalidade, quando entram em processo de desintegração são contidas por um retorno ao estado religioso, em que a fé substitui a razão. A nossa civilização envolvida numa onda de incompreensões e de descrenças, talvez esteja precisando de Chefes que lhe inspirem *mais fé e confiança* e que sejam capazes de comunicar amplamente essas fontes de condução humana.

2. Conceitos de chefia e liderança

Usualmente os autores de tratados de sociologia, de psicologia, administração ou de arte militar usam indistintamente e com a mesma significação os vocábulos “Chefia e Liderança”.

Há entretanto uma diferença entre ambos e que do ponto de vista didático convém distinguir. A boa compreensão do assunto também aconselha que se faça essa diferença. Vejamos, inicialmente, a origem etimológica das palavras:

— *Chefia*: vem do francês “chef” que por sua vez se origina do latim “Caput”, que significa cabeça.

— *Liderança*: vem do anglo-saxão “lithan” que deu origem, em inglês, ao verbo “to lead”, conduzir, guiar.

Devemos então entender por chefe, aquele que está na cabeça de um grupo ou coletividade, e por líder, o que possui qualidades de conduzir, de guiar os componentes do grupo social que integra.

Veremos, no correr de nossas considerações neste trabalho, que a chefia é um atributo legal e estatutário.

A, B ou C é chefe por direito de um regulamento ou de uma normativa estatutária. Pode mesmo não ser um líder. A melhor situação para uma organização militar ou empresa é que haja coincidência, que o chefe seja um líder.

Após essa preliminar, vamos tentar conceituar a liderança. As mais abalizadas autoridades sobre o assunto concordam com o conceito abaixo:

“Liderança é a arte de influenciar no comportamento humano e a capacidade de conduzir homens” (síntese dos conceitos de Titus, Ordway Tead, Gibb, Weber, Estelita Campos, Pena, Mira Y Lopes e manuais militares brasileiros).

O líder, então, no campo do relacionamento humano, em que os influxos psicológicos são transmitidos e recebidos, é aquele que consegue influenciar nos comportamentos, fazendo-se seguir pelos outros. O chefe deve conduzir os comportamentos por preceito legal. Se o chefe possuir atributos de líder, a sua ação de conduzir se tornará muito mais fácil.

3. Tipos de liderança

Um dos assuntos prediletos de estudiosos e curiosos leigos na matéria é o concernente aos tipos de liderança. Os tratadistas, uns mais detalhistas, outros mais sintéticos, encontraram dezenas de adjetivos para caracterizar a forma com que se manifesta o poder de influir nos comportamentos e conduzir homens. No bojo dessas classificações manifestam-se os dois pólos principais na qualificação do líder — poder da personalidade e força do meio-ambiente — que, como vimos anteriormente, dividem os teóricos das posições extremas — inatista e sociológicos. Alinharemos algumas qualificações de liderança segundo vários autores de nomeada:

Para Stanfeld Sargent os tipos de liderança são:

- carismática (Jesus, Maomé, Antônio Conselheiro)
- reformista (Hitler, Lenine, Kemal Ataturk, De Gaulle)
- executiva (Ford, Rockefeller, Eisenhower, Marshall)
- coercitiva (Hitler, Stalin)

A Carismática é a que vem ungida de um poder sobrenatural. O líder carismático sente-se mensageiro de uma delegação extraterrena. É um enviado, um iluminado, como o foram os antigos profetas. Para se exercer esse tipo de liderança, é mister que os liderados creiam na mensagem divinatória do enviado. Os grandes líderes religiosos foram carismáticos e o nosso Antônio Conselheiro também o foi.

O líder reformista é o que se faz à encarnação de uma idéia de reforma de instituição ou de sistema político, econômico ou social. A força de encarnar e lutar pela reforma, a necessidade de vencer os obstáculos que se antepõem a sua reforma fazem, muita vez, o líder reformista transformar-se em coercitivo, como aconteceu no caso de Lenine e Hitler.

O líder executivo é o tipo moderno do condutor de grandes organizações e empresas. A liderança desse tipo impõe-

se nas grandes empresas onde é preciso coordenar ações e procedimentos de diferentes sistemas, envolvendo problemas complexos. No âmbito civil, Rockefeller e Henry Ford, criadores e administradores de imensos complexos industriais de petróleo e de automóvel, respectivamente, figuram como paradigmas. No âmbito militar, o Gen Eisenhower, na 2ª Guerra Mundial, encarnou esse tipo de líder pela sua capacidade de comandar forças militares de várias nacionalidades, em terra, mar e ar, coordenando operações e logística em planejamentos e batalhas de imensas projeções.

O líder coercitivo ou autoritário é o que assenta o seu poder de conduzir na coação e na violência. Hitler e Stalin são os modelos mais nítidos desse tipo.

Além de Sargent, outros especialistas procuram qualificar tipos de liderança e, como informação, enunciaremos alguns outros:

- Kretch e Crutchfield
estatutária
espontânea
- Herwarden e Winkler
soberano
pedagogo
apóstolo
- Kimball Young
executiva
intelectual
- Mira Y Lopes, Estelita Campos e Manuais Militares Brasileiros
autoritária
persuasiva

Correríamos o sério risco de nos perdermos no emaranhado da variada tipologia, criada por dezenas de autores ao tentarmos conceituar cada qualificação. Preferimos analisar

os dois mais acentuados nos países ocidentais, que encerram em si uma síntese dos aspectos vários, destacados pelos diferentes autores:

Autoritário (ou coercitiva)

Persuasiva (ou democrática)

Vários autores norte-americanos, ingleses e brasileiros preferiram estender os seus estudos aos dois tipos acima. A adjetivação varia, em idiomas vários, exprime a mesma imagem, senão vejamos:

- Para Ordway Tead,
leader (Condutor) ou boss (o que manda);
- Para Paul Pigors,
líder ou dominador
- Para James Brown,
autocrático ou democrático

Salientaremos o que distingue, essencialmente, esses dois tipos:

Segundo Pigors, o líder autocrático (coercitivo ou autoritário) objetiva o seu próprio interesse e o democrático (persuasivo) o interesse comum, buscando a participação de seus liderados na execução desse interesse.

Já Ordway Tead diz que o autocrático busca essencialmente impor a sua vontade, enquanto o democrático procura persuadir a participação dos liderados, "fazer da sua, a causa de todos".

Segundo Estelita Campos, o autoritário procura uma uniformidade de ação e o democrático a unidade de objetivos. É ainda Pigors quem diz que o instrumento do primeiro é a coação e o do segundo a persuasão.

A coação apela para a disciplina e gera o medo.

A sugestão apela para o sentimento e gera o entusiasmo.

A persuasão apela para a razão e gera a convicção.

O que caracteriza a liderança autocrática é o apelo predominante à coação e a democrática é a predominância de apelo à persuasão. O apelo à sugestão é fruto de um dom pessoal utilizado, indiferentemente por líderes autocráticos e democráticos. Napoleão Bonaparte foi um mestre no apelo à sugestão, com as imagens impressionantes, que criava em suas ordens-do-dia, antes das principais batalhas, despertando o entusiasmo de suas tropas.

O que distingue a sociedade democrática da totalitária é que, naquela o poder é estruturado à base da persuasão, só prevalecendo os instrumentos de coação para os casos de delinqüência ou criminalidade, enquanto que nestas, o poder policialesco se exerce dentro de um sistema fechado de coação, presente em todos os escalões de atividade do indivíduo.

A liderança democrática, segundo Tead, é a mais difícil, porque depende da capacidade (intelectual) de racionalizar os problemas para os liderados, mas é a única que corresponde ao respeito pela dignidade da pessoa humana.

Os estudos de Mira Y Lopes sobre a personalidade destacam as emoções primárias do homem quando solicitado por um apelo. São: de defesa (inspirada pelo medo), de ataque (inspirada pelo ódio) e de criação (inspirada pelo amor). Outra emoção, não primária, mas adquirida, é a de dever. Solicitado a um comportamento, o homem responde ou com uma atitude de defesa, de ataque, ou de criação (participação) por convicção ou por dever.

A liderança democrática, apelando essencialmente para a persuasão, procura as respostas inspiradas pelo desejo da criatividade e (ou) pela consciência do dever.

Não resta dúvida que o tipo de liderança desejável é o que melhor se adapta às características éticas, psicológicas e temperamentais do grupo liderado. Estudando-se o homem brasileiro, a família e a comunidade brasileira, não nos resta dúvida que o único tipo de liderança que o nosso povo aceita

é a democrática. O nosso homem gosta de ser convencido, e não mandado, intimado, coagido.

Várias pesquisas realizadas por órgãos vinculados à Fundação Getúlio Vargas já comprovaram experimentalmente essa preferência. É interessante se destacar um questionário distribuído a milhares de funcionários públicos, para que assinalassem quais as qualidades que mais admiravam no Chefe; entre dezenas de atributos constantes do questionário a quase totalidade dos pesquisados destacou os traços de: competência, bom-humor, espírito de justiça e honestidade. Todos esses traços marcam essencialmente a figura do líder democrático.

Há uma tendência moderna de colocar a comunicação social como um dos atributos de liderança democrática.

4. Atributos da chefia

A pesquisa realizada em organizações civis e militares, abrangendo escalões de administração e de comando mais altos e menores, destaca inúmeros atributos como essenciais da chefia ou da liderança.

O mais completo pesquisador desses atributos foi Henry Fayol. Examinando as operações administrativas de inúmeras empresas, Fayol chegou à conclusão de que a chefia implica essencialmente na capacidade de:

- planejar (ou prever)
- organizar
- dirigir (ou comandar, dar ordens)
- coordenar
- controlar (ou fiscalizar)

O importante na conclusão de Fayol é que, pesquisas idênticas, realizadas por diferentes autores como Gulick, Urwich, Tead, Smith, analisando e apurando dezenas de

outros atributos, todos marcaram os cinco atributos acima destacados como inseparáveis da chefia capaz e responsável.

Podemos, assim, concluir essas considerações sobre atributos da chefia, dizendo que essa capacidade de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar, podem ser exercidas sob a forma persuasiva, pelos chefes de estilo democrático ou sob a marca autoritária por aqueles de estilo autocrático.

5. A problemática da chefia militar

O problema do Chefe Militar, em última instância, resume-se em conduzir os seus comandados ao cumprimento, com êxito, das missões que lhe forem atribuídas.

Duas forças anímicas atuam no quadro do cumprimento da missão — a vontade do Chefe ou Comandante e a vontade do grupo comandado.

A missão será bem cumprida quando o Comandante de vontade firme for capaz de transmitir à tropa essa sua vontade. Quando isto não acontecer, quando essas vontades forem antagônicas, o cumprimento da missão estará comprometido.

A equação do problema se baseará, então, em três fatores:

- a vontade do Chefe;
- a capacidade do Chefe em transmitir a sua vontade aos seus comandados;
- a vontade dos comandados.

A vontade do Chefe depende de suas qualidades de Chefia. Sua capacidade de transmissão depende de suas qualidades de Chefia e de sua habilidade (técnica de Chefia). A vontade da tropa se funda nos valores individuais e no seu somatório grupal.

No quadro desses valores anímicos é mister se considerar os aspectos psicológicos peculiares às individualidades e à coletividade estudadas, aspectos esses que variam de povo para povo. Será nesse contexto que iremos examinar o homem e o grupo brasileiros.

Tentaremos uma análise do homem e do grupo e, após isto, ensaiaremos uma valorização dos indícios de Chefia para o caso brasileiro.

6. A tipologia do homem e do grupo brasileiros

O homem médio brasileiro apresenta as seguintes tendências psicológicas essenciais:

é natural, não gosta de afetação, aprecia a simplicidade no trato;

é orgulhoso, mesmo o homem humilde tem o "seu orgulho", o seu amor próprio, que tem um sentido de valorização pessoal e assume o aspecto de hombridade;

é individualista, prefere agir a seu modo, oferece uma certa reação ao enquadramento e precisa ser convencido;

é corajoso, aprecia o desafio, gosta de mostrar que é capaz de superá-lo;

é inconstante, instável, entusiasma-se com o desafio mas quando o supera, facilmente se desinteressa;

é emotivo, mostra-se sensível às atenções pessoais, ao reconhecimento de seus méritos, manifesta uma tendência para o sentimentalismo;

é jovial, gosta de divertir-se, de piadas, de humorismo, da irreverência chistosa;

é cordial, tem uma notável tendência para aproximar-se de seus semelhantes, prestar-lhes informações, ser amável e atencioso;

é inteligente, e engenhoso, aprende facilmente as tarefas, tem imaginação fértil, criatividade e inventiva.

Quando *em grupo*, esses traços individuais não dão um somatório matemático. A psicologia individual não se repete fielmente sobre a psicologia grupal. As interações e reações dos traços individuais colocados em presença, no grupo de atividade, produzem, muitas vezes, o abrandamento ou agravamento desses traços, na integração da personalidade coletiva. Assim é que os traços pessoais *de orgulho, individualismo, coragem, inconstância, emotividade, inteligência (engenhosidade)* são os que maiores estímulos recebem no âmbito grupal, ora os reforçando, ora os atenuando.

O *orgulho*, amor próprio acentuado ou hombridade à flor da pele, conforme o nível cultural do grupo, atua de forma positiva ou negativa.

Nos grupos de mais intelectualizados — oficiais de EM — vimos por ocasião da 2ª Guerra, por várias vezes, esse traço de orgulho transformar-se em vaidade pessoal e causar sérios transtornos ao trabalho de comando dos EM das GU e Unidades da FEB. Vimos oficiais especializados em seções do EM, por vaidade pessoal, fecharem-se a qualquer cooperação ou informação que pudesse influir no seu juízo, vinda de outra Seção do EM; essa tendência põe em risco o trabalho de EM, transformando esse órgão de estudo integrado e de assessoria coletiva num arquipélago de idéias pessoais em clima de antagonismo. Para superar essa séria dificuldade o Comandante da FEB foi obrigado a tomar, algumas vezes, medidas drásticas, como ele mesmo conta nas suas Memórias.

Entre grupos de menor nível (GC, peça, seção, pelotão), esse orgulho pessoal inerente ao homem brasileiro assume o aspecto de hombridade, e atua de modo positivo e emulativo sobre a psicologia grupal. Toma a forma de, “se fulano faz, por que eu não posso fazer?” — ou “se o GC do Sgt X faz, por que o nosso não pode fazer?”.

No que se refere ao *individualismo*, esse traço de independência poderá prejudicar a formação do espírito de equipe,

se não for contrariado por uma ação de Chefia convincente. Deverá o Chefe brasileiro, antes de tudo, dar exemplo daquilo que prega e pede da tropa, sem o que não terá crédito. Deverá estimular os traços de orgulho, coragem, engenhosidade, para dar uma alma coletiva ao grupo, contrapondo-se assim a essa tendência individualista.

Quanto à *coragem*, é um traço individual positivo do brasileiro médio que merece um estudo mais apurado. Observamos que a coragem de enfrentar o perigo e a morte é comum tanto nas individualidades de maior nível (comandos superiores) quanto nas individualidades de menor nível (escalão execução, tropas). Foram raros os casos observados de medo exagerado ao fogo das armas. Quanto à coragem moral, a de assumir perante a tropa a responsabilidade pelas suas ordens e conseqüências das mesmas, encontramos um ponto crítico na problemática dos comandos na FEB, mas já percebemos um favorável progresso nesse sentido em S. Domingos.

Vimos, na FEB, Cmt de Unidades que não revelaram a menor preocupação em arriscar sua vida na linha de frente, mas tinham relutância em dar uma ordem que sabiam, de antemão, que contrariava a tropa.

A coragem do nosso homem da tropa, graduado e soldado, manifesta-se principalmente no gosto pela resposta ao desafio. Esse traço individual se soma no grupo de atividade e dá o tônus da coragem coletiva.

No que tange à *inconstância*, contra essa tendência o Chefe precisa manter uma vigilância permanente. Ela, de caráter individual, soma-se no grupo. Toda missão, inicialmente, é recebida com entusiasmo, é o gosto pelo desafio agindo, é o sentimento de hombridade impelindo, mas, realizada a ação, superado o desafio, comprovada a sua capacidade, o homem e o grupo passam a se desinteressar por aquela missão e se tiverem que repeti-la ou se tiverem que durar na sua execução, a tendência é para o descaso.

A nossa tropa, em face desse traço individual e coletivo ajusta-se muito mais às situações de guerra de movimento

do que às de defensiva estabilizada. Caberá ao Chefe Militar empregar sua inteligência e engenhosidade para manter a tropa ativa mesmo nas situações de estabilidade. Haja vista as dificuldades dos Comandos da FEB em manter o moral, a disciplina, o espírito de corpo e a eficiência durante a fase de estabilização do inverno e o efeito renovador e estimulante que produziu sobre toda a tropa, a guerra de movimento que se seguiu.

Quanto à *emotividade*, exige do Chefe um cuidado especial para evitar que se propague sob a forma de sentimentalismo sem fundamento (gesto de solidariedade sem justificativa) ou mesmo o pânico. A ação vigilante do Chefe deve se manifestar principalmente pela informação e o esclarecimento oportunos.

No referente à *inteligência e engenhosidade*, esses traços individuais se fazem sentir no brasileiro, sob uma forma ou outra; a última particularmente nos homens de tropa, graduados e soldados. Essa característica se manifesta pela apreensão rápida da situação e pela criatividade (inventos) capazes de superar pequenas dificuldades.

Na 2ª Guerra Mundial houve um invento da tropa, cujo autor ninguém ficou sabendo, mas que foi imediatamente adotado, por contágio, por toda a tropa, de enorme repercussão e que provocou acurados estudos dos altos escalões aliados — tratou-se de substituir, no inverno, na neve, o uso do galochão sobre o coturno, pelo galochão cheio de palha sem o coturno. Como resultado, a tropa brasileira foi a única no inverno de 1944 não vitimada pela enfermidade denominada “pé de trincheira”.

Quanto aos traços individuais de *naturalidade, jovialidade e cordialidade*, atuam normalmente no âmbito grupal, sendo a tendência jovial a principal componente do caráter cordial que é reconhecido por muitos pesquisadores sociais como uma das marcas da sociedade brasileira.

7. Indícios de Chefia Militar

O equilíbrio do quadrilátero de forças que representa os indícios de chefia está apoiado sobre o Moral.

O moral é um estado de espírito do indivíduo em face dos problemas que tem a enfrentar. Induz a uma atitude diante de tudo que lhe afeta e o envolve.



Influem na constituição do moral a fé na causa que defende e a confiança em si mesmo, no Chefe e, num sentido mais lato, na instituição. Ajudam, também, a manter o moral elevado o bom ajustamento do homem ao grupo e a satisfação de suas necessidades e aspirações.

Durante os dois conflitos referidos, — FEB e FAIBRAS, — destacaram-se como técnicas de comando favoráveis à manutenção e ao fortalecimento do moral as seguintes:

- a presença do Chefe, particularmente nas horas críticas;
- o exemplo do Chefe deve ser irrepreensível em todas as situações;

— a manifestação constante de interesse do Chefe pelas necessidades e aspirações da tropa (alimentação, repouso, recompensas, considerações, etc.);

— a informação adequada sobre as missões a cumprir.

Essas técnicas foram capazes de manter a fé na missão e confiança no Chefe, alicerces do moral.

O *espírito de corpo* — é um sentimento de orgulho coletivo pertencer a uma corporação.

O espírito de corpo deve ser mantido e fortalecido pelo Chefe. Como boas técnicas para atingir esse desiderato citam-se o conhecimento por todos das tradições da Unidade, o esforço no sentido da corporação distinguir-se no cumprimento das missões que lhe são atribuídas e igualmente nas competições e o uso de distintivos e símbolos evocativos (a cobra fumando). Pode o Chefe do escalão superior estimular o espírito de corpo de uma unidade, dando-lhe missões bem escolhidas (caso do último ataque a MONTE CASTELLO) e usando a técnica dos elogios e condecorações adequados à situação.

A *disciplina* é uma atitude do homem e da tropa, favorável à obediência às ordens e o seu cumprimento inteligente e positivo.

A boa disciplina se manifesta na espontaneidade da obediência e só é conseguida, no homem brasileiro, pela persuasão. A disciplina coatora não se ajusta ao espírito e ao temperamento do nosso homem e será sempre frágil.

A capacidade que se exige do Chefe Militar brasileiro é a de ser capaz de alcançar a disciplina de sua tropa pela via da persuasão, do convencimento, da conscientização, fazendo do subordinado um participante interessado no cumprimento da missão.

Em momentos excepcionais, extremamente críticos, poderá o Chefe Militar ser obrigado a empregar a coação para obter a disciplina e nesses casos não deverá vacilar em benefício da missão (caso com o I/6.º RI na entrada em posição

no Vale do RHENO, conforme está relatado pelo Cmt da FEB nas suas Memórias).

A manutenção de um clima de disciplina depende muito do grau de instrução e do bom relacionamento superior — subordinado. São fatores destruidores da disciplina a ociosidade da tropa e as injustiças praticadas através de punições.

A *eficiência* é a habilidade e a capacidade da tropa de cumprir bem, no menor tempo e com um mínimo de desgaste, as missões que lhe são atribuídas. A eficiência exige capacidade física e técnica. A eficiência envolve capacidades individuais e, sobretudo, o desempenho em grupo. A instrução desempenha um papel preponderante na eficiência. Caberá ao Chefe Militar manter e aperfeiçoar o grau de eficiência de sua tropa, interessando-se pela instrução, estimulando a adoção de novos métodos e processos que assegurem maior rendimento, fiscalizando constantemente o desenvolvimento do adestramento. Não deve o comandante, mesmo na guerra, com a tropa empenhada, descuidar-se da instrução (Ex.: FEB e FAIBRAS).

8. Conclusão

Não temos dúvidas em afirmar que, em termos gerais, o nosso Exército vem obtendo sucesso na formação de seus Chefes Militares. Caxias e Osório, cada um no seu estilo, foram dois Comandantes da mais alta estirpe, conduzindo com êxito as operações militares desenroladas ao longo da Cisplatina e do Paraguai, durante vários lustros.

Advinda a 2.^a Guerra Mundial, depois de um vazio de mais que duas gerações sem guerra externa que exigisse a nossa participação ativa, não fomos apanhados de surpresa no tocante à Chefia Militar. Os nossos Comandantes e Chefes ombrearam sem desdouro aos melhores chefes aliados. Ao General Mascarenhas de Moraes, com o seu feitio reservado, nunca faltaram as qualidades essenciais de Chefia e, em todas as situações críticas mostrou-se à altura da grande mis-

são — suas características de comando mais marcantes foram o exemplo de honorabilidade sem jaça, sua constante e sua atividade incansável. Nossos Chefes de escalões menores revelaram uma média positiva muito favorável.

Na República Dominicana, onde o calor do conflito da forma de guerra revolucionária colocou à prova nossos chefes e nossa tropa, ao lado de cinco outros Exércitos americanos, nossos quadros se revelaram com alto grau de profissionalização e capacitação para o exercício do comando diante das situações mais inesperadas e surpreendentes.

Nos últimos anos, o Exército, além de suprir suas necessidades, forneceu Chefes para a Nação, e a grande Batalha do Desenvolvimento que estamos travando está entregue, em muitos setores, à capacidade de liderança de chefes que passaram por esta Casa.

Os problemas de Chefia não são estáticos mas eminentemente dinâmicos. No contexto do problema, entre o Chefe e o Chefiado, existe a situação, que é sempre variável (os engenhos bélicos, o equipamento, o ambiente psicológico, etc.). A instabilidade das situações influi sobre a mente dos protagonistas — Comandantes e Comandados — exigindo uma constante vigilância do Chefe e a evolução de suas técnicas de comando, a fim de se ajustarem às realidades conjunturais. Nossos Chefes do passado revelaram-se capazes dessa vigilância e dessa evolução, graças ao que, podemos hoje, como Nação, almejar a uma posição de destaque no Mundo de amanhã. Nossos Chefes de agora e do futuro, diante de um mundo conturbado, e da perspectiva de conflitos bélicos indefinidos na forma porque podem surgir, terão que estar armados de *Princípios* e *Qualidades de Chefia* que os predisponham a comandar tropas, quer numa guerra como preconizava Sun Tzu (500 anos aC) “o ideal, na guerra, é quebrar a resistência do inimigo sem luta”, quer como apregoava Clausewitz “em qualquer forma de atividade militar a idéia de luta é necessariamente básica”.

CHEFIA

PRINCÍPIOS	QUALIDADES
1. Conhecer sua Profissão	1. Atividade
2. Conhecer-se a si próprio e procurar aperfeiçoar-se	2. Boa Apresentação
3. Conhecer seus homens e interessar-se pelo seu bem-estar	3. Coragem
4. Manter seus homens bem informados	4. Espírito de Decisão
5. Dar o Exemplo	5. Sentimento do Dever
6. Verificar se a ordem foi bem compreendida, fiscalizada e executada	6. Tenacidade
7. Treinar seus homens como uma equipe	7. Entusiasmo
8. Decidir com acerto e oportunidade	8. Energia
9. Ter amor à responsabilidade e desenvolver esse sentimento entre os subordinados	9. Modéstia
10. Empregar a tropa de acordo com as suas possibilidades	10. Bom Humor
11. Assumir a responsabilidade dos seus atos	11. Iniciativa
12. Inspirar fé e confiança nos seus comandados (proposta)	12. Integridade
	13. Inteligência
	14. Senso de Julgamento
	15. Sentimento de Justiça
	16. Lealdade
	17. Simpatia
	18. Tato
	19. Desprendimento
	20. Comunicação (propostas)

— Extraído do C 20-10 — Princípios de Chefia.

BIBLIOGRAFIA

- Princípios de Administração — Koontz e O'Donnell
- Novas Técnicas de Direção — Auren Uris
- Comportamento Humano nas Organizações — George Strauss e Leonard Sayles
- Sociology — Emory Bogardus
- The Study of Leadership — C G Browe

- The Managerial Revolution — James Burnham
- Chefia, sua técnica, seus problemas — Wagner Estelita Campos
- Problemas de Chefia e Administração — Wagner Estelita Campos
- O Problema da Direção — Paulo Lopes Corrêa
- E a França teria Vencido — Gen De Gaulle
- Administração Industrial e Geral — Henry Fayol
- Liderança — Lourenço Filho
- Papers on the Science of Administration — Luther Gullick
- A Educação de Líderes — Arthur Jones
- Military Psychology — Norman Meyer
- Curso de Psicologia Aplicado — Prof. Mira Y Lopes
- Leadership or Domination — Paul Pigors
- The Art of Leadership — Ordway Tead
- The Elements of Administration — L Urwick
- Manual C 21-10 — Chefia e Liderança — Exército Brasileiro
- Publicações da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército sobre Chefia e Liderança
- Tipologia do Líder — Theodor Geiger
- O Homem Cordial — Cassiano Ricardo
- As Grandes Guerras da História — Liddell Hart
- A Marcha para Oeste — Cassiano Ricardo
- A FEB pelo seu Comandante — Mar J B Mascarenhas de Moraes
- Memórias — Mar J B Mascarenhas de Moraes
- Petain e De Gaulle — J R Tornoux
- Panzer Leader — Gen Heinz Guderian
- A Segunda Guerra Mundial — Winston Churchill
- Mac Arthur — Maj Gen Courtney Whitney
- O Soldado Profissional — Morris Janowitz
- Bonaparte — André Castellot
- Napoleon — Octave Aubry

A Convenção de Itu na História Política Brasileira

PAULO ZINGG

O transcurso, a 18 de abril de 1873, do centenário da realização da Convenção de Itu obriga fatalmente a um estudo do magno acontecimento, de suas origens e de sua projeção histórica. Como e por que se realizou essa convenção? Qual o seu significado na evolução política nacional e qual o seu conteúdo? Quais as suas causas e quais foram as suas conseqüências? É o que vamos tentar estudar, analisar e responder.

A aspiração republicana nasce no Brasil com a formação de nossa consciência política. No velho Recife ou nas cidades barrocas de Minas Gerais, quando a vida intelectual começa a existir, quando os homens começam a perceber o que se passa em torno deles, quando os livros chegam clandestinamente, quando se afirma o pensamento brasileiro e quando se forma a mentalidade política, a filosofia da Enciclopédia, os livros de Rousseau, de Raynal ou de Voltaire ou as notícias da insurreição vitoriosa das colônias norte-americanas levam à formulação da plataforma nacionalista, democrática e republicana. É o sonho da República que empolga Tiradentes e os Inconfidentes, reunidos nos sobrados de Vila Rica ou de São João Del Rey, conspirando antes da ocorrência da própria Revolução Francesa. É ainda o sonho da República que move os baianos da Inconfidência de 1798, também chamada de Revolta dos Alfaiates, com

sua bandeira tricolor em homenagem à França revolucionária. É também republicana a Revolução Pernambucana de 1817, quase às vésperas da Independência, afogada num mar de sangue e de violência.

Tendo sido nitidamente republicanos os movimentos de 1789, 1798 e 1817, republicana a nossa primeira corrente política, o movimento da Independência só não levou o país à guerra civil e ao desmembramento porque o gênio político de José Bonifácio comandou uma composição entre as duas correntes nacionais — os republicanos radicais, abolicionistas e democratas, e os conservadores, herdeiros do estabelecimento colonial e porta-vozes do comércio dos portos e da grande propriedade territorial, baseada esta na grande massa de escravos, então maioria esmagadora da população brasileira. A conciliação para a Independência, sem sangue e sem quebra da unidade, não durou muito e foi praticamente rompida com a dissolução da nossa primeira Constituinte e com a instauração do poder autocrático de Pedro I, baseado numa carta outorgada.

Em 1824, a nova revolta pernambucana com a proclamação da Confederação do Equador reabre a luta política e reafirma a tendência favorável ao regime republicano. Nesse mesmo ano, narra Francisco Nardy Filho, o célebre capitão-mor de Itu, Vicente Taques Góes e Aranha, denunciava ao imperador a existência naquela cidade de um núcleo republicano, a que pertenciam o padre Diogo Feijó e Paula Souza. E quando D. Pedro I é deposto a 7 de abril de 1831, os ventos republicanos sopram com violência, sendo necessária a ação enérgica dos liberais moderados para evitar, quer o golpe dos restauradores, quer uma República prematura. E durante a Regência, que foi uma espécie de República disfarçada, com o Regente eleito diretamente, Feijó costumava afirmar que o seu governo combatia as tendências radicais, os restauradores caramurus, de um lado, e de outro, os anarquistas republicanos. No terrível choque entre as tendências descentralizadoras e a manutenção da ordem e da unidade, a Regência lutou em duas frentes, enfraquecendo sua ação refor-

mista e finalmente perdendo a batalha com a queda de Feijó e o advento de Araújo Lima, meio caminho andado para o surto autocrático que, a partir de 1842, caracteriza o Segundo Império, com o restabelecimento do Conselho de Estado e do beija-mão e com o predomínio conservador, mais tarde prolongado pela política de conciliação — a “paz podre” de que falava Sales Torres Homem.

Entretanto, no período da Regência, o país havia formado seus dois partidos: o Conservador, nascido da fusão dos antigos caramurus com os liberais regressistas de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e o Liberal, que, embora desfalcado, retomou as bandeiras de luta, o espírito democrático e a tradição da primeira corrente política nacional, contestando a herança do tradicionalismo. Isso nos altos ambientes do país porque nas bases municipais liberais e conservadoras eram muito parecidos e queriam apenas o poder local, o que permitiu depois a Pedro II fazer a política da gangorra, governando com uns e outros, fazendo uns e outros ganharem as eleições porque era sempre o poder o grande vencedor dos pleitos. E as duas correntes, apesar de tudo, tinham que prosseguir na disputa do governo e da orientação do país... De baixo para cima, a conciliação não era possível, porque bases municipais e tendências ideológicas urbanas não admitiam tréguas.

Em termos paulistas, a Revolução Liberal de 1842 é a causa que leva à Convenção de Itu em 1873. Deposto o Ministério da Maioridade, alijados os liberais do poder pela ação do novo gabinete, restabelecido o Conselho de Estado, reformado o Código de Processo e determinada a substituição das autoridades locais, chovem os protestos e ferve a revolta com a dissolução da Câmara em maio de 1842. Os liberais mineiros, comandados por Teófilo Ottoni e Feliciano Pinto Coelho e os paulistas revoltados com a demissão do presidente da Província, resolvem apelar para as armas. Forma-se em Sorocaba um governo revolucionário com Rafael Tobias de Aguiar aclamado presidente da Província. Feijó traz o seu apoio, o seu prestígio e a sua tipografia para sustentar

a causa. Sublevam-se as vilas paulistas — o vale do Paraíba e a região em torno de Itu, mas a capital fica na mão do governo e também o porto de Santos. Caxias desembarca, sobe a serra, reforça o controle de São Paulo e marcha ao encontro dos rebeldes, rapidamente dominados e esmagados. Feijó é preso e Tobias foge para o sul, ao encontro dos farroupilhas, que já haviam proclamado duas repúblicas: a de Piratini, no Rio Grande do Sul e a Juliana, em Santa Catarina. Mas, a repressão política não pode mais ser suportada pelos velhos quadros do Partido Liberal que, ou se adaptam ou estão condenados ao ostracismo à medida que se reforça o poder pessoal do Imperador. Fecha-se o ciclo das revoltas da Regência e do início do Segundo Império, abertamente liberais e no fundo republicanas...

O país começava a se transformar. O café, tornando-se o principal artigo de exportação, desloca o poder político-econômico para o centro-sul. A ferrovia faz sua aparição encurtando distâncias. O telégrafo atualiza o Brasil. A instrução ganha terreno. Já se prenuncia, com o fim do tráfico e com a imigração européia, o fim da escravidão. E o desafio da guerra do Paraguai, importante para a época, completa um processo de unificação. Dentro desse processo de transformação, estavam esgotadas as lideranças nacionais vindas ainda dos tempos da Independência e da Regência, principalmente as sofridas e castigadas chefias liberais. Soara a hora da mudança. Radicais anunciavam que a opção estava entre a Reforma e a Revolução. E finalmente, em 1868, depondo Zacarias, o próprio Imperador quebrava as regras do jogo parlamentar. Era um "golpe branco". Era um estímulo para que as forças renovadoras procurassem novos caminhos. E assim o fizeram.

Fazia-se sentir no país o impacto dos acontecimentos externos: a vitória de Lincoln na guerra civil norte-americana e o fim da escravidão; a queda do Império Mexicano com o fuzilamento de Maximiliano, primo de nosso Imperador; a proclamação da Terceira República francesa e logo depois o advento da República Espanhola. O jovem liberalismo — o dos

clubes radicais — está entusiasmado e disposto a cruzar o Rubicon. Se Paris proclamou a República a 4 de setembro, a 3 de dezembro de 1870, três meses, depois, no Rio é lançado o Manifesto Republicano, elaborado por Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva e Salvador de Mendonça, membros do Clube Republicano fundado no mês anterior. E era lançado o jornal "A República", de vida efêmera. O clube radical de São Paulo transforma-se em Clube Republicano e Américo de Campos envia sua adesão ao Rio de Janeiro. Nos meses seguintes, Jundiaí, Piracicaba, Amparo, Capivari e outras cidades, formam núcleos republicanos. Em setembro de 1871, em Itu, o clube é constituído com oitenta adesões, e em 1872, o jornal "O Paulista" de Taubaté, inicia a campanha em prol da República. Em janeiro de 1872, na capital, os republicanos reúnem-se na residência de Américo Brasiliense de Almeida e Melo e formam comissão de propaganda, integrada pelo primeiro e por Campos Sales e Américo de Campos. Esta comissão decide arregimentar os partidários da República e convoca um congresso provincial, nos seguintes termos:

- "a) Que, de acordo com as idéias democráticas e regime federativo, conservaria o partido republicano, da província de São Paulo, sua independência e autonomia ante o centro estabelecido na corte, assim como igual independência, imagem viva da autonomia municipal, guardariam entre si os núcleos locais da província, prestando-se apenas mutuamente os conselhos, avisos, consultas e comum auxílio no interesse geral.
- b) Que fosse, como de fato foi, nomeada uma comissão dentre os presentes para se dirigir aos núcleos republicanos da província, convidando-os a que organizassem o partido, afim de que se ache pronto, sendo necessário, a entrar em luta; e mais que promovesse, por todos os meios ao seu alcance, larga e eficaz proteção à imprensa, principalmente aos jornais que sustentam aquela idéia, na corte e nesta província.

- c) Que, dada a necessidade de combinação de acordo comum entre os diversos clubes e núcleos republicanos na provincia, se fará a comunicação, enquanto for esse meio possível, por escritos circulares, ou, quando for mister, por meio de um congresso de representantes das referidas agremiações locais, podendo dar-se a reunião na capital ou em qualquer outro ponto da provincia". Prevalece a escolha de Itu para sediá-la por ter o clube mais numeroso e para aproveitar em abril de 1873 a inauguração da ferrovia ituana, ligando a cidade a Jundiaí. Sem falar no natural espirito de contestação à Fidelissima Cidade Imperial e à chamada Roma brasileira, e na natural revanche dos herdeiros políticos de Feijó e de Tobias, já então todos ostensivamente republicanos. E assim foi convocada, realizada e ganhou dimensão histórica a Convenção de Itu, marco decisivo na luta pela República.

No dia 18 de abril, 134 representantes dos clubes republicanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Jundiaí, Amparo, Itatiba, Bragança, Mogi-Mirim, Piracicaba, Sorocaba, Botucatu, Jaú, Tietê, Porto Feliz, Capivari, Monte-Mor, Indaiatuba e Itapetininga, reunidos na casa senhorial de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, hoje Museu Republicano, sob a presidência de João Tibiriçá Piratininga e tendo Américo Brasiliense como secretário, deliberaram em Convenção — a Convenção de Itu — sobre as ações que deviam ser realizadas para que a República fosse vitoriosa. Os debates foram animados, em alto nível de doutrina e de estratégia política. No dia seguinte, o presidente João Tibiriçá Piratininga e o secretário do clube ituano, João Tobias de Aguiar e Castro, filho de Rafael Tobias, expediam a circular-manifesto de organização do Partido Republicano. E a Convenção terminou entre festas e foi mais tarde assim definida por Washington Luiz: "A Convenção de Itu não se filiou a gestos de moços levianos nem a desejos de velhos despeitados; nasceu solenemente da convicção forte, em que estavam homens de todas as idades

e de todas as classes, de que o Brasil só encontraria a sua forma definitiva de governo numa República democrática e federativa. A Convenção realça esplendidamente as características do gênio paulista, a iniciativa tenaz, o tranqüillo espírito das realizações, a lealdade inquebrantável”.

“Foi ao claro sol brasileiro, em plena luz meridiana, diante do povo, com o conhecimento amplo das autoridades que se fez a Convenção de Itu.”

E também por Carlos de Campos, presidente do Estado, filho do convencional Bernardino de Campos:

“O máximo objetivo da Convenção de Itu, consubstanciado no luminoso manifesto de 1870, teve para sua consecução, desde logo tentada, numa operosidade tenaz e robusta, os mais devotados e eficientes fatores. Foram eles não só os membros do egrégio conclave, representando todas as classes componentes da população provincial de então profissões liberais, agricultura, comércio, indústrias — de considerável número de municípios, como também um crescente número de prosélitos.”

E que decidiu essa Convenção de Itu? Decidiu organizar o Partido em todos os municípios da província e no fim daquele ano 56 clubes. Decidiu convocar um congresso partidário para o estudo das bases da futura Constituição do Estado de São Paulo. E decidiu organizar a imprensa republicana, e nas suas decisões estava a origem mais remota da fundação da “Província de São Paulo”, hoje o Estado de São Paulo. E o élan da Convenção não se perdeu mais, pois ela foi a escola de liderança e foi o palco que marcou a entrada em cena da história de uma nova geração, os herdeiros da primeira corrente política brasileira e dos herdeiros paulistas da revolta de 1842. Nova geração que daria dois presidentes à República, vários governadores ao Estado, ministros, parlamentares e diplomatas, assim como líderes da educação, da cultura e da economia, formando o grupo que devia alcançar o poder em 1889, consolidar o novo regime e assegurar a hegemonia nacional do Partido Republicano Paulista até 1922 — início do

atual ciclo revolucionário — ou mesmo até 1930. A Convenção de Itu foi essa escola de liderança. Ela formou quadros que comandaram a estratégia política que permitiu ao Brasil — cem anos depois da Inconfidência Mineira — alcançar o regime republicano, baseado no trabalho livre, com que sonharam as nossas primeiras lideranças. Essa a grande projeção histórica da Convenção de Itu, o primeiro congresso político realizado no país, outro aspecto inédito que a consagra na história.

UM PRECEITO

"Quem deve ser levado em conta não é aquele que censura, não é aquele que denuncia os tropeços dos fortes ou as limitações dos beneméritos. O valor pertence ao homem que está de fato na arena, cujo rosto é desfigurado pela poeira, pelo suor e pelo sangue, que luta valentemente, que erra, falha e torna a falhar; que conhece os grandes entusiasmos, as grandes dedicações; que se empenha numa causa justa; que, quando vence, conhece finalmente a vitória das grandes realizações, e, na pior das hipóteses, se fracassa, será enquanto se aventura magnificamente, de modo que seu lugar nunca será daquelas almas ociosas, que não conhecem a vitória nem a derrota."

ROOSEVELT

Possibilidades Econômicas do Médio Goiás

INTEGRANTES

Econ. CARLOS ALBERTO DE MACEDO ROCHA
Econ. CARLOS EVERALDO ALVARES COIMBRA
Bel. LUCIANO DE FIGUEIREDO MESQUITA
Eng. LUIS FERNANDO VIANNA DE F. SARAIVA
Prof. R. N. MONTEIRO DE SANTANA

GRUPO DE ESTUDOS DA ADESG

Chefe: Dep. VASCO AZEVEDO NETO

S U M A R I O

- 1 — Definição da área
- 2 — Municípios-base
 - 2.1. Barro Alto
 - 2.2. Niquelândia
 - 2.3. Urnaçu
- 3 — Os diversos Aspectos
 - 3.1. Minerais Estratégicos
 - 3.2. Efeitos no desenvolvimento de Goiás
 - 3.3. Reflexos na ocupação Amazônica
 - 3.4. Relacionamento com o Distrito Federal
- 4 — Óbices
- 5 — A Estratégia
- 6 — Conclusões

1. DEFINIÇÃO DA ÁREA

O tema proposto implica, de início, na definição da área. Dever-se-á procurar conceituar, então, o que se entende por "Médio Goiás".

Em sentido mais lato, talvez se pudesse caracterizá-lo como sendo a área compreendida entre os paralelos 11.º e 15.º Sul, que corresponde a pouco mais de um terço da medida linear entre os pontos meridional e setentrional extremos do Estado de Goiás, com os seguintes limites: a L, o Estado da Bahia; a W, o Rio Araguaia; a N, o paralelo de 11.º Sul; e a S, o paralelo de 15.º Sul.

Dentro desta área situam-se os municípios — base do presente estudo: Barro Alto, Niquelândia e Uruaçu. Além deles, incluem-se mais 52 municípios.

Advirta-se que nem todos os municípios têm sua área total dentro dos limites estabelecidos.

A população da área é rarefeita e de baixa densidade. E poucas são as cidades de certa importância, destacando-se Mara Rosa (18.271 habitantes), Gurupi (16.145), Porto Nacional (10.317), Porangatu (10.282) e Uruaçu (10.237).

De um modo geral, os núcleos urbanos se desenvolveram muito recentemente, ainda que alguns deles hajam sido fundados no século passado ou mesmo no século XVIII.

Pode-se perguntar, então: é o Médio Goiás uma região?

Para que se responda a esta pergunta se faz necessário dizer o que é uma região.

Por região econômica se entende uma espécie de unidade espacial resultante da divisão territorial do trabalho, ao se criar um quadro heterogêneo cujas pautas se relacionam funcionalmente.

Neste sentido, a industrialização é um elemento propulsor da organização regional. O desenvolvimento de centros industriais dá margem a que se estabeleçam fluxos entre as diferentes áreas de um país e propicia a articulação de suas diversas partes.

Dentro desta concepção, a região surge em determinada fase histórica e se forma na medida em que cidade e campo se integram, isto é, na medida em que se dá uma estreita e indissolúvel vinculação entre o urbano e o rural em determinada área do território de um país.

Na verdade, pelos dados inicialmente apresentados, não se pode dizer que o Médio Goiás constitua uma região, nem os municípios de Barro Alto, Niquelândia e Uruaçu apresentam condições a uma configuração dessa natureza.

A própria Fundação IBGE inclui estes três municípios em três micro-regiões diferentes. O Plano de Ação do Governo Octavio Lage também os situa em regiões separadas: Niquelândia como pólo da

região Tocantinzinho; Barro Alto integrando a região Mato-Grosso de Goiás; finalmente, Uruaçu compondo a região Crixá-Assu. E, por último, no estudo "A Economia Goiânia no Prodoeste", também se estabelece uma divisão que não corresponde à proposta pelo tema sob estudo.

Observe-se, finalmente, que o Grupo entendeu fixar as suas atenções para aquela área cujas potencialidades econômicas são mais favoráveis, ou seja, a sua parte ocidental, sob a influência das BR-080, BR-153 e BR-414.

2. MUNICÍPIOS-BASE

De acordo com o tema proposto, cabe estudar as possibilidades econômicas da área, tomando por base os municípios de Barro Alto, Niquelândia e Uruaçu. Daí a necessidade de situar cada um deles.

2.1. Barro Alto

Dados Físicos:

Área: 2.513 km²
Altitude: 890 m
Longitude: 48° 58' 48" W. Gr.
Latitude: 15° 04' 12" S.

População (1970):

Urbana: 1.356
Rural: 5.998
Total: 7.354

Produção agrícola em 1970:

Arroz: 114.000 scs. 60 kg
Feijão: 31.000 scs. 60 kg
Milho: 75.000 scs. 60 kg
Mandioca: 700 ton.
Cana-de-açúcar: 13.750 ton.
Algodão: 1.500 arrobas
Laranja: 160 centos
Banana: 80.000 cachos
Batata: 45 ton.
Abacaxi: 6.000 frutos.

Pecuária (1970):

bovinos: 37.000 cabeças
suínos: 28.000 cabeças

Unidades escolares — 1969 — 8 escolas primárias

Assistência médico-hospitalar:

8 dentistas
Hospital — nihil
Médicos — nihil

Estabelecimentos:

2.576 agropecuários
19 comerciais
9 industriais
15 serviços

ICM recolhido 1970 — Cr\$ 386.168,47

Outras informações:

Dispõe de telefone e energia elétrica.

Ramos industriais:

Ind. alimentícia e extrativa vegetal.

2.2. Niquelândia**Dados Físicos:**

Área: 13.303 km²
Altitude: 650 m
Longitude: 48° 27' 00" W. Gr.
Latitude: 14° 28' 48" S.

População:

Urbana: 2.841
Rural: 21.148
Total: 23.989

Produção agrícola:

Arroz: 80.000 scs. 60 kg
Milho: 70.000 scs. 60 kg
Cana-de-açúcar: 420 ton.
Feijão: 6.300 scs. 60 kg
Mandioca: 1.590 ton.
Algodão: 1.250 arrobas
Fumo: 800 arrobas
Laranja: 10.000 centos

Pecuária:

Bovinos: 60.000 cabeças

Suínos: 14.000 cabeças

Indústrias: Alimentícia

Unidades escolares: 8 unidades de ensino primário

Assistência médico-hospitalar:

1 posto de saúde

Médicos: nihil

Dentistas: nihil

Hospedagem: 5 pensões ou hotéis

Infra-estrutura:

Servido por rede de energia elétrica e abastecimento de água

Comunicações: Posto telegráfico

Estabelecimentos:

2.949 agropecuários

56 comerciais

6 industriais

12 serviços

ICM recolhido: Cr\$ 465.870,26

2.3. Uruaçu**Dados Físicos:**

Área: 6.836 km²

Altitude: 630 m

Longitude: 49° 09' 00" W. Gr.

Latitude: 14° 30' 54" S.

População:

Urbana: 10.237

Rural: 26.694

Total: 36.931

Produção agrícola:

Arroz: 90.000 scs. 60 kg
Milho: 80.000 scs. 60 kg
Cana-de-açúcar: 1.400 ton.
Feijão: 9.600 scs. 60 kg
Mandioca: 6.300 ton.
Algodão: 13.500 arrobas
Laranja: 4.500 centos
Banana: 152.100 cachos
Abacaxi: 152.100 frutos
Batata: 200 ton.

Pecuária:

Bovinos: 52.000 cabeças
Suínos: 50.000 cabeças

Principais ramos industriais:

Ind. alimentícia e extrativa vegetal

Unidades escolares: 40, entre primário e médio

Assistência médico-hospitalar:

3 hospitais e postos de saúde
6 médicos
1 dentista

Hospedagem: 8 hotéis e/ou pensões

Infra-estrutura: Só energia elétrica

Comunicações:

Telégrafos — Captação de TV

Estabelecimentos:

5.934 agropecuários
151 comerciais
34 industriais
62 serviços
1 bancário (Banco do Brasil)

Recolhimento de ICM: Cr\$ 897.584,09.

Com base nestes dados, pode-se examinar um outro aspecto, que se liga fundamentalmente ao trabalho proposto: saber em que medida um centro urbano tem a capacidade de internalizar para o subsistema espacial por ele definido, os chamados efeitos de polarização.

Segundo *Boiser*, deve possuir indústrias dominantes e propulsivas, um tamanho populacional considerável, um certo grau de complementaridade interna, um número considerável de firmas médias e pequenas, uma baixa propensão marginal ao consumo de bens importados, uma boa situação na malha urbana, um sistema urbano nodalizado, finalmente, uma estrutura social e líderes capazes de perceber, compreender e utilizar as inovações.

Pelo exposto, dificilmente se poderia definir as possibilidades econômicas da região do Médio Goiás com base nas cidades de Barro Alto, Niquelândia e Uruaçu.

Contudo, em virtude de sua posição geográfica e em face de certos recursos existentes, fatores que devem ser considerados concomitantemente com as projeções rodoviárias que podem vir a beneficiar a área, poder-se-á contar com elementos para se traçar uma estratégia visando ao aproveitamento de suas possibilidades econômicas.

Comprova-se esta última afirmação, particularizando-se a situação de Uruaçu, ponto de convergência dos "vetores de tráfego" que se originam no Rio e São Paulo, através, respectivamente, das BR-040 e BR-050 e que se fundem de Brasília para o N. na BR-080.

Está praticamente a igual distância de São Paulo, quer pela BR-050/BR-080, quer pelo trajeto BR-050/BR-364/BR-153 (via Anápolis).

E ainda ponto de passagem dos fluxos oriundos do Sul do Brasil para Anápolis, através da BR-153.

Uruaçu é, pois, um dos pontos mais notáveis no sistema de conexão rodoviária da região econômica mais desenvolvida (triângulo Rio—São Paulo—Belo Horizonte) com a Amazônia e a Fronteira da Colômbia.

3. OS DIVERSOS ASPECTOS

Conhecidos os elementos acima apresentados, passar-se-á ao exame dos demais aspectos propostos pelo tema.

3.1. Minerais estratégicos

Sobre a geologia da área o que há de mais notável neste aspecto é a ocorrência de rochas ultrabásicas mineralizadas com níquel e cobalto, além da constatação de platina associada às ocorrências de cromita em Niquelândia.

No Estado de Goiás são conhecidos vários corpos de rochas ultrabásicas, sendo os mais importantes os de Niquelândia, Barro Alto e Fontalina. O maciço de Niquelândia (S. José de Tocantins) é o melhor conhecido.

A principal ocorrência brasileira de rochas ultrabásicas situa-se em São José do Tocantins (Niquelândia) a cerca de 340 km ao norte de Anápolis.

O maciço denominado Barro Alto estende-se desde a localidade do mesmo nome, ao norte, passando próximo de Goianésia e prolongando-se pelo menos até Ceres, ao sul.

É uma das descobertas recentes, estando ainda em desenvolvimento pesquisas geológicas para sua definição. Não é conhecido em toda a sua extensão, palrando dúvidas quanto à existência de um ou dois corpos básicos ultrabásicos, alinhados para o norte.

Representa, juntamente com Niquelândia, um dos maiores maciços básicos ultrabásicos de Goiás.

Em Uruaçu como em outras localidades do Estado de Goiás (Crominia, Hidrolândia, Pirenópolis, etc.), foram assinaladas ocorrências de rochas ultrabásicas com evidência de mineralização de níquel, cobalto e também de amianto no caso de Uruaçu.

A maioria delas constitui pequenas jazidas ou ocorrências de cromo, estando o níquel associado, além de cobre, talco e amianto. Esses corpos encontram-se, contudo, pouco pesquisados, não existindo informações para a maioria deles quanto à existência de mineralização economicamente explorável de níquel ou cobalto.

Duas companhias mineradoras desenvolvem trabalhos em Niquelândia: a Cia. Níquel Tocantins (grupo Votorantim) e a Codemin Ltda. (Morro do Níquel).

Estas firmas enfrentam alguns problemas de infra-estrutura, como falta de energia elétrica, etc., além dos relacionados à metalurgia.

As jazidas possuem projetos a médio prazo e as reservas estimadas são as seguintes:

Reserva	Minério	Teor	Níquel contido
Medida	5.400.000	1,67%	20.000 ton.
Indicada	4.600.000	2,5%	129.000 ton.
Inferida	30.000.000	1,5%	447.000 ton.
			<hr/> 666.000 ton.

Situada a leste da sede do município, a mineralização encontra-se na parte centro-oriental do maciço básico-ultrabásico de Barro Alto. As jazidas estão sendo pesquisadas pela Baminco Ltda. Mineração e Siderurgia (grupo Ferro e Carvão), com projeto a médio prazo.

Reserva	Minério	Teor	Níquel contido
Estimado	60.000.000	1 a 1,5%	735.000 ton

No extremo norte do município de Uruaçu, no maciço Canabrava, a Cia. Codemin Ltda. desenvolve trabalhos de pesquisas para níquel. As reservas são:

Reserva	Minério	Teor	Níquel contido
Estimado	9.400.000	1 a 1,5%	120.100 ton

Vale salientar que grande parte do minério de níquel é proveniente do estéril removido na operação de lavra para amianto.

	Minério	Níquel contido
Niquelândia	40.000.000 ton.	666.000 ton.
Barro Alto	60.000.000 ton.	735.000 ton.
Uruaçu	9.450.000 ton.	120.000 ton.

Em Niquelândia se encontra uma das 14 jazidas de cromo do Estado de Goiás. Estas são classificadas como tipo refratário devido à baixa razão Cr/Fe.

As reservas totais do Estado de Goiás são aproximadamente de 200.000 ton. de cromita com teores de 30 a 42% em óxido de cromo.

Ao norte da sede do município de Uruaçu, no maciço Canabrava encontra-se a maior mina de amianto do País, suprimindo o consumo nacional em 60%. De propriedade da SAMA esta mina tem uma produção anual em torno de 27.000 ton. de fibra, estando previsto um aumento gradativo da produção até 1974.

As reservas de amianto na mina são em cerca de 2.000.000 ton. de fibra com teor recuperável de 5% de fibra.

O amianto crisotila ou amianto branco é a variedade mais importante do mineral de amianto e constitui 80 a 90% da produção mundial.

Junto à localidade Santo Antônio da Laguna, no município de Barro Alto, encontra-se em fase de pesquisa pela Permatex S.A. uma ocorrência promissora de amianto.

As reservas estimadas em 2.000 ton. de fibra com teor recuperável de 1,5%.

Cabe considerar ainda:

Cobalto:

Niquelândia:

75.000 ton. de minério com teores de 1 a 2% de Co.

Cobre:

Niquelândia:

Reservas estimadas em 40.000 ton. de cobre contido (teor em Cu. de 0,2 a 1,7%), associado à garnierita.

Platina:

Niquelândia:

Apresenta perspectivas razoáveis.

Chumbo:

Há ocorrência em Uruaçu onde aparece associado ao zinco.

Grafita:

Ocorrência em Uruaçu.

Ferro:

Rio Verde:

A única jazida de ferro do Estado de Goiás para a qual se tem uma estimativa de reserva é a de Padre Bernardo (Rio Verde), com reservas de 7.000.000 de ton. de hematita compacta.

Manganês:

São conhecidas ocorrências de minério de manganês com possibilidades econômicas, pelo menos a longo prazo, em Uruaçu, além de outros pontos do território goiano como Itaporã, Peixe, Porangatu, Caldas Novas, etc. Os minerais comuns são a pirolusita e a psilomelana.

RESERVA DE Mn EM GOIÁS

Localidade		Reserva (ton.)	Teor
Uruaçu	Macacos	60.000	46%
Niquelândia	Acaba Saco	70.000	46%

Terras raras:

Em alguns pegmatitos como os de Xambioá e de Mata Azul, no município de Uruaçu, ocorre monazita, às vezes em boa quantidade como é o caso de Xambioá.

Talco:

Em Niquelândia e Barro Alto existem ocorrências promissoras deste mineral. Material este também associado às rochas ultrabásicas.

Calcário e Dolomitos:

Em Niquelândia, nas zonas de Mimoso — Mato Seco há dezenas de lentes de calcáreo intercaladas nas ardósias e marcas de formação Paraopeba. Volume estimado em 20 milhões de metros cúbicos. Do Rio Maranhão para o norte, rumo à cidade de Niquelândia, notam-se numerosas lentes nas bacias dos ribeirões Fundo e Traira. Nesses distritos pode-se estimar mais de 100 milhões de metros cúbicos.

Ouro e Pedras Preciosas:

Pegmatitos de Uruaçu.

Outros Minerais:

Cianita — Niquelândia.

Vermiculita — Niquelândia.

Mica — Pegmatitos de Niquelândia e Barro Alto.

3.2. Efeitos no desenvolvimento de Goiás

Observe-se, inicialmente, que o próprio Governador do Estado de Goiás, em sua palestra realizada para os estagiários deste II Ciclo de Estudos, em Anápolis, afirma que a mineração só a médio e a longo prazo se constitui numa grande oportunidade para o Estado.

Outro aspecto a considerar refere-se à forma de exploração dos recursos minerais, que não se liga a decisões ditadas imediatamente pelos interesses de Goiás, independentemente de decisão de elementos locais. Advém sempre de fora, ou seja, do complexo industrial que dela necessita.

É bem verdade que, ao se criarem as economias externas necessárias aos projetos previstos para a área, graças à implantação e/ou ao melhoramento de rodovias ou de estradas vicinais, geração ou fornecimento de energia elétrica, melhoria das condições urbanas, desenvolvimento das comunicações, dar-se-á a modernização da área.

3.3. Reflexos na ocupação da Amazônia

A simples exploração dos minerais ocorrentes na área, visando à exportação para o mercado interno ou para o resto do mundo, não terá reflexos para a ocupação da Amazônia de modo imediato. Contudo, se ocupada de forma efetiva, nos termos da estratégia a ser proposta, o aproveitamento de suas possibilidades econômicas se constituirá em mais um elemento de consolidação do processo já consagrado pelo Programa de Integração Nacional (PIN).

3.4. Relacionamento com o Distrito Federal

Há dois ângulos a considerar, sob este aspecto: o referente à evolução dos aspectos demográficos e o ligado ao problema do desemprego em Brasília, ambos relacionados com o desnível crescente entre o Distrito Federal e os Municípios da grande área em que se insere a Capital da República.

Assim, além do desequilíbrio que se manifesta entre a procura e a oferta de empregos, cabe considerar a defasagem econômica e social entre o Distrito Federal e todos aqueles municípios.

O problema que se coloca, a exigir tratamento especial na estratégia a ser proposta, é o seguinte: como reter a população marginalizada da área a fim de que a mesma não se encaminhe com intensidade para Brasília e, ainda, como dirigir para ela parte da população que flui do restante do País e que se orienta para Brasília e, secundariamente Goiânia, finalmente, como fazer para que os resíduos sociais e as baixas conseqüentes das atividades de desbravamento da extensa faixa pioneira que as circunda não refluam para estas mesmas Capitais, comprometendo-lhes a sua organização e equilíbrio.

4. OBICES

Conforme se caracterizou, no item 1, a área sob estudo não apresenta os elementos próprios de uma região. Não existem nela atividades econômicas de certo modo concentradas e interdependentes. Não há um conjunto de cidades com capacidade latente para atrair atividades econômicas mais dinâmicas. Mais precisamente: a área não se nucleou.

Além disso, a exploração mineral, para efeito de exportação, criará apenas mais uma zona de complementação orientada para o atendimento das necessidades criadas pela indústria do Sudeste e de fora do País.

Por outro lado, a área é carente de adequado apoio infra-estrutural, notadamente no setor de transporte.

É precária a rede de rodovias, com exceção da BR-153, que toca em Uruaçu. A BR-414, implantada em caráter pioneiro também atravessa a área em estudo. Dos municípios-base atende a Niquelândia e a Uruaçu. E dentro, aproximadamente, da diretriz geral da BR-080, também em caráter pioneiro, há uma estrada que liga Brasília a Uruaçu, que se vincula à BR-153, a 10 km ao sul desta última cidade. Finalmente, entre as rodovias de âmbito estadual, pode-se destacar, além da referida acima, uma outra que liga Niquelândia a Uruaçu e a GO-5, que liga Barro Alto a Goianésia.

Quanto à energia, cabe considerar os seguintes aspectos:

Potencial instalado

Os municípios de Barro Alto, Uruaçu e Niquelândia são considerados pelo M.M.E. como áreas potencialmente suscetíveis de absorver elevadas quotas energéticas. Nestas áreas há ocorrência de grandes jazidas de níquel, cobre e cobalto que exigem processos industriais eletrometalúrgicos para os seus tratamentos, requerendo, portanto, um alto consumo energético.

Para a utilização racional destes minérios devem ser consideradas como prioritárias as áreas detentoras do Decreto ou Alvará de Pesquisa e Concessão de Lavra.

Uruaçu é iluminada pelo sistema energético de Cachoeira Dourada, tendo a rede transmissora a potência ou tensão de 33.000 volts, mantida pela CELG.

Apresenta, também, uma Usina DIESEL com potência instalada de 176 Kw e uma usina hidráulica com potência instalada de 38 Kw.

Em Barro-Alto, a atual administração realiza a implantação do sistema de energia elétrica de Cachoeira Dourada, através, também, da CELG.

Perspectivas de ampliação

Encontra-se em fase de projeto a ampliação da Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada correspondente à unidade 5 que irá incorporar mais 50.000 Kw à potência instalada.

A demanda da ordem de 120 MW por parte das indústrias metalúrgicas que estão sendo instaladas em Niquelândia, se atendida pelas atuais usinas de Cachoeira Dourada, São Simão (CEMIG) ou Porto Colômbia (FURNAS), implicaria em distâncias de transmissão da ordem de 600 a 800 km.

Neste caso, a tensão de transmissão deveria ser igual ou superior a 345 Kv em mais de uma linha, sendo impróprio pretender estendê-las ainda mais para atender aos projetos agro-pecuários-industriais que estão sendo implantados no Médio Norte, assim como às cidades mais desenvolvidas dispostas ao longo do eixo da Rodovia Belém—Brasília.

O próprio D.F. dista 600 km de Porto-Colômbia, o que permite concluir pela necessidade de se escolher uma fonte geradora de energia estrategicamente situada para atender a essas demandas.

A Usina de São Félix, no Alto-Tocantins, situada junto às jazidas de Niquelândia dista apenas 200 km de Brasília. Sua interligação com o Sistema de Cachoeira Dourada permitiria um abastecimento por dupla fonte, com saturação em localidade opostas.

A Usina será projetada para 400/600 Mw de potência.

Demanda previsível

A CELG procedeu a um estudo do mercado energético nas áreas de Niquelândia, Barro-Alto e Uruaçu, concluindo que até 1978 ela deverá ter condições de suprir uma demanda de 240 Mw com fator de carga = 0,95 para o atendimento da eletro-siderurgia do níquel.

Em Uruaçu e Barro-Alto existem 2 subestações em projeto com as relações 69/34,5 Kv e 138/69 Kv respectivamente e capacidades de 8 Mva e 25 Mva respectivamente.

Fontes de energia utilizáveis

Uruaçu — Iluminada, como já foi dito acima, pelo sistema energético de Cachoeira Dourada, tendo a rede transmissora a potência ou tensão de 33.000 volts, mantidas pela CELG.

Apresenta, também, uma usina hidráulica com potência instalada de 88 Kw (dados de 68) e uma DIESEL com 176 Kw (dados de 68).

Barro-Alto — Está em implantação o sistema de energia elétrica de Cachoeira Dourada através da CELG.

A Usina Hidroelétrica de São Félix terá uma capacidade de 560 Mw e, até 1978, deverá ter condições de suprir uma demanda de 240 Mw com fator de carga = 0,95 para o atendimento da eletro-siderurgia do níquel.

O potencial energético das bacias hidrográficas dos rios Araguaia e Tocantins está avaliado em 10 milhões de Kw, dos quais 75% poderão ser obtidos na bacia do Rio Tocantins, que também abriga as maiores e mais importantes jazidas minerais.

Cachoeira Dourada — é uma das maiores obras civis do Brasil de hoje.

Represa mais de 800 bilhões de m³ de água.

A represa mede 3.200 m e o nivelamento da água é mantido através de 20 comportas, em 2 vertedouros existentes, ao longo das barragens e uma vazão de cerca de 20.000 m³ de água/seg.

A capacidade nominal instalada da CELG é de 148.000 Kw. Desse total, a usina de Cachoeira Dourada participa com 136.000 Kw.

GO/Secretaria da Agricultura/Ministério da Agricultura/

Até 1974, a usina estará pronta e acabada com a adição dos 3 conjuntos geradores de 80.000 Kw cada um.

5. A ESTRATÉGIA

Deve-se pensar inicialmente na adoção de uma estratégia mediante o fortalecimento dos vínculos urbanos existentes na área e sobretudo de suas interdependências, a fim de que se tornem pontos de apoio para as atividades primárias, na escala necessária a reter os elementos dinâmicos do processo econômico, oferecendo ainda as amenidades culturais e sociais para a fixação dos elementos humanos mais qualificados.

Com isso, atender-se-á a situação particular de Brasília. É evidente que a criação de novos "polos regionais" e de novos "centros" de desenvolvimento social, na sua área de influência, minorará a grande aglomeração urbana que a vem caracterizando.

Contudo, para que se possam implantar as atividades que o potencial econômico da área faz prever, é importante que, concomitantemente, se desenvolva um complexo industrial no "eixo" Brasília—Anápolis—Golânia, fora do quadrilátero, que considere Brasília em seu verdadeiro papel: como centro dinâmico de integração nacional,

devido à sua posição geográfica somada ao primado político de Capital Federal, constituindo-se assim em uma nova fronteira humana, a facilitar a ocupação e o desenvolvimento do Centro-Oeste e da própria Amazônia.

Na definição dessa estratégia, deve-se ter em vista que se trata de uma área em processo de ocupação econômica.

Ao Sul, desenvolve-se uma agricultura de razoável índice técnico, com tendência à diversificação. A fronteira agrícola, porém, desloca-se muito lentamente em direção ao Norte, mal tendo atingido o limite Sul da área atualmente. A pecuária bovina é a atividade predominante, disseminando-se por toda a "região". A indústria é incipiente e resume-se no beneficiamento primário de produtos agrícolas. Os bois gordos são encaminhados aos frigoríficos e abatedouros de Goiânia, Anápolis, Triângulo Mineiro e Noroeste de São Paulo. A mineração, sempre em pequena escala, encontra sua maior expressão no amianto (Uruaçu); empresas de pequeno porte, até mesmo individuais, exploram o manganês, o berilo, o calcário (produção de cal). A madeira não é industrializada de modo significativo. O processo de ocupação caracteriza-se pelo desmatamento a trator e queima subsequente da mata derrubada para formação de pastagens ou, alternativamente, para o plantio de arroz no primeiro ano. O sistema viário é incipiente, resumindo-se na Belém-Brasília que corta a região longitudinalmente. O eixo dessa rodovia é a região que vem sendo mais intensamente ocupada, na atualidade; decorre daí o fato de nela se situarem os núcleos populacionais mais dinâmicos. De um modo geral, está por ser construída toda a infra-estrutura da área, inclusive urbana. Há importantes ocorrências promissoras de minerais (especialmente não ferrosos), destacando-se as de níquel, cobalto, urânio, amianto crisólita e calcário. Há nitida e generalizada carência de recursos financeiros, tanto no âmbito privado quanto no quadro governamental estadual.

Com base nestas observações, propõe-se:

A curto prazo

1. Criação de programa semelhante ao PROTERRA, para incentivo à agropecuária e à agroindústria (BANCO CENTRAL/BANCO DO BRASIL/BANCO DA AMAZÔNIA/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO/MINISTÉRIO DA FAZENDA/MINISTÉRIO DO INTERIOR).
2. Construção de um Frigorífico para bovinos e suínos no eixo da Belém-Brasília, de preferência em Uruaçu ou Gurupi (Prodoeste/Governo de Colás);

3. Incrementação da assistência técnica rural (ABCAR/ACAR-Secretaria da Agricultura/Ministério da Agricultura/Banco do Brasil);
4. Combate às zoonoses (Ministério da Agricultura/Secretaria da Agricultura de Goiás/ACAR-GO);
5. Dinamização do Programa CONDEP/BIRD 516-BR (FUN-DEPE);
6. Inclusão da área goiana da Amazônia Legal no art. 34/18 (Ministério do Interior/Ministério do Planejamento);
7. Apoio ao Governo Estadual nos programas de análise de solos e tratamento de sementes (Ministério da Agricultura);
8. Apoio à CPRM para intensificação dos estudos geológicos da área, mapeamento, etc. (Ministério das Minas e Energia);
9. Produção de calcário para uso agrícola (Banco do Brasil/BNDE/Banco do Estado de Goiás, etc.);
10. Apoio à pesquisa desenvolvida pela Cia. Niquel Tocantins (Grupo Votorantim), para aceleração de ensaios em sua Usina Piloto de tratamento de minério de níquel.

A médio e longo prazo

1. Metalurgia no níquel (BNDE/Banco do Brasil/BASA);
2. Construção da Usina Hidrelétrica de São Félix (CELG/ELETROBRÁS/Ministério das Minas e Energia);
3. Construção conseqüente da rede de transmissão de interligação da nova usina com o sistema da CELG/FURNAS/CEMIG);
4. Construção de estradas latitudinais, cortando a Belém-Brasília (DNER/DER-GO);
5. Construção de estradas vicinais (DER-GO);
6. Construção de armazéns e silos (CIBRAZEM/Governo Estadual);
7. Construção de hospitais e postos de saúde (Governo Estadual/Ministério da Saúde/INPS);
8. Saneamento urbano (DNOS/BNH/Prefeituras/Governo Estadual);
9. Infra-estrutura urbana (BNH/Prefeituras/Governo Estadual);
10. Sistema de Comunicações (Ministério das Comunicações);

11. Fábricas de cimento (CDI/Ministério da Indústria e do Comércio/BNDE);
12. Fábricas de material de construção, inclusive com o aproveitamento do amianto (BNDE/FINAME/Banco do Brasil/BNH);
13. Curtumes (Banco do Brasil/Bancos de Investimento);
14. Desenvolvimento da cultura de frutas tropicais, visando à industrialização (CREAI-Banco do Brasil);
15. Indústria de óleos vegetais (PRODOESTE/Banco do Brasil);
16. Infra-estrutura turística, no Parque Nacional do Tocantins e na Ilha do Bananal, assim como ao longo da Belém-Brasília (EMBRATUR);
17. Reflorestamento (IBDF);
18. Pesca (SUDEPE).

Todas as proposições acima arroladas são tecnicamente viáveis. São, entretanto, meramente indicativas quanto às alternativas que se apresentam para o desenvolvimento da área.

De qualquer forma, a sua simples indicação pode levar, pelo menos, à incitação de estudo mais profundo da problemática da área.

6. CONCLUSÕES

Pelas razões expostas, julga-se prioritário reconsiderar o problema regional, questionando-o do ponto de vista de seu conteúdo, a fim de que se adote uma estratégia basicamente organizatória do espaço.

Evidentemente que não se pode esperar estudos desta natureza para se traçar as bases de intervenção na área correspondente ao Médio Goiás. No caso em apreço, aliás, além dos objetivos regionais a serem alcançados, há objetivos nacionais a considerar, relativos à integração nacional.

Por este motivo, os projetos em elaboração ou em fase de implantação devem ser implantados ou ter a sua continuidade assegurada.

Para tanto, se faz mister definir um sistema de transportes em função da área, visando a formar um verdadeiro sistema de transporte e comunicações com o Sudeste e Nordeste e com a região em

organização correspondente ao "eixo" Brasília-Anápolis-Goiânia, a fim de promover, em definitivo, sua integração nacional e constituir em ponto de apoio à ocupação e incorporação da Amazônia. E, ainda, aumentar de imediato a oferta de energia elétrica.

É preciso ter em conta que tais serviços — de transporte e energia elétrica — devem instalar-se com capacidade ociosa, tendo em vista que as atividades econômicas se desenvolvem em torno de sua maior ou menor disponibilidade.

Mas não basta a existência de uma infra-estrutura. É preciso combinar a sua criação com dois outros fatores: o conhecimento das potencialidades da área e de suas possibilidades de exploração, e a disponibilidade de recursos financeiros.

BIBLIOGRAFIA COMPULSADA

01. Fundação IBGE — *Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas*, 1961.
02. *Plano de Ação do Governo Otávio Lage Siqueira*, 1968, 1970, Dep. Editorial da Cannes Publicidade Ltda., 1968.
03. CODEG — *A Economia Goiana no PRODOESTE*, 1972.
04. Secretaria de Indústria e Comércio — *Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos*, Série D, n.ºs 1 a 6.
05. Departamento de Estatística da Secretaria de Planejamento e Coordenação, *Boletim* (números 73 a 81).
06. Boisier, Sergio — *Polos de Desarrollo: Hipotesis y Políticas* (Estudio de Bolivia, Chile y Peru), mimeografado, 1971.
07. METAGO — *Ambientes Geológicos Promissores no Estado de Goiás e seu Potencial Econômico-Mineral*, mimeografado, 1972. Sobre o mesmo assunto, vide *Minérios — uma Introdução*, DNPM, Ministério das Minas e Energia.
08. Castro, Antonio Barros de — *7 ensaios sobre a economia brasileira*, vol. II, Forense, 1971.
09. Costa, José Marcellino Monteiro da — *Planejamento Regional e Diversificação da Economia*, in "Revista de Administração Municipal", 88, maio/junho Rio de Janeiro, 1968.
10. Governador Leonino Caiado — *Palestra proferida em Anápolis, no dia 6-10-72, dentro do Programa do II Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento Nacionais*, mimeografado.

NOTA — Para a elaboração deste trabalho, o Grupo utilizou ainda as observações e pesquisas que os seus membros realizaram junto aos órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal, especialmente nos setores de transporte e energia.

ANEXOS

ANEXO I

Micro-Região 350 (GO)

Este espaço homogêneo, delimitado a leste e a oeste, respectivamente, pelos rios Tocantins e Araguaia, situa-se num trecho das bacias do alto Tocantins e alto Araguaia, compreendendo terrenos pré-cambrianos, cujo modelado corresponde a um relevo baixo, suavemente ondulado. Somente nas margens do Araguaia ocorrem, numa faixa relativamente estreita, sedimentos fluviais recentes. Tal espaço pode ser considerado como a transição das matas do "Mato Grosso" de Goiás (sul da micro-região), para o domínio dos cerrados, na direção norte. Climaticamente a área goza de um clima tropical semi-úmido, com uma estação chuvosa no verão e um período de estiagem bem marcado no inverno. A pluviosidade anual situa-se na faixa de 1750-1850 mm. A média térmica anual gira em torno de 24°C, aproximando-se de 25°C no trimestre junho-agosto (inverno).

A vegetação dominante é constituída pelos cerrados, com alterações resultantes da ação humana.

A população urbana desta micro-região acusou um crescimento percentual intenso — mais de 125% — no decênio 1950/1960, mas ainda é muito baixo o índice de população urbana em relação à população total da área. A população rural que representa a parcela maior acusou também um aumento percentual intenso e crescente no período 1950/60. Tem-se notado um afluxo de população de preferência para as áreas florestais da bacia do rio Sta. Teresa (afluente do Tocantins).

Predomina nesta micro-região a propriedade rural de área média entre 101 e 250 ha. No seu extremo norte os estabelecimentos aumentam de dimensão, conforme se verifica no município de Araguaçu, onde a área média situa-se entre 250 e 500 ha e também no município de São Miguel do Araguaia, em que o dimensionamento médio excede dos 1.000 ha. Não obstante, observa-se também a existência de propriedades, cuja área média situa-se entre 51 e 100 ha (municípios de Estrela do Norte e Mutunópolis).

Agricolamente pode ser considerada como um prolongamento ou como um reflexo do chamado "Mato Grosso" de Goiás, que lhe é contígua. Enquadra-se entre as micro-regiões arrozeiras do estado, tanto em termos de quantidade produzida quanto em termos de área cultivada. Depois do arroz, sua pauta de produção agrícola revela a mandioca, o milho, o feijão e o algodão como itens mais expressivos neste setor. O arroz, cultivado em terreno enxuto, é objeto de comércio com

MICRO-REGIÃO 350 Nº DE MUNICÍPIOS: 13 UF: GO
 ÁREA: 60.694 Km² POPULAÇÃO (*): 121.671 hab. % S/TOTAL de UF: 4,8
 DENSIDADE DA POPULAÇÃO: 1,3 hab/Km² URUQU - MUNICÍPIO DE MAIOR POPULAÇÃO URBANA: 5.480 hab. (**)

Agricultura

PRODUTOS SELECIONADOS	ÁREA CULTI- VADA (ha)	% SOBRE A ÁREA TOTAL CULTIVA DA DA Micro-Região	% SOBRE A ÁREA TOTAL CULTIVADA DO PRODUTO		QUAN- TIDADE	UNI- DADE	% SOBRE O TOTAL DA PRODUÇÃO		VALOR DA PRODUÇÃO (NCR\$)		
			UF	Região			UF	Região		ER	
Lavouras Temporárias											
Área Total Cultivada: 101.450 ha			Valor Total da Produção: NCR\$ 9.557.495								
Arroz.....	73 530	72,4	8,5	6,2	1,5	1.982 000	saco-60 Kg	8,1	6,0	1,5	7 297 900
Milho.....	19 224	18,9	4,3	3,7	0,2	485 950	saco-60 Kg	4,3	3,4	0,2	1 266 190
Frijão.....	3 539	3,4	2,6	1,8	0,1	69 270	saco-60 Kg	3,3	2,1	0,1	444 388
Mandioca.....	3 131	3,0	4,2	3,1	0,1	45 595	tonelada	3,6	2,1	0,1	300 848
Algodão.....	1 183	1,1	3,7	1,7	0,0	47 530	arroba	3,5	1,2	0,0	145 167
Lavouras Permanentes											
Área Total Cultivada: 582 ha			Valor Total da Produção: NCR\$ 147.762								
Café.....	403	69,2	0,8	0,5	0,0	25 730	arroba	0,6	0,3	0,0	64 344

(*) Estimativa para 1967 — I.B.G.E. — (**) Censo Escolar para 1964 — MEC

PECUÁRIA	NÚMERO DE CABEÇAS	% SOBRE O TOTAL		VALOR (NCR\$)
		UF	Região	
Bovinos.....	351 977	4,0	1,6	20 606 193
Suínos.....	209 551	4,1	2,7	8 109 301
INDÚSTRIA				
PESSOAL OCUPADO		% SOBRE O TOTAL		VALOR DAS VENDAS (NCR\$ 1 000)
		UF	Região	BR
TOTAL.....		1,4	0,7	
			0,0	493

as praças de Anápolis, Brasília e de Minas Gerais. O algodão do tipo herbáceo, de safra anual, é enviado para São Paulo. Quanto ao milho, também objeto de comércio, tem sua área principal de produção nos municípios de Porangatu e São Miguel do Araguaia e serve, sem dúvida, de suporte à criação de suínos, dando ensejo ao envio de porcos vivos para as praças de Goiânia, Anápolis e Brasília.

Além da atividade agrícola registra-se a criação de gado bovino em grandes propriedades e segundo o sistema extensivo. Este rebanho já se apresenta bastante azebuado e destina-se ao corte, sendo exportado para Barretos (São Paulo). Ligada à base do capim colônio, achando-se as melhores no município de São Miguel do Araguaia, que possui os rebanhos mais importantes da micro-região. Registra-se, também, diminuta obtenção de amêndoa de babaçu.

A rodovia Belém-Brasília, que atravessa a parte oriental desta micro-região, constitui o seu único eixo de circulação, ao longo do qual se localizam os principais centros urbanos e para onde convergem estradas ramais que servem aos demais municípios.

Micro-Região 351 (GO)

Esta unidade espacial corresponde à Chapada dos Veadeiros, de terrenos pré-cambrianos e abrange também a área dissecada pelo Paranã (Vão do Paranã) e afluentes da margem direita do Tocantins. É neste trecho que a alta superfície de 1.000 m de altitude se mostra bastante recortada e na Chapada dos Veadeiros, sua parte mais elevada, situa-se o ponto culminante do estado com 1.300 m.

O clima é tropical, com médias térmicas anuais em torno de 23°C, que pouco diferem do trimestre de verão. Entretanto as chuvas demarcam bem as estações, sendo assinalada uma quadra seca bem acentuada (abaixo de 15 mm médios no período), em contraste com os 800 e poucos milímetros do período chuvoso (verão). O total anual médio de precipitação fica entre os 1.500 e 1.700 mm.

O revestimento vegetal é representado pelo cerrado, aparecendo ao longo dos vales as matas ciliares (floresta semi-úmida.)

A despeito do aumento crescente da população nas últimas décadas, ainda é uma área pouco ocupada, com uma densidade muito baixa, sendo Niquelândia o município mais populoso, o mesmo acontecendo com sua sede, quanto a cidade.

Predominam nesta micro-região os estabelecimentos rurais de área média inferior a 500 ha, observando-se uma maior redução nos

MICRO-REGIÃO 31 /
 ÁREA: 31.539 Km² % S/TOTAL de UP: 5,0 Nº DE MUNICÍPIOS: 5 UP: GO
 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO: 1,2 hab/Km² NIQUELÂNIA — MUNICÍPIO DE MAIOR POPULAÇÃO URBANA: 1.554 hab. % S/TOTAL de UP: 1,5
 Agricultura (**)

	ÁREA CULTIVADA (ha)	% SOBRE A ÁREA TOTAL CULTIVADA DA MICRO-REGIÃO	% SOBRE A ÁREA TOTAL CULTIVADA DO PRODUTO		QUANTIDADE	UNIDADE	% SOBRE O TOTAL DA PRODUÇÃO		VALOR DA PRODUÇÃO (NCr\$)		
			UF	Região			UF	Região			
Lavouras Temporárias											
Área Total Cultivada: 14.339 ha						Valor Total da Produção: NCr\$1.668.070					
Arroz	7 050	49,1	0,8	0,6	0,1	115 000	saco-60 kg	0,5	0,6	0,1	322 300
Milho	4 420	30,8	1,2	3,9	0,0	35 000	saco-60 kg	1,2	0,9	0,0	416 000
Mandioca	1 415	9,8	1,9	1,4	0,0	22 450	tonelada	1,7	1,0	0,0	126 250
Frijol	820	5,7	0,6	0,4	0,0	20 490	saco-60 kg	0,9	0,5	0,0	141 140
Área Total Cultivada: 329 ha						Valor Total da Produção: NCr\$ 45.260					
Lavouras Permanentes											
Laranja	54	16,4	1,9	1,4	0,0	24 800	cento	1,3	0,8	0,0	15 330

(*) Estimativa para 1967 — I-D-G-E. — (**) Censo Escolar para 1964 — MEC

PECUÁRIA	NÚMERO DE CADEÇAS	% SOBRE O TOTAL		VALOR (NCr\$)
		UF	Região	
Bovinos	122 757	1,4	0,5	0,1
Suínos	114 714	2,2	1,5	0,1
EXTRATIVISMO MINERAL				
Níquel	360	% SOBRE O TOTAL		VALOR DA PRODUÇÃO (NCr\$)
		UF	Região	
		100,0	100,0	0,6
INDÚSTRIA				
TOTAL	16	% SOBRE O TOTAL		VALOR DAS VENDAS (NCr\$ 1 000)
		UF	Região	
		0,1	0,6	0,0
				7

municípios de Nova Roma e Niquelândia. Propriedades rurais de área média acima de 500 ha são encontradas nos municípios de Paraisópolis e São João da Aliança.

Economicamente é uma área de pequena expressão no setor da produção. A criação de gado se faz segundo os moldes extensivos e o produto é destinado ao corte. A agricultura parece refletir a pobreza dos solos, porquanto nenhum produto da área apresenta volume significativo. Esta produção apresenta a composição habitual de mandioca, arroz, milho e feijão, como os principais cultivos, cabendo ao arroz a primazia quanto ao valor. Os três últimos são comercializados com Formosa, Brasília e Anápolis.

O que empresta à micro-região um caráter especial é o setor mineral, devido a exclusividade da produção de níquel, no estado e na região Centro-Oeste, praticamente concentrada em um dos seus municípios — Niquelândia.

Micro-Região 354 (GO)

Esta área engloba o tradicional "Mato Grosso" de Goiás. De forma genérica se estende, no sentido leste-oeste, de Anápolis às cabeceiras dos rios Turvo e dos Bois, enquanto no rumo Norte-Sul se estende de Hidrolina e Itapaci até Goiânia.

Ocupa uma zona dissecada pelos altos cursos dos afluentes dos rios Tocantins e Paranaíba, onde afloram intrusões de rochas eruptivas (gabros e dioritos) em meio ao assoalho pré-cambriano predominante. As citadas rochas eruptivas dão origem a solos vermelhos, ricos, assemelhados à terra-roxa, base da prosperidade da colonização agrícola aí desenvolvida, particularmente a partir de Ceres, no vale do Rio das Almas.

A topografia é mais acidentada no vertente do Tocantins (norte da área) e menos enérgica na direção sul.

A vegetação é caracterizada por larga mancha florestal semi-úmida e pela ocorrência de campos cerrados intercalados.

O clima dominante é quente e semi-úmido, com nitida estiagem no inverno. A área está compreendida numa faixa delimitada, termicamente, pelas isotermas anual de 24.ºC, na parte oeste e de 22ºC no trecho oriental. Os verões são atenuados e os invernos, embora se façam distinguir, também são suaves. A maior parte da área recebe um total anual de chuvas que oscila de 1.700mm, a leste, até pouco mais de 1.750mm a oeste. É um clima semi-úmido que tende, de algum modo, para o limite inferior do tipo úmido. No verão, época

MICRO-REGIÃO 354
 ÁREA: 37.986 Km²
 DENSIDADE DA POPULAÇÃO: 25,6 hab/Km²

% S/TOTAL de UF: 6,0

Nº DE MUNICÍPIOS: 55
 POPULAÇÃO (*): 972.873 hab.

GOIÂNIA - MUNICÍPIO DE MAIOR POPULAÇÃO URBANA: 156.607 hab. (**)

UF: GO

Agricultura

PRODUTOS SELECIONADOS	ÁREA CULTI- VADA (ha)	% SOBRE A ÁREA TOTAL CULTI- VADA DA MICRO-REGIÃO	% SOBRE A ÁREA TOTAL CULTIVO DO PRODUTO			QUANTI- DADE	UNI- DADE	% SOBRE O TOTAL DA PRODUÇÃO			VALOR DA PRODUÇÃO (NCr\$)	
			UF	Região	BR			UF	Região	BR		
Lavouras Temporárias												
			Área Total Cultivada: 426.573 ha			Valor Total da Produção: NCr\$ 55.533.986						
Arroz.....	217 856	51,0	25,3	18,5	4,7	6 621	650	saco-60 kg	27,0	20,2	5,2	29 681 040
Milho	88 665	20,7	20,7	14,2	1,0	4 351	750	saco-60 kg	39,0	31,0	2,1	14 114 255
Feijão	55 730	13,0	42,2	28,3	1,7	897	170	saco-60 kg	42,8	28,4	2,3	6 936 804
Algodão	16 133	3,8	52,2	23,9	0,7	629	970	arroba	47,6	15,9	0,6	1 658 202
Mandioca	6 534	1,5	8,8	6,4	0,3	113	517	tonelada	8,9	5,3	0,4	1 024 398
Caná-de-açúcar	6 118	1,4	20,6	14,0	0,4	238	878	tonelada	17,5	12,4	0,3	820 000
Fumo	2 662	0,6	35,2	32,7	1,0	115	860	arroba	28,9	27,7	0,7	538 690
Lavouras Permanentes												
Café.....	32 579	89,4	72,3	48,5	0,9	2 984	890	arroba	70,5	36,0	1,2	7 044 140
Banana	1 846	5,0	32,0	20,6	0,7	2 281	420	cacho	26,1	16,1	0,6	615 844
Laranja	751	2,0	26,8	20,3	0,4	627	550	cento	33,5	20,5	0,5	471 538

(*) Estimativa para 1967 - I.B.G.E. - (**) Censo Escolar para 1964 - MEC.

chuvosa, a precipitação soma de 800 a 900mm, enquanto no inverno a redução baixa aos níveis de 15mm até pouco mais de 20mm. O período seco varia de 3 a 4 meses.

A unidade espacial em estudo constitui a mais importante concentração populacional de todo o estado e nela se encontram os mais destacados centros urbanos de Goiás, liderados por Goiânia, capital estadual e Anápolis tradicional centro regional.

O contingente demográfico dá à micro-região a mais elevada densidade demográfica de Goiás.

Área de povoamento antigo, tomou novo impulso com o advento, relativamente recente, da agricultura. A sua crescente força econômica, tem influenciado na capacidade de atrair imigrantes, fato que se destacou sobremodo durante a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em 1941, sediada em Ceres.

Ao longo das décadas de 1940 a 1960, a população aumentou com forte intensidade, porém em ritmo mais atenuado, fato melhor constatado no setor urbano, no qual o crescimento foi constante. Anápolis é o centro econômico do estado, graças à intensa atividade comercial aí registrada. Beneficiou-se da formação da ex-Colônia Agrícola Nacional de Goiás e da fundação de Goiânia, além de gozar da serventia que lhe proporciona desde há muito (1935) a ferrovia. Goiânia, criada em 1935 para capital do estado, é a cidade mais importante e sua população cresceu rapidamente. Além de servir-se da via férrea, Goiânia dispõe de ótimas ligações rodoviárias com Anápolis, Brasília e São Paulo.

Nos trechos de solos mais férteis e revestidos de mata teve lugar a expansão da atividade agrícola, ao lado de significativa produção pecuária. Além da ocupação espontânea operou-se a ocupação organizada pelo governo e por particulares, dando ensejo a que se constituísse a faixa mais agrícola do estado, à base do sistema tradicional de roças e com uma produção diversificada, destacando-se como principais culturas a do algodão, milho, feijão, café, banana e laranja, de cuja produção é líder no estado, alinhando-se em segundo plano pela do arroz, fumo, cana-de-açúcar e mandioca.

A despeito da ênfase na produção agrícola, a área em consideração reúne os maiores rebanhos bovinos e suínos do estado, o primeiro orientado para o corte e produção de leite e o segundo para a industrialização de carne e derivados. Esta micro-região é a maior produtora de aves, ovos e de leite em Goiás, podendo-se aí reconhecer uma bacia leiteira com vistas aos mais destacados centros urbanos, não só da micro-região, mas também àqueles que ficam próximos.

Apesar da sua excepcional situação econômica no estado de Goiás, a micro-região em foco ainda deixa muito a desejar quanto aos trans-

PECUÁRIA	NÚMERO DE CABEÇAS	Sobre o Total			Valor (NCr\$)
		UF	Região	BR	
Bovinos	1 832 540	22,1	8,8	2,0	161 685 892
Suínos	1 381 957	27,3	18,1	2,2	56 542 784
AVICULTURA	NÚMERO DE CABEÇAS	Sobre o Total			Valor da Produção (NCr\$)
		UF	Região	BR	
Galinhas	2 288 770	28,3	17,4	1,8	12 640 185
Frangos, etc	986 882	12,1	8,0	0,8	321 462
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	QUANTIDADE	Sobre o Total			Valor da Produção (NCr\$)
		UF	Região	BR	
Leite	168 821 000	41,2	33,7	2,5	12 640 185
Carne verde de bovino	16 323 037	38,2	21,4	1,6	11 274 354
Toucinho fresco	4 626 292	31,9	25,5	2,3	4 435 788
Charque de bovino	3 557 000	55,3	38,0	9,8	3 923 667
Ovos	10 760 407	26,6	21,9	2,7	3 701 313
Carne frigorificada de bovinos	5 631 045	90,7	36,6	2,1	2 983 955
Carne verde de suíno	2 459 051	31,6	24,1	1,3	1 947 401
INDÚSTRIA	PESSOAL OCUPADO	Sobre o Total			Valor da Produção (NCr\$)
		UF	Região	BR	
Produtos alimentares	2 403	51,3	20,8	0,7	54 919
Minerais não metálicos	1 440	50,1	24,2	0,7	5 620
TOTAL GERAL	7 316	-	-	-	76 261

Transcrito da publicação "Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas", 1961, Fundação IBGE.

portes, pois a maior parte das vias de circulação, que atravessam sua área, são estradas temporárias. As vias permanentes que a servem fazem-no, na maior parte, perifericamente, pois é atravessada, na parte leste, pela rodovia Belém — Brasília e alcançada, na parte sudeste, pela Viação Férrea Centro Oeste e por uma rodovia pavimentada proveniente de São Paulo.

Nesta micro-região predomina a propriedade rural, cuja área média está compreendida entre 101 e 250 ha. Não obstante existem setores com maior fracionamento, como é o caso do seu extremo norte, onde a área média situa-se entre 51 e 100 ha, notando-se no município de Ceres uma redução para a faixa de 1 até 25 ha, reflexo, certamente, da colonização que aí teve sua implantação. Outro setor caracterizado por estabelecimentos rurais de área média inferior a 100 ha é o da sua parte sudeste. Convém registrar, entretanto, a ocorrência de áreas isoladas em relação ao conjunto da micro-região, nos quais o dimensionamento médio da propriedade rural é superior a 250 ha.

ANEXO II

Uruaçu

Fundado em 1910/1913, com a doação de um quilômetro quadrado de terra em torno de uma capela existente na Fazenda Maxambombo, ou Moxombongo, de propriedade dos senhores Manoel e Francisco Fernandes de Carvalho. Nesse mesmo ano, o coronel Gaspar Fernandes de Carvalho construiu uma casa de alvenaria naquele terreno e, assim, começou a desenvolver-se um povoado com a denominação de Moxombongo. Em 1923, o povoado passou a ser conhecido por Santana, ocasião em que recebeu a primeira escola primária. Pela Lei n.º 1, de 4 de janeiro de 1924, o povoado foi elevado a distrito e pelo Decreto Estadual n.º 1, de 4 de julho de 1931, o Distrito foi elevado a município com a denominação de Uruaçu, que quer dizer "pássaro grande". A Comarca de Uruaçu foi criada pelo Art. 8.º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado. A construção da rodovia BR-153, que corta o município, foi a causa do seu grande desenvolvimento. Está no Médio Norte goiano, a 334 km de Goiânia e 423 km de Brasília.

Niquelândia

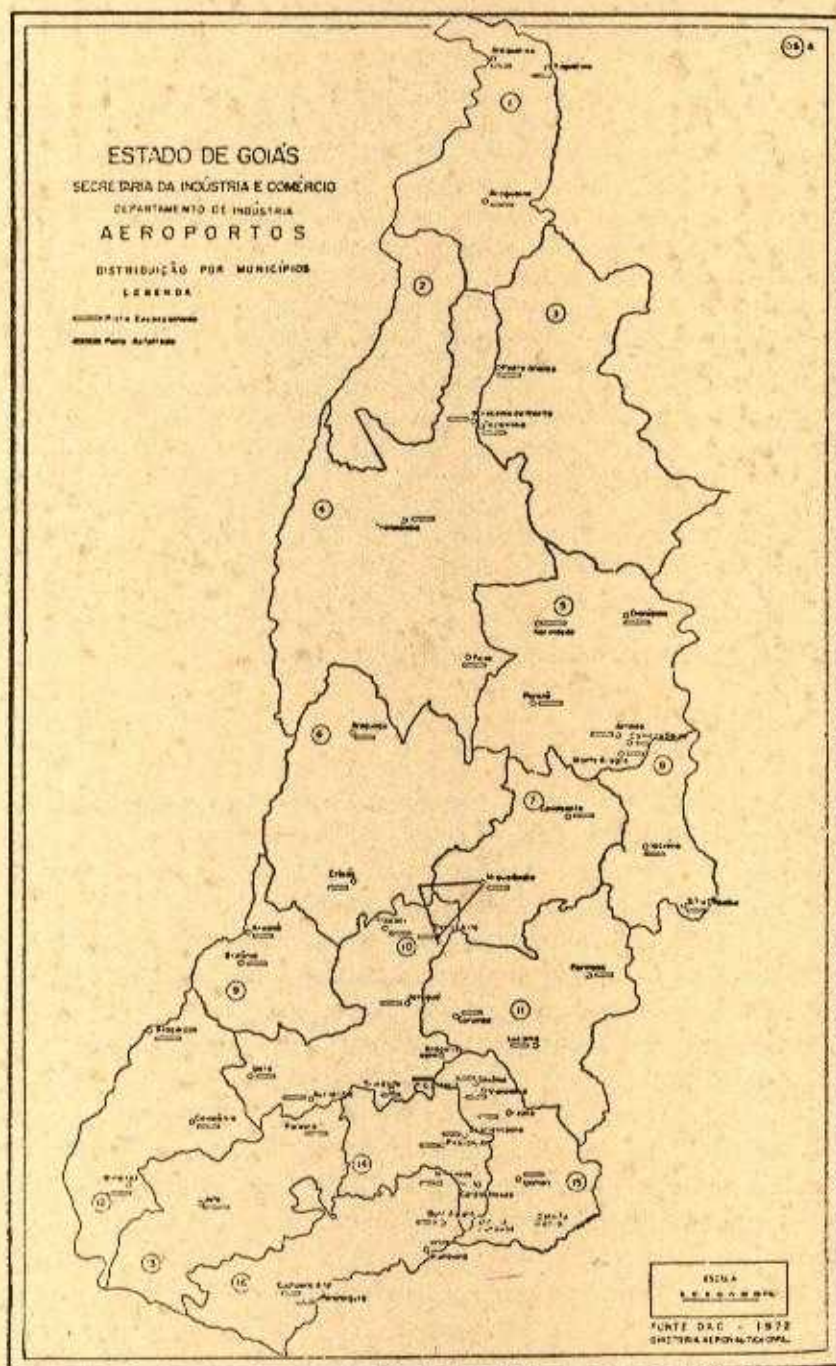
Localizado no Médio Norte Goiano, o município tem a sua história, segundo Silva e Souza (Memórias Históricas, edição 1949) iniciada em 1735, conforme escreve: "São José do Tocantins, pequeno arraial a légua e meia de distância de Trairas (não existe mais), Freguesia Colada deste Santo, cuja matriz é das melhores da Capitania, ainda que lhe falta a altura proporcionada. Tem a Irmandade do Senhor dos Passos privilégio concedido pelo Papa Clemente XIII, e as capelas filiais do Rosário, Boa Morte e Santa Efigênia. Foi descoberto em 1735 por Antonio de Souza Bastos e Manoel Rodrigues Tomaz. Tem duas Companhias, de Infantaria e uma de Henriques". Pelo Alvará de 10 de janeiro de 1755, São José do Tocantins foi elevado a Distrito do Município de Trairas. Por Resolução do Governo Provincial, de 1.º de abril de 1833, tornou-se sede do município e Trairas passou a distrito. O Decreto n.º 1.233, de 31 de outubro de 1938, deu foros de cidade a S. J. do Tocantins e, por ato do Governo Estadual de 31 de dezembro de 1934, o município passou a denominar-se Niquelândia, sendo cabeça de Comarca. Em Niquelândia estão localizadas as grandes jazidas de níquel do Estado. O município está ligado às demais regiões do País pela BR-414, ficando a 300 km de Goiânia e a 334 de Brasília.

Barro Alto

Localizado na Baía do Tocantins, o início da povoação que deu origem ao município data de 1949, com a chegada de colonos que se fixaram nas terras de propriedade dos irmãos Jerônimo, José e Manoel Rabelo da Silva. Em 1958 o povoado, que tinha a denominação de Barro Alto, foi elevado à categoria de distrito e, através da Lei Estadual nº 2.139, de 14 de novembro do mesmo ano, foi guindado à condição de município, com a denominação atual. O município está servido pela Rodovia GO-5, ficando a 296 km de Goiânia e a 385 km de Brasília.

- Transcrito da publicação "Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos", Série D — n.ºs 1 a 6, Governo de Goiás
— Secretaria da Indústria e Comércio.

ANEXO III



ANEXO IV

A mineração, que está ligada às nossas raízes, foi, durante longos anos, objeto da atenção exclusiva do setor privado.

Nela reside, a médio e longo prazos, a grande oportunidade de desenvolvimento de Goiás, face, não só à sua excelente projeção como província mineral, como também às facilidades para a implantação de metalurgia, resultantes da infra-estrutura à disposição dos investidores.

As maiores perspectivas minerais do Estado são dadas pelos complexos ultrabásicos aflorantes.

Das 121 ocorrências de mação ultrabásicos de filiação alcalina ou não conhecidas, já cadastradas, 20 são mineralizadas a níquel, 14 a cromo, 4 a amianto, 1 a cobalto, 1 a cobre e 1 a platina.

As maiores jazidas de níquel conhecidas na América do Sul são as localizadas no Estado de Goiás, nos Municípios de Barro Alto, Iporã, Jussara, Montes Claros, Niquelândia e Uruaçu.

Com potência média, indicada e indeferida, de teor de 1 a 2% de níquel, há ocorrências niquelíferas em Niquelândia, com 39.980.000 toneladas de níquel; em Barro Alto, com 60.000.000 toneladas de minério e 755.000.000 de níquel; em Uruaçu, com 9.450.000 toneladas de minério e 120.100 toneladas de níquel; em Iporã, com 21.000.000 toneladas de minério e 270.000 de níquel; Montes Claros de Goiás, com 33.400.000 toneladas de minério e 417.000 de níquel, e Jussara, com 24.920.000 toneladas de minério e 301.500 de níquel, num total de 188.750.000 toneladas de minério e 2.508.650 de níquel.

Existem várias firmas que realizam pesquisas das ocorrências niquelíferas.

Na região de Niquelândia e Barro Alto acham-se a Companhia Níquel do Tocantins, a Codemim Ltda. e a Baminco-Mineração e Metalurgia.

Na região de Jussara e Iporã encontram-se a Hanna e a Inco.

Considera o Governo que a implantação da Metalurgia do Níquel, pela possibilidade de absorção da mão-de-obra ociosa que do Estado, com reflexos, de modo particular, sobre o Distrito Federal, pela possibilidade de absorção da mão-de-obra ociosa que seria por certo assimilada pela mineração e pela metalurgia.

Outra reserva apreciável, com jazidas em fase de lavra e industrialização, encontramos no amianto.

A jazida de amianto em exploração pela SAMA, em Uruaçu, com uma reserva apreciável de 2.000.000 de toneladas de fibras com re-

cuperação de 5%, estará, no próximo ano, com uma produção anual de 28.000 toneladas, correspondente a 2/3 da demanda nacional.

Mantém o Governo grandes e fundadas esperanças na exploração do fosfato de Catalão, onde existe cubada uma jazida de 80.000.000 de toneladas de minério com teor acima de 10%.

Com a exploração dessa jazida e a industrialização do fosfato, espera Goiás suprir a agricultura desse fertilizante, melhorando, assim, a produtividade da terra, a partir da implantação da indústria.

- Transcrito da Palestra do Engenheiro Leonino Caiado, Governador de Goiás, proferida em Anápolis, no dia 6-10-72 dentro do programa do II Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento Nacionais.

ANEXO V

Para o Médio Norte está programado o início, em local a ser determinado, da construção de uma usina hidrelétrica com potencial superior a 100.000 kW, que deverá proporcionar, além do suprimento energético de toda a região, principalmente o atendimento das possibilidades de industrialização de minérios e a conexão com o sistema de abastecimento de Brasília.

.....

As condições e perspectivas em que ocorre o desenvolvimento do Estado de Goiás nos levam à conclusão da necessidade de se providenciar, o quanto antes, a implantação de uma fonte geradora de grande capacidade na região do Médio Norte Goiano.

.....

A demanda da ordem de 120 MW por parte das indústrias metalúrgicas que estão sendo instaladas em Niquelândia, se atendida pelas atuais usinas de Cachoeira Dourada, São Simão (CEMIG) ou Porto Colômbia (FURNAS) implicaria em distâncias de transmissão da ordem de 600 a 800 km. Neste caso, a tensão de transmissão deveria ser igual ou superior a 345 kV, em mais de uma linha, sendo impróprio pretender estendê-las ainda mais para atender aos projetos agropecuários — indústrias que estão sendo implantadas no Médio Norte, assim como às cidades mais desenvolvidas dispostas ao longo do eixo da Rodovia Belém — Brasília. O próprio Distrito Federal dista 600 km de Porto Colômbia, o que nos leva à conclusão

da necessidade de se escolher uma fonte geradora de energia estrategicamente situada para atender a essas demandas. A Usina de São Félix, no Alto Tocantins, situa-se junto às jazidas de Niquelândia, distando apenas 200 km de Brasília, que poderia ser atendida também com o sentido de segurança da Capital da República, pois a interligação com o sistema de Cachoeira Dourada lhe permitiria um abastecimento por dupla fonte, com saturação em localidades opostas.

— Transcrito da Palestra do Eng.^o Leonino Calado, Governador de Goiás, proferida em Anápolis, no dia 06.10.972 dentro do programa do II Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento Nacionais.

Só Deus pode dar a vida, mas você pode transmiti-la e respeitá-la.

Só Deus pode dar a fé, mas você pode dar o seu testemunho.

Só Deus pode dar o amor, mas você pode ensinar o seu irmão a amar.

Só Deus pode dar a força, mas você pode apoiar aquele que desanimou.

Só Deus pode dar a alegria, mas você pode sorrir a todos.

Só Deus pode infundir a esperança, mas você pode animar o desesperado.

Só Deus é a vida, mas você pode restituir aos outros o desejo de viver.

Só Deus é o caminho, mas você o pode indicar aos outros.

Só Deus ilumina, mas você pode fazer brilhar a luz nos olhos de seu irmão.

Só Deus se bastará, mas Ele preferiu contar com você.

Operações na Selva: Operação Jaquirana, uma Experiência Brasileira

Cap Inf
ADALBERTO BUENO DA CRUZ

I — INTRODUÇÃO

No início de 1960, foi realizada pelo então Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), hoje extinto, uma série de operações cujo objetivo era de eliminar grupos de bandoleiros que estavam atuando na região compreendida entre os rios Javari, Curuçá e Itui (Ver Mapa n.º 1).

Estas operações muito serviram aos instrutores do extinto CIGS, para o estudo do emprego das pequenas frações na selva e de ponto de partida para o estabelecimento de bases para uma futura doutrina de Operações Fluviais.

Os objetivos que nos levaram a organizar este trabalho, foram os de colher ensinamentos práticos de uma operação realizada por tropa brasileira na selva Amazônica e a par disto, mostrar o trabalho destes heróicos integrantes do CMA, que apesar de todas as dificuldades impostas pela agressividade do meio Amazônico, suplantam-se na realização do trinômio *Segurança — Integração — Desenvolvimento*.

Antes de iniciarmos, algumas explicações se fazem necessárias,

A medida que avançávamos na sua execução, uma grande dúvida nos sobressaltava: realizarmos um trabalho extenso, com riqueza de detalhes, ou reduzirmos as narrações em favor da síntese. Levados por dois argumentos, a falta de fontes de consulta sobre Operações na Selva e de serem estas operações normalmente executadas por pequenos escalões, optamos pela primeira. Portanto, se um simples cipó ocasionou problemas para os integrantes dos destacamentos, ele foi citado.

Devido à inexistência de cartas precisas da região Amazônica, a localização dos igarapés, rios de menor importância e das localidades citadas, não é exata. Certas informações e dados foram propositalmente deixados de citar por motivos de segurança e, outras, foram citadas por elementos que participaram das ações, quando por nós entrevistados.

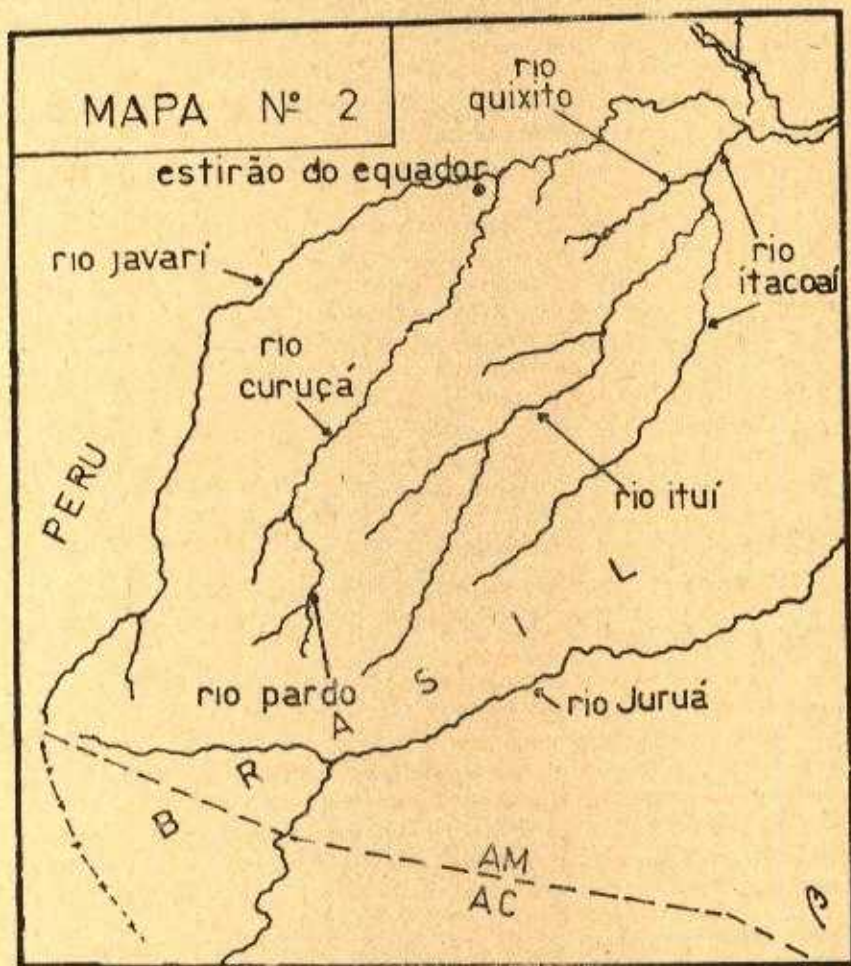


MAPA N.º 1

Finalizando, um esclarecimento a mais. O nome oficial da Operação, constante da Diretriz Geral de Operação baixada pelo Cmt CMA, era Operação Javari — Curuçá, mas o nome popular que vingou entre os elementos que dela participaram e que até hoje é conhecido, foi o de Operação Jaquirana, pois por esse nome também é chamado o Alto Javari. Depois desta, mais duas operações foram executadas e são, também, conhecidas por este nome.

II — ÁREA DE OPERAÇÕES

As ações militares se desenvolveram na região SO do Estado do Amazonas, na bacia do rio Javari, incluindo seus afluentes Curuçá e Itacoai (Ver Mapa n.º 2).



MAPA N.º 2

O rio Itacoai tem uma extensão calculada em 300 km; tendo como afluentes principais os rios Quixito, Itui e Branco, todos na margem esquerda.

O rio Curuçá desemboca no Javari a aproximadamente 380 km de sua foz, tem uma extensão total de 180 km (1) e seu principal formador é o rio Pardo.

O clima no vale do Javari não difere da classificação geral da Amazônia: quente e úmido, segundo Koppen. Dados concretos sobre a temperatura e precipitação, na época da operação, não possuíam, mas no município vizinho, Benjamin Constant, apresentou em 1956, os seguintes dados (3):

Temperatura: média das máximas — 32,7°C

média das mínimas — 18,6°C

Precipitação anual: 2.994 mm

A flora e a fauna constituem as riquezas naturais da área. É rica em madeiras de lei, seringueira e sorveira. Os rios são piscosos, abundando o pirarucu, tambaqui, curimatã e outros. Toda a população da área dedicava-se à extração da borracha, da madeira e à pesca. Quase toda a produção de borracha era desviada para os países limítrofes que ofereciam melhores preços. Muitos elementos estrangeiros, clandestinamente, também exploravam a área.

A população ao longo da margem brasileira do rio Javari e nos rios Curuçá e Itacoai, é bastante rarefeita, resumindo-se em sedes de seringais, distando por vezes, dias de viagem um do outro.

A densidade demográfica do município de Atalaia do Norte, ao qual pertencem os 3 rios citados, era de 6,06 hab/km² (3).

Habitavam o território deste município os índios Mangeronas, Ticunas e Marubos. Destes vivem ainda remanescentes já em contato com civilizados.

A região do Javari foi uma das últimas a ser explorada devido aos ferozes indígenas e às doenças que ali grassavam.

Além da malária, endêmica na área, havia uma enfermidade cutânea conhecida como "puro-puru", que consistia em uma despigmentação progressiva e cuja causa não era conhecida.

Em 1960, a fronteira brasileira, em toda extensão do Javari, era guardada por apenas uma unidade do Exército, 9.º Pel Fron, localizado em Estirão do Equador, cerca de 90 km da foz do rio Curuçá.

III — ANTECEDENTES

O Vale do Javari, desde um passado longínquo tem sido palco de lutas, seja contra indígenas que o habitavam, quando de sua conquista, seja contra bandoleiros estrangeiros, que acobertados pela fronteira praticavam assaltos, roubos e assassinatos.

Na década de 50, estas ações criminosas foram se avolumando a tal ponto que a população pacífica e ordeira começava a retirar-se, abandonando a área.

A partir de 1954, assaltos, roubos e raptos foram iniciados com uma certa constância nos vales dos rios Jaquirana, Curuçá, Quixito e Itui. Como consequência imediata, as autoridades militares da 8ª RM e do EME decidiram pela instalação de uma unidade de fronteira em Estirão do Equador, nascendo o 9.º Pel Fron. Em 1959, o Comando do GEF empreendeu várias incursões com os elementos da 7ª Cia Fron-Tabatinga, nos rios Quixito e Itui.

Cronologicamente as ações destes bandoleiros podem assim ser resumidas:

Em 1958 :

JULHO

- no Igarapé Sacudido, afluente do Curuçá, assalto de bandoleiros com armas de fogo, causando mortos e rapto de duas menores;

SETEMBRO

- no seringal Nova Empresa no rio Quixito, assalto com 2 mortes, provocando o êxodo dos trabalhadores;
- no Igarapé Esquerdo, afluente do Quixito, elementos armados assaltam a barraca de um extrator de madeiras provocando a saída de seringueiros da região;
- no rio Itui, nos seringais localizados próximo a foz do rio Novo, assaltos e pilhagens.

Em 1959 :

JANEIRO

- informes avaliam o efetivo dos bandoleiros em cerca de 40 a 50 homens, armados provavelmente com armas de caça Cal. 16.

Eram extremamente cautelosos, não deixando indícios reveladores de suas identidades. Tudo indicava serem estrangeiros, existindo brasileiros entre eles;

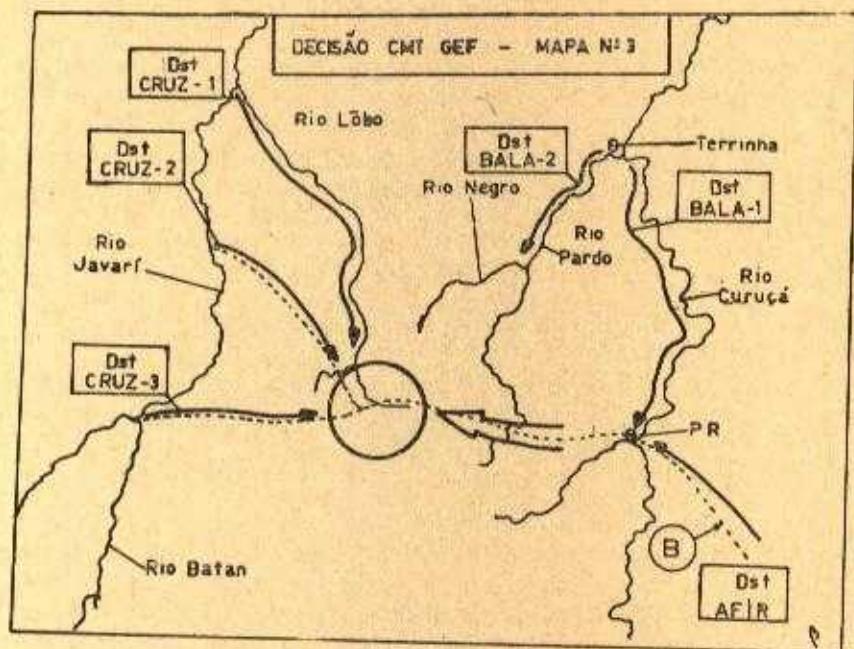
OUTUBRO

- ataque à tribo dos Marubos. Mortes e roubos. Após o ataque baixam o Curuçá.

NOVEMBRO

— os índios Marubos identificam o acampamento e solicitam auxílio através de missionários.

Em consequência destes acontecimentos, que estavam causando um clima de inquietação e um verdadeiro êxodo dos habitantes dos vales destes rios, o Cmt do CMA, através do Cmt GEF, determina a execução de operações militares para exterminar os grupos de bandoleiros que assolavam a área.



MAPA N.º 3

IV — DECISÃO DO CMT GEF

Baseado na Diretriz Geral de Operações do Cmt CMA, o Cmt GEF, em 20 Jan 60 baixa a sua Ordem de Operações n.º 01/60 atribuindo aos elementos subordinados que participariam das ações a seguinte missão: "Realizar a repressão dos bandoleiros no alto Curuçá e aprisionar os elementos suspeitos."

Estavam previstos, para executar esta operação, os seguintes elementos:

1 Dst Ref da 4ª Cia Fron sediada em Rio Branco — AC, 1 Dst da 7ª Cia Fron sediada em Tabatinga — AM e 1 Dst do 9.º Pel Fron (4) sediada em Estirão do Equador — AM. Mais tarde, com o desenrolar dos acontecimentos, foi lançado mão de um Dst do 2.º Pel Fron, sediada em Ipiranga.

A manobra idealizada pelo GEF visava à realização de um cerco no acampamento encontrado pelos índios Marubos, vindo de 4 direções diferentes e posteriormente a realização de um ataque. Para isso, foram atribuídos aos elementos subordinados, as seguintes missões. (Ver Mapa n.º 3).

A — Dst 4ª Cia Fron (Dst AFIR) (5)

"Atuar com o valor de 1 Pel Ref por Cruzeiro do Sul (AC) — Boa Fé (AM) — Cabeceiras do rio Curuçá, atacar, Ref ou não, a partir de 11 Fev na direção PR — Acampamento."

Para isso o Dst AFIR deveria:

- deslocar-se de Rio Branco — AC para Cruzeiro do Sul — AC;
- de Cruzeiro do Sul, via fluvial, deslocar-se para Boa Fé — AM. Daí acompanhado de um guia subir o rio Ipixuna e Igarapé X (6) até atingir o varadouro (7) "A". Deslocar-se por este, até atingir a aldeia dos Marubos;
- guiado pelos Marubos, deslocar-se pelo varadouro "B" até atingir o Ponto de Reunião (PR), localizado nas margens do rio Curuçá, devendo aí aguardar ligação com o Dst da 7ª Cia Fron;
- Ref por este Dst e em ligação com o do 9.º Pel Fron, subir o Curuçá, ganhar o afluente indicado pelos Marubos e atacar o acampamento.

B — Dst 7ª Cia Fron (Dst BALA)

"Deslocar-se pelo rio Curuçá, a partir de 7 Fev, até PR onde reforçará o Dst AFIR no ataque ao acampamento."

Este Dst foi desmembrado em outros 2, cujas missões foram assim distribuídas:

Dst BALA:

- Instalar a base avançada das operações em Terrinha, na confluência dos rios Pardo e Curuçá;
- Patrulhar os rios Curuçá, impedindo a fuga do inimigo para o rio Ituí.

Dst BALA — 1:

- Deslocar-se pelo rio Curuçá e reforçar a partir de 7 Fev o Dst AFIR em PR.

Dst BALA — 2:

- Atuar pelo rio Pardo, a fim de atacar pelo N as reuniões suspeitas, em coordenação, se possível, com o Dst AFIR.

C — Dst 9º Pel Fron (Dst CRUZ)

Este Dst foi desmembrado em 3 outros, CRUZ-1, CRUZ-2, CRUZ-3, para melhor cumprir as missões impostas.

Estas, estavam assim distribuídas:

Dst CRUZ

- Desembarcar os Dst CRUZ 1, 2 e 3, respectivamente, na foz do rio Lobo, na margem brasileira frente a foz do Zábalo Yacu (Peru) e na foz do rio Batan;
- guardar as saídas para o rio Javari, bloqueando a foz dos rios Batan e Lobo;
- manter forte patrulhamento fluvial no rio Javari de modo a impedir, se possível, a fuga dos inimigos.

Dst CRUZ-1:

- desembarcar na foz do rio Lobo. Atuar a cavaleiro deste rio, a partir de 3 Fev para atacar as reuniões hostis nas cabeceiras do rio Lobo;
- transpondo as cabeceiras do rio Pardo, ligar-se, no rio Curuçá, aos demais Dst em operações.

Dst CRUZ-2:

- atuar a partir de 4 Fev a cavaleiro do varadouro que, da foz do rio Zábalo Yacu dirige-se para as cabeceiras do rio Pardo, vasculhando o terreno em busca de reuniões inimigas;
- se possível, ligar-se com os Dst AFIR e BALA, passando a disposição do primeiro.

Dst CRUZ-3:

- atuar a cavaleiro do varadouro que se dirige da foz do rio Batan ao PR;
- Reforçar o Dst AFIR;
- Caso não obtenha ligação com o Dst AFIR, descer o rio Curuçá com meios de fortuna até PR, para ligar-se aos demais Dist em operações.

D — Dst 2º Pel Fron (Dst DEDO)

- Atuar pelo rio Itui de modo a garantir a tranquilidade dos habitantes ribeirinhos, impedindo a fuga do inimigo por este rio.

V — A CONDUTA DAS OPERAÇÕES

As 9h40min do dia 29 Jan 60 parte de Rio Branco o Dst AFIR com destino a Cruzeiro do Sul, dando início às Operações, que foram executadas como abaixo descrevemos:

A — Operações no Vale do Curuçá

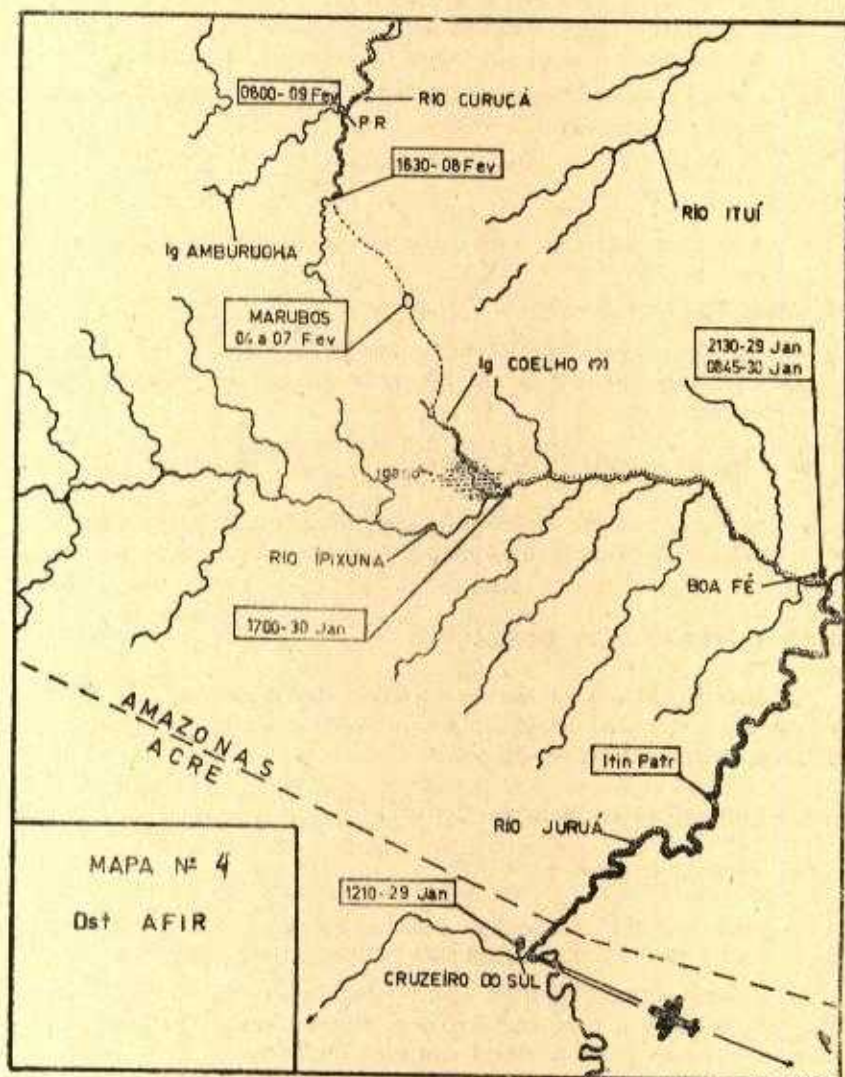
Dst AFIR (Ver mapa n.º 4 e 5)

Chegando em Cruzeiro do Sul, o Dst embarca e desce o rio Juruá com destino a Boa Fé, lá chegando às 21h30min do mesmo dia.

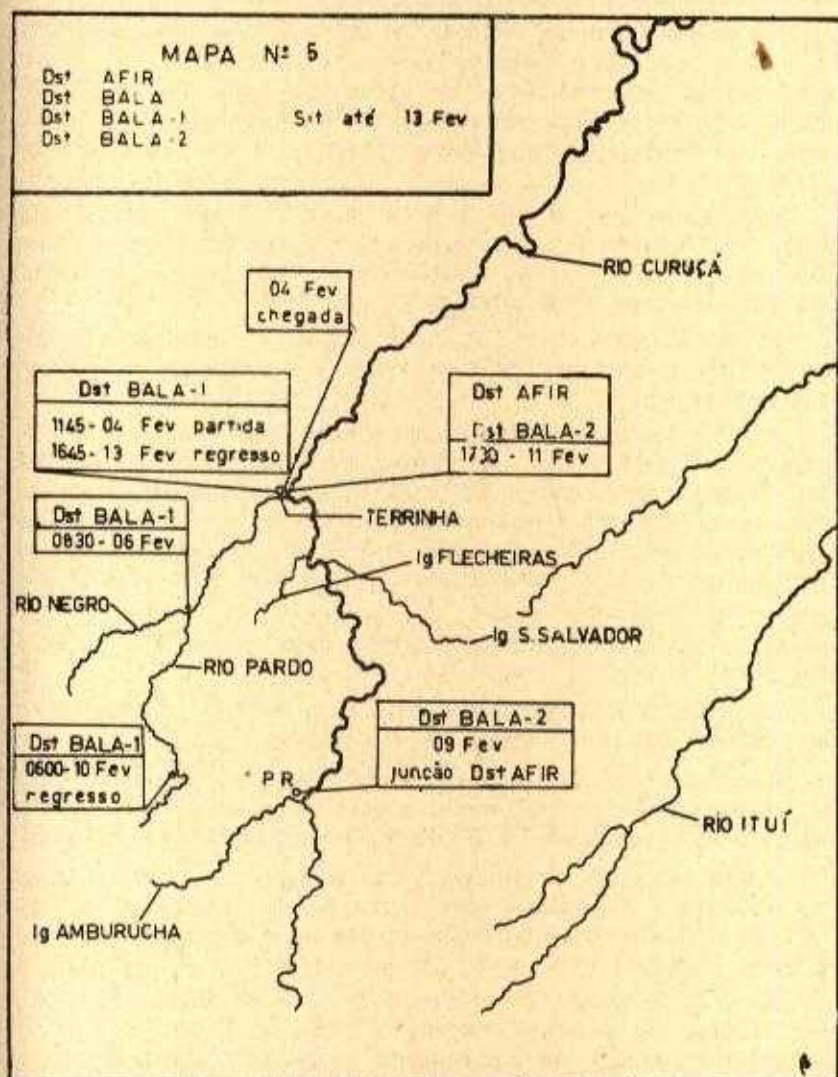
Nesta cidade é feito contato com o proprietário do seringal onde vivem os Marubos e com missionários protestantes, solicitando um guia para conduzi-lo até a aldeia daqueles indígenas.

Embarcando em canoas impulsionadas a remos, partem de Boa Fé a 30 Fev, subindo o Ipixuna e o Igarapé do Coelho (6).

A região próxima a este Igarapé era um imenso igapó (8), obrigando o pernoite e as próprias refeições, serem feitas dentro das embarcações.



MAPA N.º 4



MAPA Nº 5

Somente no dia 2 Fev é que chegam no ponto onde se iniciava a trilha que os levaria até a aldeia dos Marubos. Neste mesmo dia, iniciam marcha forçada para poderem chegar em PR na data prevista.

No dia 4 Fev chegam a aldeia dos Marubos, onde pernoitam. Entram em ligação com o Tuchaua, que se mostrou relutante em fornecer guias ao Dst. Nesta noite houve um alarme provocado pelas mulheres, de que a aldeia poderia ser atacada. O Cmt distribui seus homens para fazer frente a qualquer ataque, passando o Dst a noite inteira em vigília.

Somente na noite do dia 6 Fev é que o Tuchaua concorda em ceder 2 a 3 homens para guiá-lo. Mas no dia seguinte nenhum voluntário se apresentou. O Cmt então ofereceu lanternas e roupas, conseguindo por meio deste artifício, 8 voluntários.

As 13h do dia 7 Fev o Dst inicia a marcha para PR. Na tarde do dia 8 Fev chegam a um afluente do Curuçá, embarcam em 6 canoas e descem o rio.

A 9 Fev encontram-se no PR com o motor (9) Abel que os procurava. Esta embarcação estava guarnecida por 5 homens do Dst BALA-2. Não encontrando o Dst CRUZ-3 que o reforçaria e, sabendo que o Cmt GEF estava conduzindo as operações a bordo da lancha Japurá, que subia o Curuçá, o Dist desce o rio e chega a Terrinha às 17h30min do dia 11 Fev. Neste mesmo dia o Cmt recebe autorização para adiar o ataque.

O Dst BALA-1, que já estava em Terrinha, passou a reforçar o Dst AFIR.

As 13h30min de 12 Fev, partem com destino ao Igarapé Amburucha, chegando na sua foz na manhã de 14 Fev (Ver mapa n.º 6).

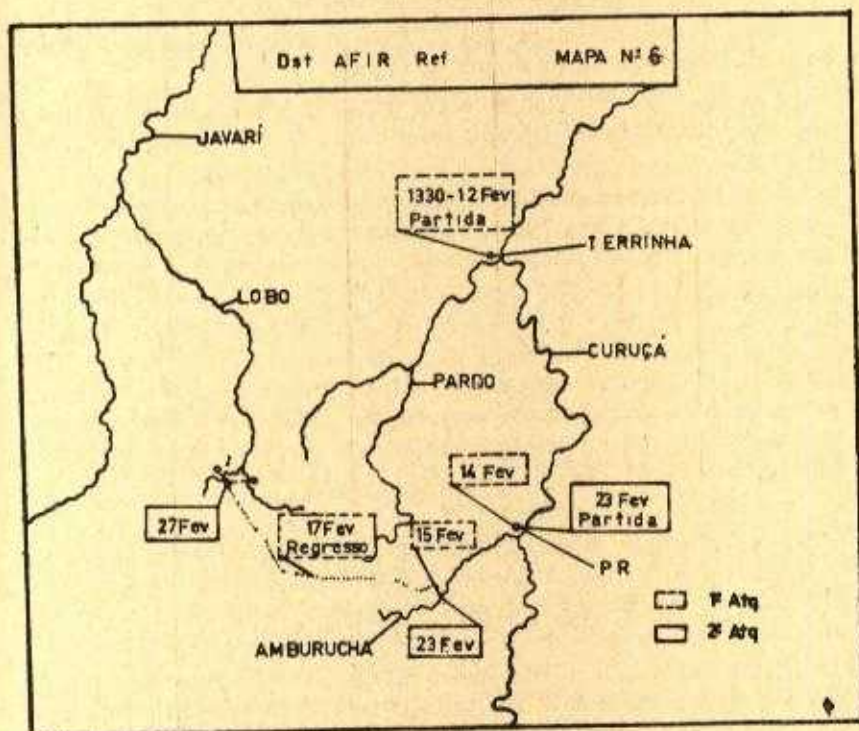
O Dst nesta ocasião contava com um efetivo de 43 homens, entre Of e Sgt, mais um civil que servia de guia. Deslocavam-se embarcados em 5 canoas, rebocados por uma embarcação provida de motor de popa.

Sobem o Igarapé Amburucha até às 14h45min de 15 Fev, quando desembarcam e preparam-se para marchar contra o objetivo. As embarcações são afundadas, para que não fossem descobertas, e o motor de popa escondido.

Na manhã seguinte, 16 Fev, iniciam o deslocamento por terra. As 10h25min um elemento é ferido com um tiro de Pst Cal 22. O acidente foi originado em consequência da Pst não estar travada e a Mtr INA, que estava sendo transportada pelo mesmo homem, enganchou num cipó e ao soltar-se bateu na outra arma, disparando-a. Feito um curativo o Dst prosseguiu a marcha.

As 15h30min o ferido não resistiu mais andar. O Cmt decide evacuá-lo, escalando 8 homens para seu transporte e segurança.

No outro dia, 17 Fev, às 8h30min o Cmt do Dst é acometido de um mal súbito. Refaz-se e prossegue. As 9h é acometido de um 2.º mal súbito, e como consequência decide estacionar, lançando uma Patr para fazer um reconhecimento nos tapiris (10) que se localizavam mais à frente.



MAPA N.º 6

A Patr retorna trazendo os seguintes informes: foi encontrado um botijão de 18, contendo um pouco de cachaça; alguns ovos assados e rastros, levando a crer que um grupo de 10 homens havia estado naquele local há poucas horas.

Nada mais encontrando, o Dst inicia o regresso às 10h45min deste mesmo dia. As 14h45min o Cmt novamente sente-se mal, desta vez com maior gravidade.

Na tarde do dia 18 Fev chegam no local das embarcações e começam a descer o Amburucha a remo, pois a embarcação dotada de motor já havia partido levando o ferido.

Chegam ao PR a 1h30min de 19 Fev. Sabendo que o Cmt GEF havia subido o Curuçá à procura do Dst CRUZ-3, o Dst AFIR sobe o rio para encontrá-lo e, posteriormente, colher macacheira numa plantação abandonada dos Marubos, pois a alimentação já estava bastante reduzida.

As 9h15min deste mesmo dia encontram-se com a lancha Japurá, onde estava instalado o PC do Cmt das Operações.

Nesta ocasião decidiu o Cmt GEF dar 3 dias de descanso à tropa, antes de lançar um outro ataque ao inimigo.

A 23 Fev parte novamente o Dst, subindo o Amburucha. No final deste dia, desembarcam e preparam-se para realizar uma aproximação por terra.

As 13h de 27 Fev atingem o primeiro acampamento. Este era constituído de 14 casas, que foram destruídas. Elas aparentavam ter sido abandonadas a pouco tempo e foram encontradas vasilhas esmaltadas, algumas peças de talheres, pratos, uma panela de estanho, uma lima triangular, latas de biscoitos e várias garrafas. Existiam 2 roçados, limpos e bem cuidados.

Após um descanso de meio dia o Dst iniciou o regresso, chegando na foz do Amburucha ao anoitecer do dia 1 Mar. Nesta mesma noite, toda a tropa iniciou o regresso a Tabatinga, chegando nesta localidade na manhã do dia 3 Mar.

Dst BALA — (Ver mapa n.º 5)

Deixa Tabatinga às 21h55min de 30 Jan, embarcados na lancha Japurá, com o efetivo de 14 homens e rebocando as lanchas que transportavam os Dst BALA-1 e 2. Deslocou-se para Benjamin Constant de onde partiu, às 5h de 31 Jan, com destino a Atalaia do Norte.

As 3h40min deste mesmo dia o batelão (10) Sameiro, que estava atrelado na Japurá afunda. Ele transportava 10 tambores de óleo Diesel um tambor de querosene, 3 paneiros (11) de farinha e 15 Kg de feijão. Conseguem arrastar o batelão até a margem (12) e amarram-no às árvores.

Com as embarcações dotadas de motores de pôpa, conseguem resgatar 8 tambores de óleo e o de querosene, gastando nesta faina cerca de 5 horas de intenso trabalho.

Após uma parada em Atalaia do Norte, seguem para o rio Curuçá. Na madrugada do dia 2 Fev apanham o guia do Dst BALA-1.

No dia 4 Fev atingem a foz do rio Pardo e desembarcam o Dst BALA-1. A tarde chegam em Terrinha.

Deixando, no dia seguinte, uma guarnição instalando o PC GEF, o Cmt Dst BALA sobe o rio CURUÇÁ até o Igarapé São Salvador onde libera o Dst BALA-2 que deveria ligar-se com o Dst AFIR. As 12h30min,

deste mesmo dia, interditam a passagem de uma embarcação para averiguações. São informados que 2 horas, rio acima, foram ouvidos tiros de espingarda. Um dos civis prontificou-se a conduzir o Dst até o local.

Na manhã de 6 Fev deslocam-se guiados pelo civil. Chegando no local, o Cmt organiza uma Patr de 8 homens e penetra na selva. Após 4 horas a patrulha regressa sem nada encontrar.

Regressam a Terrinha, chegando a 7 Fev.

No dia 11 sobem o rio Curuçá em patrulhamento e às 15h30min encontram os Dst AFIR e BALA-2. Retornam a Terrinha.

No dia 12 Fev juntamente com os Dst AFIR, BALA-1 e 2, deslocam-se para o PR onde chegam às 8h de 14 Fev. Durante todo este dia o Dst realiza o patrulhamento no Curuçá, regressando após, a Terrinha.

No dia 15 Fev o Cmt GEF chega neste local e atribui nova missão ao Dst BALA: "Subir o Igarapé São Salvador, durante um dia e meio, e por meio de patrulhas reconhecer as cabeceiras do rio Itui. Constatar a existência de bandleiros e atacá-los. Procurar ligar-se com o Dst DEDO que atua no rio Itui."

A tarde deste mesmo dia partem para cumprir a nova missão, acompanhados de um Oficial EM/CMA.

Na manhã do dia 16 Fev avistam um tapiri e desembarcam para examiná-lo. O Cmt Dst decide lançar uma Patr Rec na trilha que partia deste tapiri. Após 5 horas a Patr regressa, tendo observado que a trilha era muito antiga e não devia estar sendo usada.

A remo, prosseguem subindo o S. Salvador. No dia 18 Fev, lançam nova Patr à procura de trilhas, após 7 horas retorna sem nada ter encontrado. As 15hs deste mesmo dia, decidem regressar. No dia 20 Fev chegam a Terrinha.

No dia 21 Fev, o Cmt Dst recebe nova missão do Of EM/CMA: "Reconhecer o Igarapé Flecheiras (13), com duração máxima de 4 dias, com as seguintes finalidades:

- verificar a existência de habitações no local chamado Terra Firme;
- procurar contato com elementos ali residentes, constatando a existência de armas de fogo e em caso afirmativo, apreendê-las;
- se atacado reagir a força. Se houver necessidade de um ataque, só o fazer com superioridade de meios;

- reconhecer o Igarapé Pedro Lopez (13) nas mesmas condições do anterior;
- recolher os Elm do Dst CRUZ que desceram o Pardo e o Curuçá.

As 15h40min do dia 21 Fev, chegm à foz do Igarapé Flecheiras e o sobem até o dia 23 Fev, lançando Patr Rec a procura de trilhas. Todas deram resultados negativos. As 13h regressa atingindo Terrinha às 14h45min de 24 Fev.

O Cmt do Dst estando no comando do PC/GEF, lança no dia 26 Fev, o DST Cruz-1 para confirmar a veracidade dos informes de que existiam indícios recentes (3 dias) da passagem de bandedeiros junto ao Igarapé da Macaca (13).

No dia seguinte, o Cmt Dst sai em direção ao citado Igarapé, à procura do Dst CRUZ-1. As 17h10min, encontra a Patr que não havia confirmado os informes e pernoitam.

Em 28 Fev, o Cmt Dst BALA decide executar um vasculhamento à procura de trilhas, encontrando uma muito antiga. Nas cabeceiras do Flecheiras executaram um vasculhamento de 4 horas, nada encontrando. Regressam a Terrinha e de lá seguem para Tabatinga, onde chegam no dia 3 Mar, encerrando suas operações.

Dst BALA — 1 (Ver Mapa n.º 5).

Como vimos acima, este Dst deslocou-se para sua área de operações rebocado pelo Dst BALA, portanto, narraremos apenas as fases que não constaram na descrição anterior.

Tendo saído de Tabatinga no dia 30 Jan, às 12h45min de 4 Fev chegou na foz do Pardo, separando-se da lancha que o rebocava.

No dia 5 Fev ficam impedidos de navegar à noite por causa do grande número de troncos caídos dentro do rio, o que impedia uma viagem segura.

No dia 7 Fev a estreita largura do rio e a grande quantidade de troncos impediam o prosseguimento da lancha na qual estavam embarcados. Fazem um transbordo para as canoas menores dotadas de motor de popa e prosseguem a viagem.

No dia 9 Fev descobrem indícios em uma das margens: restos de fogueira e um pedaço de madeira marcando uma direção num varadouro. Fazem um reconhecimento e encontram um tapiri abandonado que pelas informações do guia deveria ter sido construído há um ano. Prosseguem subindo o rio até um ponto onde a quantidade de combustível tornou-se crítica, decidindo o Cmt regressar.

As 14h15min do dia 13 Fev chegam a Terrinha.

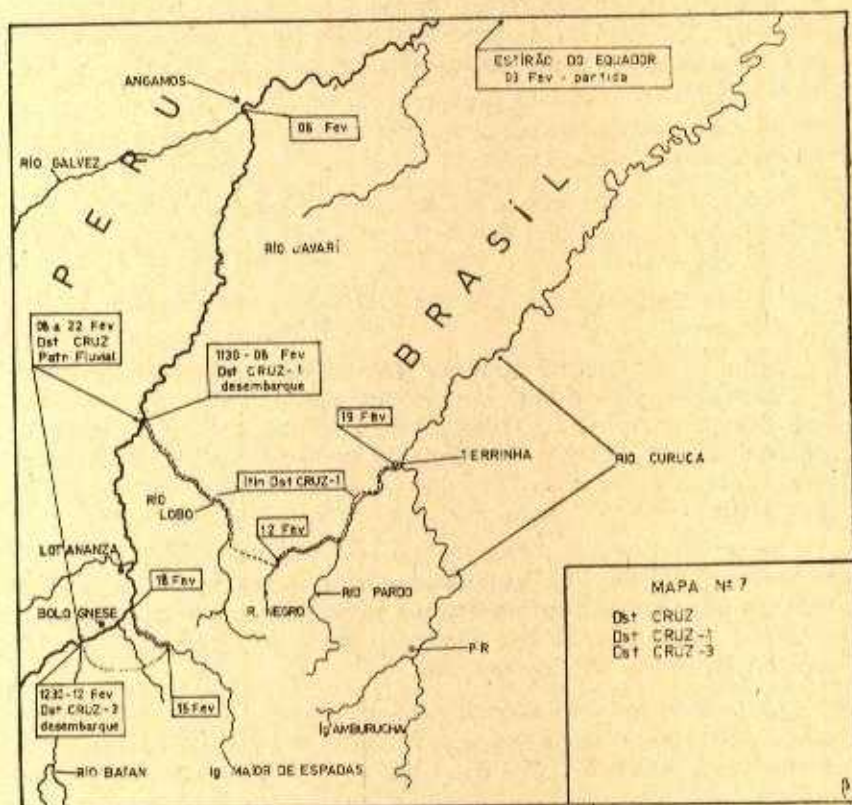
Desta data em diante passam a reforçar o Dst AFIR, conforme vimos anteriormente.

Dst BALA — 2 (Ver Mapa n.º 5).

A missão deste Dst era a de ligação com o Dst AFIR, o que foi feito, conforme relatado nas operações daquele.

B — Operações no Vale do Javari

Dst CRUZ (Ver Mapa n.º 7).



MAPA N.º 7

Parte no dia 3 Feb de Estirão do Equador, subindo o rio Javari e conduzindo os outros 3 Dst, CRUZ 1, 2 e 3. Durante a viagem obtém os seguintes informes com habitantes locais, que navegavam o rio:

- que os bandoleiros estavam estabelecidos nas margens do Igarapé Paraguai (14). A origem da informação era de uma

mulher de nacionalidade peruana, que havia sido aprisionada por eles e tinha conseguido escapar;

- a tripulação de um batelão peruano informava, que já haviam sido atacados pelos bandoleiros.

No dia 8 Fev encontram uma jangada, na qual navegava um caçador, que havia sido indicado pelos habitantes locais para servir de guia.

Ainda na manhã deste dia, fazem o transbordo do Dst CRUZ-1, para as canoas dotadas de motor de popa e o próprio Cmt Dst CRUZ, os conduz para um ponto na margem do rio Lobo, desembarcando-o às 9h45min.

No dia 10 de Fev desembarca o Dst CRUZ-2 na margem brasileira, frente à foz do Zábalo Yacu.

Em 11 Fev o Dst atraca em Bolognese, localidade peruana, onde o Cmt obtém informações que o efetivo dos bandoleiros era avaliado em 200 homens.

No dia seguinte, 12 Fev, o Dst CRUZ-3 é desembarcado na foz do rio Batan.

Estando cumprida a primeira fase de sua missão, o transporte e desembarque dos 3 Dst, o Cmt Dst CRUZ inicia um intensivo patrulhamento fluvial no Javari, entre a foz do Batan e a localidade peruana de Lotananza, e nos igarapés Paraguai, Grande e Pequeno, Lobo e Maior de Espadas (13). Permanecendo nesta operação até o dia 19 Fev.

Neste dia obtém informações no posto militar peruano de Bolognese, que haviam sido vistos soldados brasileiros construindo uma jangada nas margens do rio. O Cmt então lembrou-se que na noite anterior havia passado por eles uma jangada, mas como não foi possível identificá-la, prosseguiram.

Com base nesta informação, imediatamente partiu com a canoa dotada de motor de popa, a procura da jangada. As 16h30min encontrou-a. Era o Dst CRUZ — 3.

O Dst Cruz prossegue patrulhando o rio até o dia 22 Fev, quando regressa a Estirão do Equador, chegando às 23 h de 23 Fev.

Dst CRUZ — 3 (Ver Mapa n.º 7).

Desembarcado na foz do Batan às 12h30min de 12 Fev, inicia a marcha de imediato. A progressão deste Dst foi muito difícil, pois, não possuía um guia e o terreno mostrou-se excessivamente difícil, com grande número de igarapés, igapós e chavascals (15).

Não encontraram o varadouro, que de acordo com o enunciado da missão, deveriam seguir.

Na noite de 14 Fev ouviram um tiro e uma batida de tambor.

No dia seguinte seguiram na direção em que ouviram o tiro. Encontraram apenas indícios de passagem de pessoas como pegadas e galhos quebrados.

Seguindo sempre na mesma direção encontraram um igarapé de grandes proporções. Supondo haver chegado num dos afluentes do Curuçá e como já estavam marchando há 4 dias, resolveram seguir o igarapé esperando chegar naquele rio.

Dois dias depois, 18 Fev, chegaram a um rio maior ainda. Julgaram ter chegado ao Curuçá, mas aos poucos, reconheceram que estavam no Javari. O Cmt decide então construir uma balsa e descer o rio. Assim fizeram, e no dia 19 Fev alguns homens são recolhidos pelo Dst CRUZ, os outros preferiram descer na jangada, até o Estirão do Equador.

Mais tarde chegou-se a conclusão que o igarapé que haviam seguido era o Maior de Espadas.

Dst CRUZ — 1 (Ver Mapa n.º 7).

Desembarcado na foz do Lobo às 11h30min de 8 Fev, subiram pela margem direita deste até o dia 12 quando, cruzando o divisor, encontraram outro igarapé correndo no sentido contrário do primeiro. Pensaram ter chegado ao rio Pardo, mas depois verificaram estar no rio Negro, afluente daquele.

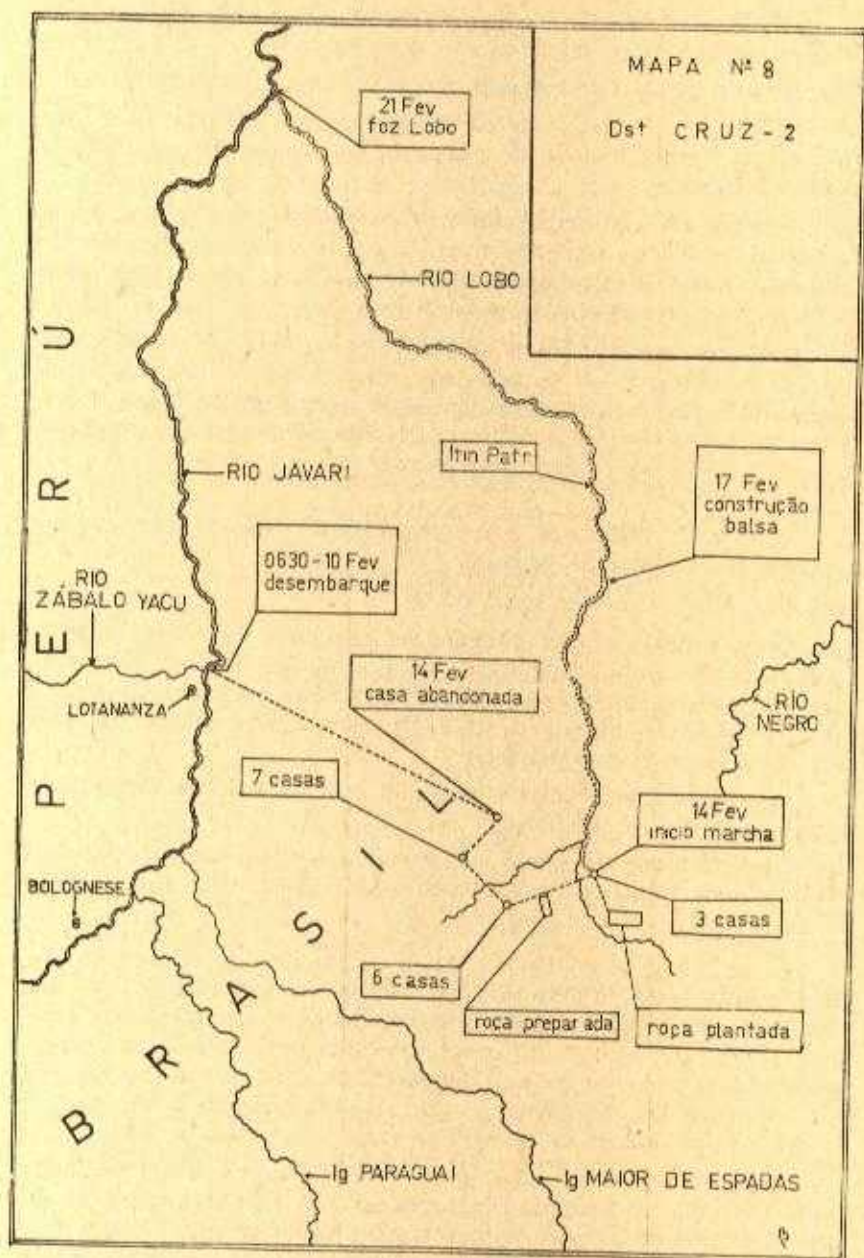
Construíram uma balsa e desceram este rio durante 7 dias, chegando a 19 Fev em Terrinha.

Durante todos estes dias encontraram apenas vestígios recentes e antigos de trânsito, provavelmente dos bandoleiros e, nada mais.

Dst CRUZ — 2 (Ver Mapa n.º 8).

As 6h30min de 10 Fev, o Dst desembarcou na margem brasileira frente a foz do Zábalo Yacu. Deslocou-se durante 4 dias para SE, encontrando nas cabeceiras do rio Lobo, no dia 14 Fev, 4 clareiras com um total de 17 casas com indícios recentes, parecendo, conforme depoimento do Cmt "avisados do comparecimento da tropa". Não foi visto um inimigo sequer, mas durante os deslocamentos foram ouvidos ruídos de manejo de rifle e correrias na selva.

Seguindo as trilhas que ligavam estas clareiras encontrou uma roça cultivada, com medidas aproximadas de 1.500m x 300m. Havia plantações de macaxeira, cupuaçu (17), bananas, goiabas, e outros frutos. Os homens do Dst ficaram impressionados na organização de plantio das bananeiras, que eram de diversas qualidades e em



MAPA N.º 8

esquadramento. Acharam uma outra, que estava sendo preparada para plantio, com dimensões bem menores que a primeira.

Todos estes conjuntos de casas ficavam próximos a Igarapés. O Cmt decidiu então seguir o maior, esperando chegar no Curuçá. Durante 4 dias marchou acompanhando a margem, até que no dia 18 Fev, construíram uma balsa e o desceram por mais 4 dias, chegando a foz do rio Lobo no dia 21 Fev. Dai foram transportados pela embarcação de um civil até Angamos (Peru) e de lá até Estirão do Equador, em outra embarcação civil, onde chegaram em 24 Fev.

Durante estes deslocamentos, o Dst foi "atacado por um surto de malária tendo sido combatido com comprimidos de Aralem". Quando navegavam em balsa pelo Javari, desabou forte temporal tendo sido perdido peças de equipamento e munição. Tiveram de sobreviver durante 4 dias, alimentando-se apenas de frutos silvestres pois caça, não foi encontrada. Um outro fato que convém ser ressaltado: nos 8 dias gastos para retornar, só não choveu em dois.

C — Operações no Vale do Itui

Dst DEDO (Ver Mapa n.º 9).

Durante o desenrolar das operações nas cabeceiras do rio Pardo e Lobo, sentiu o Cmt CEF necessidade de bloquear o rio Itui, evitando desta maneira uma provável fuga dos bandoleiros para aquele rio pois, além daquela área já ter sido saqueada por eles, havia um varadouro que ligava o Seringal Franklim, do Curuçá, ao rio Itui. Esta missão foi atribuída a um Dst do 2.º Pel Fron — Ypiranga.

No dia 8 Fev, o Dst desloca-se em um Catalina da FAB para Benjamin Constant. De lá segue para Tabatinga, de onde segue para alto Itui.

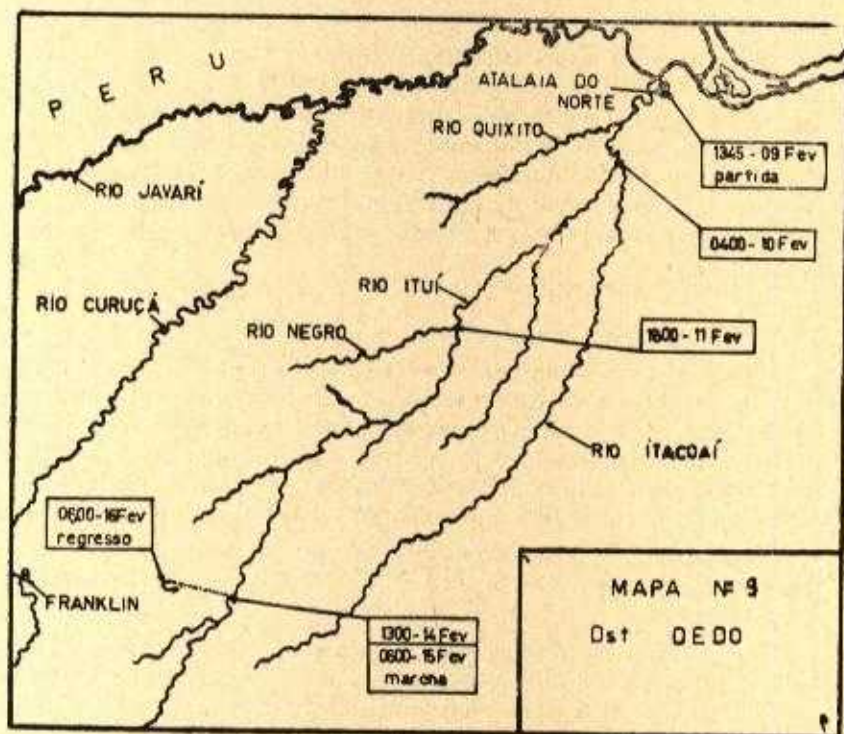
Em Atalala do Norte, obtém informações que no dia 3 Fev, no alto Quixito, foram ouvidos vários tiros e encontrado vestígios dos bandoleiros. Um civil recentemente chegado da região do Igarapé Moruna (18), informou que entre aquele Igarapé e o Seringal Franklim, encontrou 5 tapiris com várias tijelinhas de seringa (19) e um esqueleto de mulher, pois tinha uma pulseira no pulso esquerdo. Este civil, como parecia conhecer bem a região, foi colocado como guia do Dst.

No dia 10 Fev, às 4h, atinge a foz do Itui e começa a subi-lo. A 12 Fev o Cmt do Dst faz um estudo de situação e toma seguinte decisão.

- Desembarcar às 6h de 15 Fev abaixo do Igarapé CRUZ (13), seguir no rumo Az Mg de 100.º até atingir o Seringal Franklim, bloqueando qualquer grupo que tente passar para o Itui.

As 13h de 14 Fev o Dst desembarca no local previsto, sob forte temporal, e prepara-se para a incursão no dia seguinte.

Conforme o previsto, partiram, e logo começaram a sentir o peso das rações e equipamentos que transportavam, aliado a um terreno muito movimentado e a fortes chuvas. Ao meio dia notaram que estavam se desviando do rumo 100.º. Ao examinarem a bússola verificaram que a água da chuva a tinha danificado.



MAPA N.º 9

Surgindo o sol, eles prosseguiram orientados por ele durante uma hora, após, o tempo fechou e começou a chover novamente. O Cmt decidiu progredir.

Um dos homens fica impossibilitado de prosseguir por estar com febre muito forte e sentir calafrios. O Cmt decide pernoitar.

No dia seguinte, 16 Fev, deixam o doente com uma guarda e prosseguem, apesar do tempo chuvoso e sem poderem orientar-se corretamente.

Notando que seria quase impossível seguirem a direção desejada, mesmo se o sol aparecesse e já desfalcado de seus homens, o Cmt decide regressar.

As 15h30min estavam de volta a lancha e às 19h de 19 Fev, chegam a Tabatinga. Deste dia, até 4 Mar o Dst aí ficou como reserva, estando em condições de apolar as operações, seja no vale do Javari seja no Curuçá.

No dia 4 Mar chegam a Ypiranga.

VI — APOIO LOGÍSTICO

Para a execução da operação o GEF e Elementos empregados, fizeram os seguintes planejamentos:

1 — Classe I (20)

Dst	EFEATIVO	DURAÇÃO/DIAS	TOTAL ETAPAS	OBS.
BALA	14	16	224	(a)
BALA-1 ...	24	9	216	
BALA-2 ...	6	12	72	
CRUZ-1 ...	9	6	90	(b)
CRUZ-2 ...	14	6	154	
CRUZ-3 ...	10	8	140	
DEDO	19	—	507	
TOTAL	96	—	1403	

(a) Levariam mais 1068 etapas na lancha Japurá para atender o período de viagem dos Dst BALA, BALA-1 e 2, até Terrinha, e mais um Grupo de Saúde e pessoal acolhido após o cumprimento da missão.

(b) Deste total de 304 etapas, 181 correspondiam aos dias de deslocamento (ida e volta).

Havia uma imposição do GEF de que o Dst AFIR, levasse 3 sacos de farinha para serem ofertados aos índios Marubos.

2 — Classe III

Tabatinga, Estirão do Equador, Terrinha e, posteriormente PR, serviriam de P Sup durante as operações. Além destes foram mantidos P Sup Móveis, em embarcações, para poderem apolar efetivamente as operações.

Foram feitas as seguintes previsões:

"QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS
E LUBRIFICANTES" (21)

DO BATELÃO IÇA (a)	A DISP CMT GEF			ÓLEO 30	MISTURA PARA MOTOR	ÓLEO DIESEL
	Gasolina	Óleo 30	Talpa 40			
Em Tabatinga	3 Tambo- res ou 600 l	3 Tambo- res ou 600 l	1 Tam- bor ou 200 l	1 Tambor ou 200 l (b)	— — —	20 Tambo- res ou 4.000 l
No Estirão	2 Tambo- res ou 400 l	2 Tambo- res ou 400 l	— — —	— — —	— — —	20 Tambo- res ou 4.000 l
Na Lancha Japurá	— — —	— — —	— — —	— — —	5 Tambo- res ou 1.000 l	
Na Lancha Gen Gurjão	— — —	— — —	— — —	— — —	3 Tambo- res ou 600 l	5.200 l (c)

"(a) A sobra ficará no Batelão como P Sup Móvel destinado ao reabastecimento das lanchas Japurá e Gen Gurjão.

(b) Destina-se a mistura com gasolina a ser distribuída às lanchas. A mistura deverá ser feita em Tabatinga.

(c) Inclusive no tanque, necessário a ida de Tabatinga até Batan e regresso ao Estirão onde reabastecerá."

Para o consumo do Óleo Diesel, foi previsto o seguinte:

QUADRO DE CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (PREVISÃO) (21)

ITINERÁRIO	N.º DE DIAS	LANCHA JAPURÁ	LANCHA GEN GURJÃO
Manaus — Tabatinga	10	3.600 L	(Reboque)
Tabatinga — Estirão	2	720 L	880 L
Estirão — Batan Batan — Estirão	10	—	4.400 L
Estirão — Alto Curuçá Alto Curuçá — Tabatinga .	17	6.120 L	—
Estirão — Alto Curuçá Alto Curuçá — Estirão ...	8	—	3.520 L
Estirão — Tabatinga	2	—	880 L
Tabatinga — Manaus	8	2.880 L	(Reboque)
SOMA		13.320	9.680

TOTAL: 23.000 Litros

Observação:

- 1) Os cálculos foram feitos à base de 18 l/h e 22 l/h, consumo das lanchas Japurá e Gen Gurjão, respectivamente.
- 2) Considerando a média de 20 h/dia de trabalho, temos o consumo de 360 l/dia e 440 l/dia, respectivamente, para a Japurá e Gen Gurjão.

3 — Classe V

O Cmt GEF deu plena liberdade para os Cmt Dst decidirem sobre a quantidade de munição, impondo apenas que cada Dst levasse uma ou duas espingardas de caça com a respectiva munição.

Foi a seguinte a dotação dos Dst:

ARMAMENTO (21)

Dst	MADSEN	Mtr INA	Msq	Rev	Gr MÃO	ARMA CAÇA
Bala	—	7	6	2	6	2
Bala-1	2	7	6	4	12	3
Bala-2	—	3	2	—	6	1
Cruz	1	2	4	—	—	1
Cruz-1	—	2	7	—	—	1
Cruz-2	—	4	10	—	—	1
Cruz-3	—	3	7	—	—	1
Total	3	28	44	6	24	10

MUNIÇÃO (21)

Dst	MADSEN	Mtr INA	Msq	Rev	OBSERVAÇÃO
Bala	—	630	600	100	P Rem Móvel na lancha JAPURA com:
Bala-1	2.400	630	800	100	1 cunhete de Mun/Mad 1 cunhete de Mun/INA
Bala-2	—	270	200	—	
Cruz	360	240	240	—	Mais 360 tiros para as guardas estabelecidas nos
Cruz-1	—	240	300	—	pontos de desembarque de Cruz-1, 2 e 3.
Cruz-2	—	480	480	—	
Cruz-3	—	360	300	—	
Total	2.760	2.850	2.920	200	

4 — Outras providências

O Cmt GEF distribuiu a quantia de Cr\$ 20.000,00 (antigos) às OM diretamente empenhadas nas operações, para despesas eventuais e autorizando a compra de tarrafas para os Dst.

Determinava ainda, um reforço na distribuição de comprimidos antimaláricos e instalava o PS a bordo da lancha Abel, para atender as operações no vale do Curuçá.

Foi prevista a utilização de 10 lanchas, 4 batelões, 4 deslizadores e 10 canoas. Das lanchas, 5 foram requisitadas de outros órgãos federais e particulares.

VII — CONCLUSÕES

Apesar desta operação ter empenhado um efetivo equivalente a uma Cia Fzo, ela pode nos servir para obtermos ensinamentos de real valor sobre as Operações na Selva.

Para facilitar a nossa exposição, vamos fazê-la por partes, dividida sob os seguintes aspectos:

- 1 — Táticos
- 2 — Técnicos
- 3 — Material
- 4 — Logístico

1 — Táticos

1.1 — A Manobra

Conforme pudemos ver, o inimigo, bandoleiro, atuava com características de um grupo de guerrilheiros. Tendo em vista este tipo de ação, o Cmt do GEF idealizou uma operação em que os Dst empregados, convergiriam, partindo de 4 pontos diferentes sobre o provável acampamento. Os Dst vindos do vale do Javari bloqueariam o inimigo enquanto o Dst Ref, proveniente do vale do Curuçá, atacaria o objetivo. Determinava ainda, o bloqueio dos rios, que poderiam permitir a fuga dos bandoleiros, por meio de intensivo patrulhamento fluvial.

1.2 — *Coordenação e Controle*

Além das dificuldades impostas pela Selva (veja artigo publicado no n.º 649 desta revista sobre o Estudo Tático do Terreno na Selva), outros problemas surgiram para dificultar a execução da manobra.

A falta de cartas precisas e em escala adequada ao escalão empregado, causou sérios problemas, conforme podemos observar do relatório final:

"As cartas empregadas na operação, não só de escala inadequada, como incompletas, impediram a obtenção da convergência planejada. Pelo Maj X, Cmt do avião da FAB, que sobrevoou a região, foi verificado que a distância entre as cabeceiras do rio Curuçá e o rio Javari é de 92 km e não cerca de 40 km como se mede nas cartas.

Tal afastamento, como é óbvio, altera completamente o desenvolvimento das marchas, o que ocasionou desvios de direção...

É grande o número de Igarapés, de importância considerável, que não constam das cartas, e muitos têm sua localização inteiramente deslocadas do que constam nas referidas cartas..., esses Igarapés tiveram influência decisiva nas operações".

Um outro problema que dificulta muito o controle das operações é a falta de informações sobre o terreno. A selva impede que, por meio da observação e fotografia aérea e, de cartas com escalas muito grandes, se faça uma previsão de obstáculos a serem ultrapassados. Caso eles existam e, conforme a sua magnitude, acarretarão atrasos no deslocamento da tropa. Este fato ocorreu principalmente com os Dst AFIR, CRUZ-3 e DEDO. Talvez aumentar, sempre que possível a margem de segurança do tempo disponível, para os deslocamentos, seja uma solução.

No caso particular desta Operação, um outro fator ocasionou o atraso do Dst AFIR. A relutância do tuchaua dos índios Marubos (3 dias) em ceder guias ao Dst. Este, é claro, de todo imprevisível.

1.3 — *Operações Fluviais*

Nesta operação fica bem evidenciada a influência das vias fluviais nas operações militares num TO Amazônico. Mesmo com o advento das estradas, que ora se constroem, os rios terão capital importância, pois ambos os sistemas, rodoviário e hidroviário, se complementam.

Analisando o quadro abaixo, podemos ver que dos 35 dias de duração da missão (29 Jan — 04 Mar), a maior parte deles foram sobre os rios:

Dst	DESLOC FLU- VIAL	PATR FLU- VIAL	MARCAS A PÉ	DURAÇÃO MISSÃO
AFIR	12,5	—	11,5	35
BALA-1	11,5	12,5	—	34
BALA	16	—	—	34
BALA-2	15	—	3	
CRUZ	7	10,5	—	21
CRUZ-1	12,5	—	4,5	
CRUZ-2	14,5	—	6,5	21
CRUZ-3	10,5	—	5,5	22
DEDO	10,5	—	1,5	24
TOTAL ..				

Observação: Não foram computados os dias de estacionamento nem os de descanso.

Sendo os rios as principais vias de fuga para o inimigo, o Cmt GEF sentiu a necessidade de bloqueá-los com intensivo patrulhamento fluvial, não só nos principais rios, como também em outros afluentes secundários.

Além dos fatos acima, lembramos ainda, o grande número de embarcações que foram utilizadas (ver item VI n.º 4). PC, P Sup e P Rem, todos flutuantes, dão a mesma nítida característica de operação fluvial.

1.4 — Sigilo

A manutenção do sigilo, para se obter a surpresa, é básica em qualquer operação militar. No caso em questão, em que alguns dos Dst se utilizaram de armas de fogo na obtenção de caça para reforço de sua alimentação, os tiros devem ter alertado o inimigo.

Os igarapés atulhados de troncos, obrigando a utilização de machados para desimpedir o caminho e, o constante deslocamento de embarcações a motor em rios onde não são tão comuns a sua passagem, devem ter ajudado na quebra do sigilo e, em consequência, a fuga do inimigo.

1.5 — *Informações*

Em terrenos dessa natureza e onde a falta de cartas precisas, dificultam a realização prévia de um estudo de situação, as informações dadas pelos habitantes locais são de grande importância desde que, judiciosamente analisadas e interpretadas.

No interior amazônico, os ribeirinhos tem um linguajar típico no dar informações, principalmente no tocante a distâncias. Sempre que for perguntado a distância, pelo rio, de um ponto a outro, convém esclarecer se é de motor, a remo ou deslizador. Em alguns rios, nos quais o número de curvas é muito grande, se usa o número de praias para se indicar distâncias, pois no lado de dentro de cada curva, normalmente há uma praia.

Pelas características das áreas de selva, as Patr Rec realmente serão os olhos e ouvidos do Cmt. Os integrantes destas patrulhas deverão estar bem treinados em observarem pequenos detalhes no chão coberto de folhas, tais como: pegadas, restos de comida, folhas novas caídas, etc., além disso, com experiência bastante para saberem se uma trilha é nova ou velha, se foi abandonada a muito ou a pouco tempo.

Por outro lado, nós deveremos ter todo cuidado em não deixarmos estes indícios ao inimigo. Um caso comum nesta operação foi dos homens sobrecarregados jogarem os enlatados ou abandonarem latas vazias nos locais das refeições.

A falta de cartas, conforme citado acima, obrigará a utilização de guias para conduzir a tropa através de áreas desconhecidas. Na Operação Jaquirana, este fato fica bem evidenciado, pois o único Dst que não possuía guia, perdeu o rumo e retornou ao rio Javari (Dst CRUZ-3).

2 — *Técnicos*

2.1 — *Sobrevivência*

Toda a tropa a ser empregada em operações na selva, deverá estar em condições de retirar dela os seus meios de subsistência.

A instrução de sobrevivência além de capacitar o homem a retirar da selva a sua alimentação, o tornará psicologicamente mais apto a enfrentar as dificuldades impostas por um terreno desta natureza.

Como exemplo citamos o caso do Dst CRUZ-2, que desembarcou no dia 10 Fev e do dia 12 a 21, teve de alimentar-se exclusivamente com os recursos que a selva lhe proporcionou.

Devemos salientar que a instrução de sobrevivência é muito importante para o combatente de selva, mas o homem só deverá se utilizar dela em último caso. A utilização de armas de caça na obtenção de alimento, conforme a situação, deverá ser evitada, pois os tiros denunciarão a presença ao inimigo.

2.2 — Navegação Fluvial

Normalmente as áreas de selva são irrigadas por um número bastante considerável de rios. No caso específico da Amazônia é de todo dispensável confirmar esta assertiva.

As Unidades empregadas nesta região deverão não só possuírem meios para se deslocarem pelos rios, como deverão ter homens qualificados para operarem estes meios, a fim de serem eficazmente utilizados.

No caso estudado, vimos da necessidade disto. Conhecimentos sobre motores de popa, técnicas de navegação fluvial (diurna e noturna), manutenção de embarcações, etc., serão alguns dos assuntos a serem ministrados.

Os Dst empregaram para cumprirem suas missões um número bastante grande de embarcações: 12 lanchas, 4 batelões, 4 deslizadores e 10 canoas. O número total de lanchas acima, difere do número previsto, pois o Dst CRUZ-2 utilizou-se de 2 lanchas, pertencentes a civis, para chegar a Estirão do Equador.

Outro fato que convém ser ressaltado é a necessidade de se utilizarem embarcações com diversos calados de modo que se possa, à medida que forem se alterando as características da via fluvial, prosseguir no movimento. Vimos que alguns Dst subiam o rio em lanchas, em certa altura, passaram para embarcações menores e finalmente se utilizaram de canoas a remo, pois a profundidade dos rios e igarapés impedia a utilização de embarcações maiores.

Quanto à velocidade de deslocamento das embarcações, além das características próprias de cada tipo, tais como: calado, tipo de quilha, potência do motor, etc., outros fatores irão influenciar. Velocidade do rio, carga transportada, se o sentido do deslocamento for a favor ou contrário à correnteza, se navegar-se próximo da margem ou pelo centro, se o rio está cheio ou se está na vazante, serão os outros fatores a considerar.

Do relatório do Dst CRUZ, obtivemos os dados abaixo, que mostram a influência da correnteza do rio Javari na velocidade de uma mesma embarcação em sentido contrário e a favor da mesma.

TRECHO	TEMPO GASTO		OBS.
	Subindo	Descendo	
Estirão do Equador—Palmeira	63h15min	7h30min	(a)
Palmeira—Angamos	11h30min	1h05min	(a) (b)
Angamos—Foz Galvez	1h45min	0h20min	

(a) Na subida, a embarcação estava com carga máxima e rebocando um batelão.

(b) Na descida, estava com carga mínima e rebocava o mesmo batelão.

Qualquer previsão de tempo para deslocamentos em rios estreitos, não é válida, pois o grande número de troncos caídos impedem um movimento rápido, exigindo que os homens desimpeçam a via fluvial com machados ou serras-motor.

2.3 — Preparação Física

Somente suportarão os rigores do combate na selva, os que estiverem fisicamente aptos a enfrentá-los.

Longas marchas, terreno de difícil progressão, chuvas e alimentação deficiente, exigirão do homem, grande resistência física, e não devemos esquecer, tudo que o combatente necessitar, desde suas necessidades pessoais até as necessárias ao cumprimento da missão, terão que ser conduzidas em suas costas.

Além de todos estes fatores, o Dst AFIR teve ainda de deslocar-se a remos durante 3 dias, mais 2 de marcha forçada e além de todo equipamento, transportou 3 sacos de farinha, até atingir a aldeia dos índios Marubos.

3 — Equipamento

As operações na selva são consideradas como Especiais, não apenas por exigirem um treinamento e conduta operacional especiais, mas também, por necessitarem de material e equipamento peculiares, que melhor se adaptem ao tipo de terreno, selva, e às decorrentes características das ações militares que nela se realizam.

Em 1960, as Unidades da Amazônia eram dotadas com o mesmo material e equipamento das Unidades de outras regiões do país, que, logicamente, não possuíam aquelas características peculiares exigidas pelo combate na selva.

3.1 — *Bússola*

A bússola mais utilizada pelos Dst, foi a Silva. Esta bússola é ótima quando se trata de seguir um rumo, num terreno tipo convencional, onde existem pontos de referência que facilitem a localização do objetivo a ser atingido. Mas na selva, onde não existem pontos dominantes e a observação é reduzida a 15 ou 20 m, ela deixa muito a desejar.

Além desta falta de precisão, não tem boa rusticidade, basta ver que a bússola empregada pelo Dst DEDO, ficou inutilizada pelas águas da chuva.

3.2 — *Mochila*

Elas devem permitir transportar um volume bem maior que as convencionais, pois como vimos anteriormente, tudo que o homem necessitar será carregado por ele próprio. Senão, vejamos: na época não existiam, ainda, as rações de combate R-2, mas vamos tomar o seu peso por base, em torno de 1.700 kg. Se o Dst CRUZ-2, que iniciou o seu deslocamento a 10 Fev, chegando a Estirão do Equador na manhã de 24 Fev, num total de 13 jornadas, houvesse recebido estas rações, cada homem receberia um total de 13 delas, representando isso 22.100 kg, no início do deslocamento. O detalhe do peso, apesar de importante, não é o que desejamos salientar e sim, o volume ocupado por estas rações em relação ao volume que a mochila permite transportar, a qual basta uma manta VO para ocupar mais da metade de sua capacidade. E isto apenas para as rações. E o restante do material necessário?

3.3 — *Armamento*

Normalmente quando falamos sobre um tipo de armamento ideal para as operações na selva, pensamos nas características da arma e deixamos de lado as características da munição, peso e volume, que muito irão interessar ao homem que a transportará.

Com a finalidade de apenas lembrarmos o problema, citamos a declaração de um dos participantes da operação, quando pergun-

tado sobre qual a maior dificuldade que havia sentido, respondeu: "... além do meu equipamento, ter de levar 38 carregadores de Madsen cheios...".

3.4 — *Embarcações*

Acreditamos que esta Operação dispensa qualquer outra argumentação a favor da necessidade das Unidades da Amazônia de possuírem seus próprios meios de transporte fluvial.

Praticamente serão necessários tipos de embarcação com as mesmas finalidades dos meios terrestres que possuímos: transporte de feridos, transporte de tropa, transporte de carga, de assalto, de reconhecimento, etc.

Em operações de grande envergadura podemos ter ainda: hospitais, postos de suprimentos para todas as classes, porta-helicópteros, etc., que oferecerão a grande vantagem de poderem se deslocar, sem maiores problemas, acompanhando o desenvolvimento das ações.

4 — *Logísticos*

4.1 — *Ressuprimento*

Durante toda a operação foi feito apenas um ressuprimento, no dia 27 Fev, com a chegada da lancha Javari em Terrinha.

Podemos ver o ressuprimento, neste caso, sob dois aspectos: o primeiro, no vale do Curuçá em que os Dst se utilizavam de Terrinha como base de operação, onde se recolhiam após o cumprimento das diversas missões que recebiam. O segundo, no vale do Javari, com relação aos Dst desembarcados nas margens daquele rio e que deslocaram-se por terra em direção ao Curuçá. Resumindo, um, Dst atuando próximo a vias fluviais, com uma base para apoiá-los, outro, Dst atuando longe destas vias e sem nenhuma base de apoio.

O segundo caso é o que mais interessa. O ressuprimento de uma tropa no interior da selva e afastado das vias de comunicações, sejam estradas ou rios, é muito difícil. De imediato duas soluções surgem: via aérea, utilizando pára-quedas ou helicóptero, e via terrestre, por meio de uma coluna de suprimentos, transportada por homens ou animais.

Na Segunda Guerra Mundial, com exceção do helicóptero, todas estas maneiras foram utilizadas. No caso particular da Birmânia, os suprimentos lançados para a Galahad Force, os pára-quedas serviram, também, para denunciar aos japoneses onde a tropa se en-

contrava. Além desse fato, transportando-nos agora para Amazônia, o resgate destes pára-quedas seria bastante difícil em virtude da altura das árvores (média 30 metros), da dispersão dos pára-quedas e da difícil localização da tropa ou ZL, pelas aeronaves.

O transporte de suprimento, por meio de homens, apresentará problemas idênticos ao da tropa levá-lo às costas, pois além do suprimento, deverão conduzir a sua alimentação. Quanto ao emprego de muares, existem alguns problemas, sendo a sua ração, o maior deles. Em 1959, o então 27.º BC, atual 1.º BIS, realizou um exercício, EPS n.º 2 (Exercício de Progressão na Selva), em que um dos objetivos era testar o emprego destes animais no transporte de suprimentos. Chegou-se à conclusão que é possível o seu emprego, mas a topografia, subidas muito íngremes e chavascals, prejudicam muito o seu deslocamento, obrigando o emprego de equipes abrindo trilhas e escolhendo caminhos mais acessíveis.

VIII — ENCERRAMENTO

As Operações na Selva talvez sejam, dentre todas as operações da Arte Militar, as mais dramáticas e difíceis pois, além de apresentarem as dificuldades e perigos de todas as outras, apresentarão também as decorrentes da própria selva.

O terreno difícil, doenças endêmicas, silêncio, observação reduzida, animais peçonhentos, insetos, calor intenso e chuvas, são alguns dos muitos fatores que elas apresentam para agravar, ainda mais, as dificuldades do combate.

Por isso, o Combatente de Selva terá que ser um soldado fisicamente forte, para enfrentar prolongados e extenuantes deslocamentos, e psicologicamente apto a resistir grandes pressões físicas e ecológicas.

Hoje, uma Operação Militar executada na Amazônia, talvez não apresente o mesmo grau de dificuldade como o que foi sentido pelos integrantes da Operação Jaquirana, pois graças às experiências e ensinamentos que nos deixaram, importantes transformações surgiram nos últimos anos.

A criação do GIGS foi, talvez, a maior de todas. A partir daí aprofundaram-se os estudos, pesquisas e inovações das diferentes técnicas e condutas operacionais, de um ponto de vista exclusivamente brasileiro. Este Centro, hoje COSAC, foi elemento de capital importância na formação de uma "mentalidade de Selva" entre as Unidades do CMA.

Agora temos equipamentos especiais para a tropa da Amazônia. Os BC foram transformados em BIS. Programas Padrão de Instrução foram elaborados e distribuídos especialmente para estas Unidades. A Região Amazônica está completamente levantada pelo Projeto RADAM e as cartas topográficas sendo preparadas.

Particularmente sobre o aspecto militar, ressaltamos, tudo, fruto dos bravos, heróicos e obstinados companheiros do antigo GEF que, longe de tudo e de todos, embrenhavam-se na selva amazônica, por vezes sem nenhuma preparação técnica ou psicológica, mas como o dever impunha, como militares, cumpriam.

NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) Dado constante no An Info da Diretriz Geral de Operação.
- (2) Nos relatórios encontramos este nome escrito em duas maneiras: Bathau e Batan. Adotamos a última.
- (3) Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — IBGE — 1957.
- (4) O efetivo de um Pel Fron é maior que o de um Pel Pzo normal.
- (5) Para facilitar o trabalho arbitramos o seguinte código para a designação dos Dst:

Dst 4.ª Cia Fron — Dst AFIR

Dst 7.ª Cia Fron — Dst BALA, BALA 1, 2 e 3

Dst 9.ª Pel Fron — Dst CRUZ, CRUZ 1, 2 e 3

Dst 2.ª Pel Fron — Dst DEDO

Na realidade estes Dst receberam o nome dos Cmt.

- (6) Na O Op do GEF consta como nome do Igarapé a ser subido como X, mas no relatório do Cmt do Pel consta como do COELHO. Não conseguimos localizá-lo pelas cartas que utilizamos no estudo. Baseado neste relatório arbitramos a localização conforme consta no mapa n.º 4.
- (7) Trilha um pouco mais larga.
- (8) Selva inundada pelas águas.
- (9) Denominação genérica, dada na Amazônia, para embarcações motorizadas. As providas do motor de popa não se enquadram nesta denominação sendo, neste caso, chamadas de deslizadores ou voadores.
- (10) Bateão são embarcações sem motor e normalmente não possuem convés nem porão. Se constituem apenas de casco e de uma cobertura. Servem para transporte de carga. São atrelados ao lado das lanchas e motores.
- (11) Cesta arredondada feita de cipó, muito usada na Amazônia. Quando utilizadas para transporte de farinha, são forradas com folhas para evitar a queda da farinha pelos buracos.

- (12) Normalmente navegando-se rio acima, os pilotos conduzem as embarcações próximo das margens, evitando a correnteza. Como a maioria dos rios amazônicos tem margens abruptas é possível navegar bem próximo delas.
- (13) Não conseguimos localizar este Igarapé. Com base nas informações do relatório, arbitramos a localização constante dos mapas apresentados neste trabalho.
- (14) Os dados constantes nos relatórios são confusos quanto à localização deste Igarapé, pois existem 2 com este nome sendo um o Grande e, o outro, o Pequeno.
- (15) Áreas alagadas, com fundo lodoso coberto de raízes. A progressão é muito difícil, da ordem de 500 m/hora.
- (16) Não conseguimos localizar o relatório deste Dist. Os dados relatados foram retirados do relatório final da operação confeccionada pelo GEP.
- (17) Fruta da Amazônia. Serve para fazer creme, refresco e sorvete.
- (18) Não conseguimos localizar este Igarapé.
- (19) Látex.

"Se um dia já homem feito e realizado, sentires que a terra cede aos teus pés, que as tuas obras se desmoronam, que não há ninguém à tua volta para te estender a mão, esquece a tua maturidade, passa pela tua mocidade, volta a tua infância e balbucia entre lágrimas e esperanças as últimas palavras que sempre te restarão na alma: MINHA MAE, MEU PAI!"

RUI BARBOSA

Transposição de Obstáculos Aquáticos

Cel Eng QEMA
FRANCISCO GILSON FILHO

Um dos fatores preponderantes para o sucesso de operações, na guerra moderna, é a progressão rápida das forças em campanha, procurando, de todas as formas, evitar paradas, seja por imposição do inimigo, seja pelo terreno.

Assim, a motorização, a mecanização e a blindagem dos Exércitos, cada vez mais aceleradas, associadas à sofisticação dos meios de apoio ao movimento e de fogo, visam, em última análise, à rapidez na ação.

As barreiras aquáticas existen-

tes em quase todas as áreas operacionais do mundo, situadas de espaço em espaço, estreitas ou largas, constituem locais favoráveis para barrar, retardar ou desorganizar o ritmo do avanço das tropas. E assim será sempre.

A aparição dos engenhos nucleares e magnetizados, o desenvolvimento cada vez mais acelerado da aviação, tornando-a cada vez mais precisa e rápida, são ameaças imprevisíveis às forças terrestres paralisadas face aos cursos de água.

A) MEIOS

Os meios de travessia de cursos d'água são o apoio de Eng mais pesquisado. Tais pesquisas visam a facilitar o lançamento e recolhimento das pontes de equipamento pela diminuição das operações, ou encontrar um material mais leve e da mesma ou de maior resistência, ou transformar os engenhos de guerra em anfí-

bios — tudo para aumentar o ritmo de progressão da arma básica, que é a finalidade do apoio de Engenharia.

A URSS empregou, em exercício na Europa, o método de transposição de cursos d'água aerotransportando o material de guerra e pessoal. Em tais exercícios foram aerotransportadas até

OM Bld. para reforço de cabeça de ponte.

A série de tipos de "pontes de equipagens" é enorme. Trataremos aqui, superficialmente, de alguns tipos de "Equipagem Pe-

sada de Campanha", Pontes Permanentes, Pontes Fixas em CC ou Caminhões. Existem diversas outras espécies de pontes de menores capacidades, como também portadas, passadeiras, etc.

1. Pontes de Equipagem Pesadas — Táticas e Orgânicas das Brigadas ou DE

Numa "ponte pesada tática" poderemos distinguir as seguintes operações de pontagem:

- 1) Lançamentos dos flutuadores;
- 2) Manobra das embarcações de pontagem;
- 3) Formação dos tabuleiros;
- 4) Ancoragem dos Suportes flutuantes.

A técnica tem procurado suprimir o número dessas operações, para simplificar o lançamento e o recolhimento da ponte.

Temos, atualmente, em uso nos Exércitos do mundo, diversos tipos de "pontes de equipagem pesadas táticas". Citaremos algumas, apenas para caracterizar essas fases de desenvolvimento técnico.

(1) *Ponte Gillois (1954)*

Ponte do tipo de lançamento rápido, feito pela própria viatura anfíbia que entra na água, diretamente da coluna em movimento, dá uma rotação, abre a seção da ponte que transporta, liga-se à anterior e igualmente à que lhe vem em seguida, formando assim a ponte. Todas as seções não

ancoradas. A ponte é de origem Francesa e também existe uma adaptação nos EUA (MAB).

(2) *Ribbon Bridge (Soviet Bridge ou Ponte de Seções Desdobráveis)*

É a mais considerada atualmente. As viaturas da equipagem trazem as seções, que são lançadas na água e desdobradas automaticamente. Essas seções dobradas são lançadas e conduzidas rapidamente por botes de pontagem, unidas por fechos fixos e ancoradas — formando a ponte. Os flutuadores já possuem o tabuleiro. A ponte é Soviética, em uso desde 1960. Adaptadas, começaram em 1973 a ser usadas pelos EEUU.

(3) *Pnt Pa Bailey Flv (1941)*

Consiste no lançamento da Ponte Bailey Fixa sobre suportes flutuantes. O suporte típico é o triflote, composto de três uniflotes, uma proa e uma popa. É muito flexível, pois os triflotes podem ser unidos uns aos outros. O processo de lançamento é similar ao convencional, sendo que uma extremidade apóia-se na